

**“A Imprensa e os acordos de Governo entre partidos da Esquerda  
em Portugal: o caso da ‘Geringonça’”**

**Cláudia Amorim de Maia Mendes**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais (especialização em Ciência Política)**

**Novembro de 2018**

## **Agradecimentos**

O meu caminho nunca foi solitário. Agradeço, por isso, a quem nele me acompanha,  
incondicionalmente.

A quem me deu os princípios que tenho, moldando – para muito melhor – a minha  
forma de ser, ver, sentir e, inevitavelmente, escrever.

Ao meu Pai, à minha Família, ao Dudu, à Mariana.

Um agradecimento especial ao meu Professor Orientador, Doutor Marco Lisi, por ter  
aceite, prontamente, guiar-me neste desafiante processo, e por todo o precioso auxílio  
prestado ao longo do mesmo.

## Resumo

As eleições legislativas de 2015 produziram um resultado inesperado na história da democracia portuguesa, uma vez que deram origem a uma solução governamental inédita, nomeadamente através da cooperação institucional entre os principais partidos de esquerda com representação parlamentar.

Com vista a compreender como é que a imprensa generalista portuguesa - nomeadamente os jornais Diário de Notícias, Jornal de Notícias, I, Expresso e Público - transmitiu a mensagem política no que diz respeito à formação dos acordos de incidência parlamentar de esquerda entre o PS, o Bloco de Esquerda, o PCP e o PEV, foram analisados, qualitativa e quantitativamente, todos os artigos presentes nas ditas publicações, desde o período pré-campanha (1 de setembro de 2015) até ao dia de tomada de posse do Governo de António Costa (26 de novembro de 2015), que mencionassem, ou pelo menos equacionassem, a possibilidade de acordo entre o PS e a esquerda. Da análise de conteúdo dos textos selecionados, bem como de algumas marcas não-textuais, foi possível constatar que as diferenças de estilo, supostamente existentes entre as publicações escolhidas, não se destacam verdadeiramente na maior parte das categorias, principalmente no que diz respeito aos jornais de referência. Os dados recolhidos demonstram que, apesar de o tom neutro ter sido encontrado na grande maioria dos artigos de todos os jornais, isso se verificou menos frequentemente no Jornal I, no Expresso e no Diário de Notícias. O I e o DN foram, aliás, os que mais vezes utilizaram o tom negativo. Conclui-se também que o Bloco de Esquerda foi a única entidade partidária a ser referenciada positivamente pelas diversas publicações, e Catarina Martins a única líder que não foi retratada negativamente por nenhuma publicação. António Costa foi o líder mais vezes focado pelos jornais, bem como aquele que mais referências negativas obteve. Registou-se uma tendência contrária àquela que seria de esperar no que diz respeito à individualização, isto é, destaque dos líderes partidários, visto que a publicação que mais o fez foi o semanário Expresso, e que o Diário de Notícias apresentou os mesmos valores que o sensacionalista Jornal I.

Em suma, com o presente trabalho pretende-se analisar o tratamento dado pela imprensa generalista nacional à formação do XXI Governo Constitucional português, bem como auxiliar a compreender a participação de partidos outsider em soluções governativas, alterando o seu papel no sistema partidário.

*Palavras-chave: Portugal, Legislativas 2015, Acordo de Incidência Parlamentar, PS, PCP, BE, PEV, Análise de Conteúdo, Tom das Notícias, Sistemas Partidários, Partidos Antissistema.*

## **Abstract**

The parliamentary elections held in 2015 produced an unexpected result in the history of the Portuguese democracy by creating an unprecedented governmental solution, namely through the institutional cooperation among the main left-wing political parties with parliamentary representation.

In order to understand how did the generalist Portuguese press – namely the newspapers *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Expresso* and *Público* – conveyed the political message concerning the formation of the left parliamentary incidence agreements between PS, BE, PCP and PEV, all articles on these periodicals, from the pre-campaign period (September 1, 2015) up to the day António Costa assumed office (November 26, 2015), that mentioned, or at least equated, the possibility of agreement between PS and the left, were analyzed, qualitatively and quantitatively. From the analysis of the content of the selected texts, as well as of some non-textual marks, it was possible to determine that the differences in style, supposedly existent between the chosen newspapers, do not truly stand out in most categories, especially in what concerns the leading publications. Despite the neutral tone found in the vast majority of all newspaper articles, the collected data show that, in the *Jornal I*, *Expresso* and *DN* this happened less frequently. *I* and *DN* were, in fact, the ones that used the negative tone more often. It is also clear that Bloco de Esquerda – Left Bloc - was the only party acknowledged positively by the several periodicals, and Catarina Martins the only party-leader that wasn't portrayed negatively by any newspaper. António Costa was the most talked about leader, as well as the one with more negative references. There was also a countertrend in so far as what could have been expected concerning individualization, i.e., the highlight of the political leaders; *Expresso* was the paper that did it more frequently, whereas *DN* presented the same values as the tabloid *Jornal I*.

In short, the intention with this work is to analyze the way the national generalist press dealt with the formation of the XXI Constitutional Government of Portugal, as

well as to help shed some light on the participation of outsider parties in the government solution, thus altering their role within the party system.

*Key words: Portugal, Parliamentary Elections 2015, Parliamentary Incidence Agreement, PS, PCP, BE, PEV, Content Analysis, News Tone, Party Systems, Anti-system Parties.*

# Índice

Agradecimentos .....	1
Resumo .....	3
Abstract.....	4
Índice .....	6
Índice de Gráficos.....	7
Índice de Tabelas .....	7
Introdução.....	8
Capítulo 1: Enquadramento Teórico .....	11
1.1. Sistemas Partidários .....	11
1.2. Partidos Antissistema/ <i>Outsider Parties</i> .....	19
1.3. Cobertura Mediática.....	24
Capítulo 2: A emergência da ‘Geringonça’ .....	32
2.1. A historicamente conturbada relação das esquerdas portuguesas .....	32
2.2. O derrube do muro: as eleições legislativas de 2015 .....	40
Capítulo 3: Metodologia.....	49
3.1. Fontes .....	49
3.2. Método de Análise .....	50
3.3. Questões de Investigação .....	52
Capítulo 4: Análise dos Resultados .....	55
Capítulo 5: Conclusões.....	105
Bibliografia.....	115
Anexos.....	121

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Tom da notícia, por jornal.....	58
Gráfico 2 - Evolução temporal do tom da notícia, por mês.....	59
Gráfico 3 - Tema, por jornal.....	61
Gráfico 4 - Referência ao Acordo, por jornal.....	62
Gráfico 5 - Evolução da Referência ao Acordo, por mês.....	63
Gráfico 6 - Perspetiva Cooperação/Conflito entre PS e Esquerda, por jornal, em valores absolutos.....	85
Gráfico 7 - Foco no líder, por jornal.....	88
Gráfico 8- Evolução do Foco em Conteúdo Programático, por mês.....	89
Gráfico 9 - Artigos chamados à capa, por jornal.....	99
Gráfico 10 - Género Jornalístico, por jornal.....	102
Gráfico 11 - Menções ao PEV, por jornal, em valores absolutos.....	104

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Foco em Conteúdo Programático Específico, por jornal.....	89
Tabela 2 - Contabilização de fotografia/gráfico, por jornal.....	101

## Introdução

O jornalismo é um enorme agente influenciador em Portugal e no mundo (Traquina, 2004), e McCombs e Shaw afirmavam mesmo, em 1972, que os media possuem uma enorme capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública e na figuração da realidade social. Estudos mais atuais continuam a sugerir que os media têm vindo a adotar “um papel ativo na representação pública da política, modelando a agenda do discurso político e influenciando com as suas próprias preferências as controvérsias e os debates políticos” (Salgado, 2012). Enquanto noutros países europeus os regimes democráticos estavam, havia muito, consolidados quando os media conseguiram monopolizar o espaço público e praticamente o acesso ao espaço político, em Portugal os media evoluíram para um papel de exercício de influência, pressão ou mesmo pretensão à substituição das instituições políticas democráticas poucos anos depois de estas terem sido criadas (Graça, 2017). Analisar acontecimentos políticos através dos media torna-se, assim, útil e relevante, como o demonstram os últimos trabalhos desse estilo realizados em Portugal: Serrano (2006), Salgado (2009), Graça (2017), entre outros.

A presente dissertação pretende, à semelhança das publicações acima referidas, analisar a informação veiculada pelos meios de comunicação social – neste caso, especificamente pela imprensa, devido, não só, mas também, à facilidade de acesso aos conteúdos – relativamente aos acordos de incidência parlamentar firmados pelo PS e pela esquerda, que sustentam o atual XXI Governo Constitucional português. Serão identificadas e investigadas, se as houver, semelhanças no tratamento mediático entre jornais, bem como estudados os conteúdos publicados em cada um dos mesmos, relativamente ao processo que levou à redação dos ditos acordos.

De forma a cumprir os declarados objetivos, foram observadas, registadas e analisadas todas as notícias e editoriais que apresentassem algum tipo de referência à possibilidade de acordo entre o PS e a Esquerda (i.e., Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e o Partidos Os Verdes), e que fossem publicadas pelos jornais selecionados para a análise (Público – edição Norte, Jornal I, Jornal de Notícias – edição Norte, Diário de Notícias e Expresso), dentro da baliza temporal estabelecida (de 1 de setembro de 2015, altura em que se iniciam os debates televisivos entre os líderes partidários, ainda em período pré-campanha; a 26 de novembro do mesmo ano, dia em

que António Costa toma posse). Foram descartadas da análise as crónicas/espacos de opinião, por se encontrarem alheios a critérios editoriais e não poderem ser considerados reflexos de possíveis opiniões dos jornais, visto que os conteúdos aí publicados são da exclusiva responsabilidade do cronista/autor. Sublinhe-se aqui que certos exemplares dos jornais selecionados não se encontravam disponíveis para observação nas bibliotecas Municipal do Porto e Nacional, pelo que se abdica aqui da sua análise, por não haver hipótese de os consultar<sup>1</sup>.

Este trabalho de investigação diferencia-se dos realizados até aqui pois, para além de abordar um tema ainda pouco desenvolvido, devido à sua contemporaneidade, foca-se - não só, mas também - em dois períodos políticos pouco analisados em Portugal: o período pré-campanha e o período pós-eleições. Com uma quantidade considerável de artigos analisados, 1064, e devido à análise estatística realizada no final, esta dissertação apresenta-se como inovadora e pertinente, podendo dar o mote para trabalhos futuros sobre o tema e contribuir para o aprofundamento do estudo das relações entre os media e a política em Portugal.

Optou-se por dividir a dissertação da seguinte forma: o Capítulo 1 apresentará o estado da arte sobre os dois grandes temas que serão cruzados, - a cobertura mediática e o papel do jornalismo; os sistemas políticos/partidários e os partidos antissistema - verificando os estudos previamente realizados por outros autores sobre o assunto. O Capítulo 2 realizará uma contextualização histórica da relação entre as esquerdas, no pós-25 de abril, bem como dos períodos de pré-campanha, campanha, eleições e pós-eleições, desvendando e procurando compreender a falta de entendimentos, até 2015, entre as esquerdas, as tentativas de aproximação feitas ao longo dos anos, o caso europeu em perspetiva comparada e as circunstâncias singulares que permitiram a criação e assinatura dos acordos. Depois de apresentado e descrito, no capítulo 3, o método utilizado, bem como outras opções metodológicas, segue-se para a Análise de Resultados, na qual será realizada, como o nome do capítulo indica, uma revisão e análise, qualitativa e estatística, dos resultados alcançados. Por fim, será feita uma sumarização das ideias finais, bem como uma reflexão/discussão sobre as mesmas, no capítulo 5, Conclusões.

---

<sup>1</sup> A saber: Jornal I, 5 de setembro; Diário de Notícias, 5 de outubro.

A presente dissertação foi redigida de acordo com o novo acordo ortográfico.

## Capítulo 1: Enquadramento Teórico

O presente capítulo visa explicar certos conceitos chave, tanto da área da ciência política como da comunicação, que serão utilizados no decorrer da dissertação, bem como na análise dos resultados e conclusões da mesma. Interessará, em primeira linha, analisar os sistemas partidários nos últimos anos, abordando as alterações que neles têm ocorrido na última década - para que se possa observar, numa segunda fase, as consequentes tumultuosas e inovadoras formações de governo que têm surgido pela Europa.

A “necessidade” de partidos pouco convencionais, frequentemente apelidados de extremistas e antissistema, integrarem soluções governativas pela primeira vez deu origem a períodos de verdadeiro terramoto político, fazendo com que a análise intensiva dos mesmos, ainda que pouco usual, se tenha tornado obrigatória para compreender verdadeiramente todo o processo eleitoral. Será, por isso, dissecado o conceito de partido antissistema – analisando o caso português, e a sua aplicação aos dois maiores partidos de esquerda que integram atualmente a ‘Geringonça’, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

Por fim, importará visitar a área das ciências da comunicação, justificando e enquadrando a opção metodológica da dissertação - e oferecendo ao leitor conceitos e teorias que auxiliem a compreensão da mesma.

Serão tomados em consideração trabalhos semelhantes já realizados em Portugal por autores como Francisco Graça, Susana Salgado ou José Santana-Pereira, nos quais se analisaram as abordagens e coberturas por órgãos de comunicação social ao longo de períodos políticos específicos – especialmente durante campanhas eleitorais – pretendendo-se embora pelo presente estudo um abordagem distinta, na medida em que, como vimos anteriormente, será também analisado um diferente período político: o pós-eleitoral, o da formação do governo, e da construção de uma maioria política inédita e inovadora.

### 1.1. Sistemas Partidários

O conceito de sistema partidário foi pela primeira vez abordado por Giovanni Sartori, em 1976, que o definiu como “um resultado de, e consistente nas interações das, partes que os compõem”, neste caso os partidos políticos (Sartori, 1976 *apud* Jalali,

2017). Assim, um sistema partidário, mais do que um simples conjunto de partidos políticos, será uma realidade resultante, primordialmente, das interações decorrentes da competição interpartidária, dentro de uma real conjuntura política e social – sejam tais interações reveladas na forma de competição, (a mais frequente e intuitiva), ou na de cooperação, (como ocorre em situações de coligação ou de acordo entre diferentes forças partidárias).

O sistema partidário estrutura-se ainda através da natureza das clivagens sociais e económicas que possam existir dentro do país/região em que se insere (como por exemplo a clivagem centro-periferia, Estado-Igreja, urbano-rural, entre outras) - sendo que os partidos transferem os conflitos resultantes dessas clivagens para a arena política; de onde emergem, conseqüentemente, as interações entre os partidos: os sistemas partidários (Jalali, 2017).

Ainda de acordo com a visão do mesmo autor, existe um elemento de previsibilidade associada aos sistemas partidários: é esperado, em função das realidades e dos princípios que informam a atuação de todos e de cada um dos partidos e agentes políticos integrantes de cada sistema partidário, que eles acabem por se consolidar - institucionalizando-se, após algum tempo, como uma interação (pelo menos em larga medida) estável e persistente. É também expectável que, nesse enquadramento, sejam previsíveis os comportamentos dos principais partidos e dos atores políticos, incluindo os eleitores. Daí que “o modelo das clivagens sociais parta do pressuposto de que a estabilidade de um sistema partidário estará potencialmente dependente da estabilidade da estrutura social, isto é, enquanto esta última se mantiver inalterada, o sistema partidário também se manterá” (Jalali, 2017). Este modelo teve a sua comprovação histórica nas últimas décadas do século XX – mas não sobrevive no confronto com uma realidade social e económica em rápida transformação.

Apesar de a Europa ter sido, desde 1990, exemplo de um continente em constante mudança – a queda do muro de Berlim, a unificação da Alemanha, o alargamento a Leste, a emergência de novas democracias, e um refazer de equilíbrios geoestratégicos e económicos - não se apresentaram, nesse contexto, mudanças radicais nos sistemas partidários. Essas chegaram na sequência da crise económica (e das dívidas soberanas), que eclodiu por toda a Europa a partir de 2009 e que teve, principalmente em vários países da Europa do Sul, graves conseqüências - que se revelaram ao longo dos últimos tumultuosos anos, não só em termos económicos e

financeiros, mas também no que diz respeito à estabilidade governativa e os sistemas partidários (Santana-Pereira, 2016).

Países como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália sofreram pesadas recessões económicas, com um aumento exponencial das taxas de desemprego e um decréscimo acentuado das condições de vida. Para fazer face aos descritos acontecimentos, foram implementadas duras medidas de austeridade orçamental.

Apesar de se tratar de uma crise financeira, estes acontecimentos traduziram-se também numa verdadeira crise política. Os partidos incumbentes que deram andamento à supracitada austeridade foram extremamente punidos nos momentos eleitorais que se seguiram à crise, como é recorrente acontecer, sendo que em tempos de má performance económica os partidos que compõem o governo tendem a ser castigados pelos votantes (Lewis-Beck e Paldam, 2000 *apud* Santana-Pereira, 2016). Um pouco por toda a Europa do Sul, onde a crise financeira se agravou especialmente, o eleitorado foi revelando a sua insatisfação nas urnas.

Em 2012 o PASOK (Movimento Socialista Pan-Helénico), um dos mais solidificados e consolidados partidos gregos, é extraordinariamente punido, tornando-se mesmo virtualmente irrelevante em 2015, fazendo com que o sistema partidário em causa, um dos mais estáveis da Europa, se alterasse profundamente. A coligação de Esquerda Radical SYRIZA, que havia conseguido apenas 5% dos votos em 2009, alcançou cerca de 36% em 2015, assegurando o controlo do governo grego, coligado com um partido nacionalista de direita (Tsirbas, 2015 *apud* Santana-Pereira, 2016).

Espanha acompanha esta tendência, com a derrota do incumbente PSOE em 2011 e com o aparecimento de novos partidos contra austeridade, o Podemos, que nas legislativas de 2015 alcança 21%, e o Ciudadanos, mais central, que consegue arrecadar cerca de 14% dos votos no mesmo momento eleitoral.

Na Irlanda o panorama é semelhante, com uma igualmente forte derrota do incumbente Fianna Fáil, partido que havia sido o mais votado em todas as legislativas desde 1932, e que ficou em terceiro lugar nas legislativas de 2011, perdendo mais de metade do seu eleitorado (Freire, 2015, 2017).

Já em Itália, o Movimento 5 Estrelas de Grillo foi um outro partido emergente que ameaçou o sistema partidário e que por pouco não chegou a ser, em 2013, o segundo bloco mais votado.

Como se justificam estas fortes alterações nos sistemas partidários de variados países europeus? Jalali (2017) e Freire (2015, 2017) identificam, nas suas obras, algumas razões.

O primeiro motivo prende-se com os momentos históricos críticos que antecederam todos estes resultados e que alteraram radicalmente o cenário político – a crise financeira. Os resgates financeiros, a que parte dos países acima assinalados recorreram, ajudam a explicar o colapso de certos partidos, que foram extremamente punidos nas urnas por se encontrarem no poder aquando do pedido de ajuda externa, sendo vistos pelo eleitorado como responsáveis pelas políticas de austeridade que se seguiram. Partidos como o PASOK ou o Fianna Fáil estão intimamente relacionados, na mente dos eleitores, com a implementação desses programas de austeridade, perdendo assim apoio eleitoral.

Uma segunda razão é, na opinião dos mesmos autores, o surgimento de novas clivagens sociais, derivadas de mudanças sociais, que por sua vez dão origem a novas motivações políticas e a novos partidos - como é o caso dos partidos ecologistas ou daqueles que defendem estilos de vida alternativos e valores libertários no domínio individual e social.

A dinamização de partidos mais secundários ou a criação de novos, com vista a colocar na agenda política novos temas (como a imigração ou a integração europeia) é, para Freire (2015, 2017) e Jalali (2017), o terceiro fator que justifica a perda de eleitores sofrida pelos partidos tradicionais e mais consolidados, que deixam de ser suficientemente responsivos às preferências e necessidades dos cidadãos.

O quarto vetor a considerar é o crescimento do populismo, fenómeno desenvolvido e centrado num discurso anti elites, ao estilo de Donald Trump, defendendo a substituição do sistema político atual por um que possa representar o povo esforçado e trabalhador. Este movimento surgiu em Espanha, em Itália, nos Estados Unidos e em França, entre muitos outros – e encontra também expressão nos vários movimentos de índole nacionalista, ou com laivos de nacionalismo, designadamente naqueles que conduziram à defesa do Brexit do Reino Unido, ou deram força à Frente Nacional em França, e a movimentos independentistas ou autonomistas um pouco por toda a Europa (Catalunha e Escócia, p. ex.).

Em Portugal, no entanto, não foi assim que aconteceu.

Com fronteiras razoavelmente definidas e estáveis há praticamente oito séculos, e com uma homogeneidade linguística, religiosa e cultural que poucos Estados europeus conseguem igualar (Jalali, 2017), o sistema partidário português foi, desde os primórdios da instauração da democracia, um exemplo quase perfeito de sistema partidário estável e previsível. A queda do Estado Novo, em 1974, deu lugar a um período revolucionário complexo, no qual se declarou conflito vincado sobre o tipo de sistema governativo que deveria vigorar em Portugal. Este conflito, central na política portuguesa, estruturou o apoio eleitoral e acabou mesmo por moldar o sistema partidário, dividindo, em particular, os partidos da esquerda, posicionando o PS contra o PCP e os restantes partidos que não defendiam a democracia representativa, ajudando assim à exclusão destes últimos da governação nacional e explicando a ausência de coligações entre si (Jalali, 2017).

Apesar desses iniciais contratemplos, vários estudos confirmam que a estabilização do sistema partidário português, assim como de outras democracias recentes da Europa do Sul, se realizou cedo e num espaço de tempo relativamente curto, o que também contribuiu para a consolidação dos novos regimes (Lisi, 2011).

O PS saiu desse período bem posicionado, na linha da frente do conflito em torno do tipo de regime a adotar, apresentando-se, para a maioria da população, como o mais credível e viável partido de esquerda pró-democracia, com vinculação e apoio na Internacional Socialista, e relacionamento assumido com a família política europeia da social-democracia/socialismo democrático.

O PSD, então denominado PPD - Partido Popular Democrático, estabelece-se também nesta altura como o partido mais credível e implantado à direita do espectro político, capaz de atrair redes de apoio mais amplas do que o CDS, apresentado mais à direita do que o PSD, e com vinculação à União Europeia da Democracia Cristã (Jalali, 2017).

Estavam assim criadas as diretrizes que permitiriam a estes dois partidos centrar em si a principal linha de competição do sistema partidário português, que até 2015 se manteve altamente centrado nesta dimensão PS/PSD. Os dois partidos viram a sua liderança ameaçada nas legislativas de 1985, com o surgimento do Partido Renovador Democrático (de inspiração presidencialista, fundado em torno da figura do então Presidente da República Ramalho Eanes), que ficou, nessas eleições, bastante perto dos

resultados dos socialistas, na altura o segundo partido mais votado. Contudo, o partido rapidamente colapsou, deixando de ser relevante nas eleições imediatamente a seguir, o que reforçou o protagonismo de PS-PSD como principal dimensão de competição do sistema partidário português.

Estes dois partidos veriam a sua votação conjunta ser reforçada após 1987, obtendo em média 77% dos votos dos portugueses nas legislativas realizadas até 2005. Este reforço reflete-se também na duração e estabilidade dos governos que se seguiram, que se tornaram bastante mais longos: Portugal teve 10 Governos Constitucionais entre 1976 e 1987, e apenas 9 entre 1987 e 2015, sendo que apenas quatro não duraram uma legislatura completa - e só três desses não foram governos monopartidários (Jalali, 2017; Freire, 2015; Lisi, 2015).

Segundo Conceição Pequito Teixeira (2015), nas legislativas de 2005 este bipartidarismo quase perfeito do sistema partidário português foi ligeiramente testado, devido não só aos maus resultados do PSD, mas principalmente ao avanço dos partidos de esquerda. No entanto, apesar de terem conseguido melhores resultados, os partidos à esquerda do PS nunca participaram no governo – o que evidencia que Portugal apresentou, durante a maior parte do período democrático da sua história recente, um sistema partidário enviesado para a direita e que Portugal tem, de facto, um dos sistemas menos inclusivos e inovadores da Europa (Freire, 2015).

O CDS foi o único partido fora do duo PS/PSD a conseguir manter uma posição dentro do espectro governativo, por se coligar com o Partido Social-Democrata, ainda que com resultados consideravelmente inferiores a qualquer um dos dois partidos de centro.

É assim possível concluir, observando o panorama do sistema partidário português até 2015, que não pareciam existir até então quaisquer sinais de instabilidade ou de inovação futura. Como Freire (2017) apontava, a distância ideológica entre PS e PSD encontrava-se relativamente reduzida, quando comparada com as outras democracias europeias. E, apesar do principal padrão de interação no sistema português ser claramente a dimensão de competição PS/PSD, existe um segundo padrão de interação fácil de identificar: a ausência de coligações nacionais à esquerda, com a exclusão do PCP e do BE da governação a nível nacional. Este panorama foi alterado no pós-eleições legislativas de 2015, ainda que não da forma ousada que se verificou nos

restantes países da Europa do Sul. Apesar de os contextos de crise económica e financeira profunda serem semelhantes, o sistema partidário português reagiu de forma diferente, mantendo-se essencialmente intacto (Santana-Pereira, 2016).

Os dois partidos principais obtêm, tanto em 2009 como em 2011 e 2015, cerca de 2/3 dos votos, não se aplicando assim a aparente regra observada nos restantes casos sul-europeus, em que os partidos tradicionais entram em falência e são substituídos por novas formações bastante críticas do *status quo* (“entre 2009 e 2015, foram criados em Portugal dez novos partidos, mas somente dois são de esquerda radical”, Santana-Pereira, 2016); nem se verifica uma substancial subida ou afirmação eleitoral dos resultados da esquerda radical. O PCP não recebe valores substancialmente diferentes dos alcançados nos últimos 25 anos, e o Bloco de Esquerda não ultrapassa, nem antes nem depois da crise, os 10% de votos. Partidos recentes da esquerda radical, como o Livre, não chegam sequer a conseguir eleger um deputado para o Parlamento (Lisi, 2015; Tsirbas, 2015 *apud* Santana-Pereira, 2016).

Para além disso, não se observa uma punição tão forte do incumbente como na Grécia ou na Irlanda, por exemplo. O Partido Socialista não venceu as eleições, claro está, mas também não desceu dos 28% de votos em 2011, e ficou apenas a 5 pontos percentuais da coligação vencedora nas legislativas de 2015. O estatuto do Partido Socialista poderá não se ter deteriorado da mesma forma que o do PASOK, por exemplo, por ter sido a coligação PSD/CDS-PP – que substitui os socialistas em 2011 – que acabou por ficar associada às medidas de austeridade aplicadas no âmbito dos programas de ajustamento acordados com a Troika, e, conseqüentemente, à responsabilidade das más condições sociais, laborais e económicas em que o país viveu aquando do resgate financeiro. Para além disso, a mudança de liderança no PS poderá também ter sido favorável para uma renovação da visão do eleitorado relativamente ao partido (Santana-Pereira, 2016).

Como é então possível comprovar, o sistema partidário português não se ressentiu tão intensamente como nas restantes democracias da Europa do Sul.

No entanto, o período pós-legislativas de 2015 trouxe uma inovadora – nunca vista em Portugal – solução governativa, que poderá ter alterado permanentemente o próprio sistema partidário: o partido mais votado, e com o maior grupo parlamentar,

acabou por não ser quem ficou a chefiar o executivo, apesar de o seu líder ter chegado a ser empossado como primeiro ministro.

O XXI Governo configura um padrão de alternância completa em relação ao período anterior, como foi aliás assumido por vários atores políticos – tais como Paulo Portas ou António Costa – que creem que o sistema partidário português foi profunda e permanentemente alterado (Jalali, 2017).

Lisi (2016) verificou que a polarização do sistema tinha aumentado durante o período da crise, com o PCP a extremar a sua postura, ao mesmo tempo que o PSD e o CDS-PP, ao aplicar medidas ainda mais duras do que aquelas exigidas pelo Memorando da Troika, se movimentavam mais para a direita, afastando-se, por isso, do Partido Socialista. Simultaneamente, um pouco por toda a Europa, a participação de partidos da esquerda radical tornava-se mais comum e aceitável, sendo que Portugal se encontrava até “atrasado”, comparativamente à restante Europa do Sul, onde a cooperação entre esquerdas existia ainda antes da crise financeira (Dunphy e Bale, 2011 *apud* Lisi, 2016).

Ainda assim, a participação do BE e do PCP na atual solução governativa não era expectável. Não existe nenhuma mudança, política ou institucional que possa, na sua totalidade, explicar a repentina alteração da postura dos três partidos envolvidos (Lisi, 2016). No entanto, no seu artigo, Lisi (2016) argumenta que devido ao aumento da polarização que o sistema partidário português sofreu durante a crise, possíveis alianças entre PS e PSD tornaram-se menos prováveis, devido à distância ideológica que surgiu entre ambos. Para além disso, o autor enaltece a importância dos líderes neste caso específico, no qual acredita que as posturas pragmáticas e construtivas dos mesmos contribuíram fortemente para as conversações e consequentes relações criadas entre os partidos. Por último, um eventual receio de *pasokização* poderá também ter estado na base das negociações que o PS iniciou.

O facto de o atual governo não apresentar quaisquer ministros do Bloco de Esquerda ou do Partido Comunista, por ser um governo minoritário do PS, poderia dar a impressão de que a inovação ou abertura nas estruturas de interação, afinal, não existiu. No entanto, “embora nenhum outro partido integre o XXI Governo Constitucional, este tem uma base de apoio parlamentar muito diferente dos governos minoritários socialistas anteriores. O exemplo mais saliente desta diferença está na aprovação dos Orçamentos de Estado com votos favoráveis do BE e da CDU, algo que nunca havia

acontecido pois os partidos à esquerda do PS nunca tinham votado favoravelmente num OE, tendo o partido socialista visto os seus Orçamentos até à data serem aprovados com a ajuda dos partidos de direita, PSD e CDS” (Jalali, 2017).

Não é, então, muito difícil compreender que Portugal atravessou, e atravessa ainda, um período de mudança no qual a estabilidade do sistema político deu lugar à inovação. Se este padrão de alterações continuará na próxima legislatura ou cairá por terra ninguém sabe, mas estes cerca de 3 anos de ‘Geringonça’ já provocaram possivelmente o maior terramoto político que o sistema partidário português viveu desde o 25 de abril de 1974.

## **1.2. Partidos Antissistema/*Outsider Parties***

O conceito ‘partido antissistema’ surgiu pela primeira vez nos textos de Sartori, nas décadas de 1960/70. Nesta altura, o conceito inseriu-se na literatura política para se referir maioritariamente a certos tipos de partidos, como os nazis, fascistas ou comunistas que, segundo Daalder, “participavam com o intuito de destruir” (Daalder, 1966 apud Capoccia, 2002). Com a evolução dos tempos, o conceito começou a ser aplicado para nomear os partidos com ideais não democráticos, ou cujos apoiantes ou membros apresentam comportamentos ilegais, violentos e/ou pouco convencionais (Capoccia, 2002).

Estes partidos antissistema encontram-se, segundo os estudiosos da área, naturalmente afastados dos restantes partidos e atores do espectro político em questão, sendo por isso uma das suas consequências mais lógicas – pelas diferenças ideológicas que apresentam e não só – a incapacidade de participar em coligações, seja por vontade própria ou por rejeição dos restantes partidos (McDonnell e Newell, 2011).

Na sua primeira definição, os partidos antissistema teriam, como o seu próprio nome indica, uma ideologia incompatível com o sistema instaurado - neste caso com a democracia e seus princípios democráticos, pluralistas e igualitários. Como Sartori (1976) constatou, “um partido antissistema não mudaria, se pudesse, o governo em si, mas sim o sistema governativo no seu todo. A sua oposição é uma oposição de princípio”, e as suas propostas não seriam apenas novas medidas económicas ou sociais, mas alternativas relacionadas com a própria forma de fazer política. Não são, portanto, apenas diferenças ideológicas profundas que caracterizam um partido como antissistema

- o que lhes dá essa definição é a sua atitude relativamente ao sistema partidário e ao regime democrático em si (McDonnell e Newell, 2011).

Os partidos antissistema primam ainda, segundo a inicial definição, por divulgar mensagens e propaganda que deslegitima os restantes partidos, principalmente os mais centrais e que, conseqüentemente, mais vezes se encontram no poder. O seu discurso passa sempre por criticar agressivamente as políticas dos outros atores, assim como distorcer o mercado político. É-lhes também possível – por nunca, ou muito dificilmente, chegarem a uma posição de poder efetivo – prometer melhorias na vida dos cidadãos que não seriam realizáveis, isto é, não é exigida a estes partidos a responsabilidade ou responsividade das promessas advogadas, por nunca chegar a altura em que eles as terão de cumprir: é a chamada oposição irresponsável, que pretende arrecadar votos enquanto esvazia o centro político (Capoccia, 2002). Ainda assim, Capoccia defende que deve, em qualquer sistema político, existir pelo menos um partido antissistema na sua composição, que funcione como forte oposição, de forma a tornar o sistema suficientemente polarizado e pluripartidário.

Mattia Zulianello (2017) revisitou o conceito de Sartori e redefiniu-o, considerando que um partido deverá ser considerado antissistema se questionar alguma meta-política; e se nunca tiver feito parte de uma interação e cooperação visível ao nível do sistema político (poderá também ser considerado antissistema caso tenha, após participar numa interação, decidir regressar a estar à margem do sistema partidário) (Zulianello, 2017).

Com a evolução dos estudos na área, o conceito continuou a evoluir e a adaptar-se aos dias de hoje, passando por isso a ser considerado que um partido antissistema, para o ser, não necessita de recusar ou criticar todos os princípios do sistema em que está inserido, deixando assim a expressão de ser vista como um sinónimo de ‘antidemocrático’. Um partido antissistema continua a ter, ainda assim, de discordar necessariamente de algum ponto do sistema político com o qual todos os restantes partidos ‘convencionais’ concordem (Capoccia, 2002), como variados partidos populistas, por exemplo, discordam de certos elementos decisivos da democracia em que estão inseridos sem discordar do próprio sistema democrático.

No caso da Europa, é fácil encontrar partidos que questionem a participação dos seus países na União Europeia, ou a legitimidade da influência da mesma em assuntos

nacionais, sem questionarem a democracia em si, sendo assim antissistema sem serem antidemocráticos (Zulianello, 2017). Servem de exemplo o PCP, que discorda da participação de Portugal na União Europeia, ou o BE, que advoga a saída do país da NATO.

Posto isto – e com vista a ponderar a correção de caracterizar tanto o PCP como o BE de partidos antissistema – importará analisar brevemente o perfil de cada um destes grupos partidários.

O PCP é um dos mais antigos e bem consolidados partidos comunistas do mundo - que continua a ter um papel importante na política do seu país. Desenvolveu-se e viveu na clandestinidade desde a sua formação em 1921, até 1974, legado histórico que fez com que fosse um dos mais fortes do sistema partidário no rescaldo da revolução de abril, e nos cerca de dezanove meses que se seguiram (Cunha, 2008).

No entanto, o PCP teve dificuldades em se adaptar à realidade portuguesa pós-25 de abril e às consequentes transformações sociais e económicas que a revolução originou (Cunha, 2003).

A partir de 1975/76 o partido perdeu parte da sua força, muito devido à oposição que veemente apresentou aos restantes partidos, no que dizia respeito à decisão de qual o sistema governativo a adotar – oposição essa que contribuiu em larga escala para o seu afastamento permanente da esfera governativa e do poder efetivo, por demonstrarem a sua clara discordância relativamente à instauração de uma democracia liberal e respetivas instituições.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e consequente dispersão dos ideais marxistas-leninistas, seria de esperar que o PCP se renovasse, adotando uma postura mais moderna e menos radical. Foi, aliás, o que aconteceu à maior parte dos partidos comunistas fora da Europa de Leste: muitos renunciaram ao comunismo, mudando os seus nomes e rumando à esquerda democrática; outros transformaram-se mesmo em partidos sociais-democratas; houve ainda alguns que deixaram de existir de forma independente para renascer dentro de novas coligações (March e Mudde, 2005). No entanto, o partido não se quis afastar das suas raízes, e apesar de fortes dissidências internas – bastantes comunistas renovadores advogavam a evolução, sob pena de o partido se tornar obsoleto, vários desses acabando por abandonar a militância – os membros mais ortodoxos, incluindo o líder da altura Álvaro Cunhal, recusaram-se a

aceitar a Perestroika e a alterar verdadeiramente o compromisso do PCP com o proletariado, abrindo-se apenas ligeiramente em certas áreas, mas mantendo a orientação política histórica “tradicional” (Cunha, 2008). Continuou com oposição cerrada à União Europeia, nomeadamente aos alargamentos que visavam incluir novos países e ao Tratado de Maastricht, que segundo os comunistas possuía “ramificações sociais negativas como o desemprego, a austeridade e a concentração de capitais” (Cunha, 1996). A sua atitude antissistema não abrandou, como ficou claro em 2006 quando foi o único partido português que se recusou a apoiar um protesto contra testes nucleares realizados na Coreia do Norte, afirmando que se encontrava solidário com Kim Jong-il (Cunha, 2008).

O que é surpreendente para os estudiosos da área é que o PCP, ao contrário daquilo que seria espectável, - tendo em conta maior parte dos casos europeus - tem conseguido manter a sua significância política mais ou menos imutável, com resultados estáveis nos últimos 25 anos, ao contrário do que acontece com o vizinho comunista espanhol, cujos resultados desde 1989 são mais irregulares (Cunha, 2003; Santana-Pereira, 2016). O partido continua a defender a nacionalização de certos setores estratégicos da economia (bancos, serviços, etc.) assim como a saída de Portugal da União Europeia. A sua ideologia baseia-se ainda na luta por uma sociedade totalmente igualitária, por uma distribuição mais justa dos rendimentos e por uma defesa absoluta dos direitos sociais (Lisi, 2016).

O Bloco de Esquerda, por outro lado, apesar de constantemente apelidado de “extremista”, insere-se, segundo Luke March (2011, *apud* Freire, 2017), na categoria de esquerda radical, à semelhança da maioria dos partidos de esquerda europeus. De acordo com o mesmo autor, estes caracterizam-se como simultaneamente críticos da social-democracia de pendor neoliberal, mas também do totalitarismo comunista.

Apesar de ansiarem por mudanças profundas no sistema capitalista (mas que ainda assim são menores do que as aspiradas pelos partidos da extrema esquerda), os esquerdistas radicais aceitam sem reservas a democracia representativa, “abraçando plenamente não só causas da nova esquerda – democracia participativa, direitos das minorias étnicas, sexuais e religiosas, ambientalismo, etc. – mas também uma abordagem não dogmática e, em muitos casos, não marxista, do socialismo” (Freire, 2017; March, 2011, *apud* Freire, 2017; Lisi e Tsakatika, 2013).

É um partido pós-moderno, ou pós-materialista, que surgiu da aliança de três associações políticas de extrema esquerda (PSR, UDP, Política XXI) em 1999, concorrendo pela primeira vez às eleições europeias para as quais não conseguiu eleger nenhum representante para o Parlamento Europeu. Saiu-se melhor nas legislativas do mesmo ano, nas quais conquistou dois lugares no Parlamento (Cunha, 2008).

O Bloco de Esquerda seria colocado, à partida, no campo dos partidos antissistema, não por recusar a democracia à partida, mas sim certos traços do *status quo*. Mattia Zulianello (2017), na sua renovação do conceito, apresenta a definição de *halfway house parties*, na qual o Bloco poderia ser inserido por se tratar, segundo o autor, de um partido que, apesar de apresentar alguma integração no sistema partidário, coloca simultaneamente em causa traços indissociáveis do mesmo.

Partidos como o BE, os membros da chamada nova esquerda, têm vindo a implementar inovações significativas no que diz respeito à organização interna (Lisi e Tsakatika, 2013). No seguimento da derrota eleitoral sofrida nas legislativas de 2011, o partido adotou uma liderança dupla através da eleição de dois porta-voz, Catarina Martins e João Semedo, ainda que esta decisão tenha sofrido forte contestação interna (Lisi, 2016).

A orientação do Bloco em temas socioeconómicos não se afasta muito daquilo que é defendido pelo PCP, sendo que ambos advogam a renegociação da dívida, um aumento do investimento público e dos direitos sociais, assim como uma mais justa distribuição do capital (Lisi, 2016). A principal e mais vincada diferença entre os conteúdos programáticos dos dois partidos de esquerda encontra-se na visão relativamente à União Europeia. Enquanto o BE apresenta um euroceticismo moderado, com uma postura mais construtiva relativamente ao projeto europeu, defendendo reformas e melhorias no mesmo, os comunistas são mais radicais e pedem a saída de Portugal da UE, afirmando que a mesma se encontra em crise e que, conseqüentemente, retira soberania e poder económico ao país (Santana-Pereira, 2016; Lisi, 2016).

Independentemente daquilo que os separa, tanto o PCP como o BE apresentaram, ao longo da democracia portuguesa, uma gritante semelhança: a pouca capacidade – e intenção – de se coligarem com outros partidos, por terem na sua génese princípios difíceis de harmonizar com partidos mais moderados, como é o caso do PS (Freire, 2017; Santana-Pereira, 2016).

No entanto, as eleições de 2015 vieram mudar também este panorama, deixando assim de se apresentar como impossível os socialistas se juntarem aos partidos à sua esquerda. Apesar do executivo de António Costa não possuir nenhum ministro bloquista ou comunista, o acordo assinado no início da legislatura exige dos mencionados partidos uma participação e responsabilidade governativa que estes nunca haviam anteriormente experienciado.

O caso português, apesar da sua singularidade, não é único. Um pouco por toda a Europa, nas últimas duas décadas, um considerável número de partidos antissistema, anteriormente excluídos da esfera governativa, (quer de direita, quer de esquerda), entraram para coligações com partidos mais moderados, como foi o caso do Rifondazione Comunista, em Itália, ou do austríaco FPÖ (McDonnell e Newell, 2011).

Estas radicais transições – de opositor cerrado a “parceiro” de coligação – nem sempre são facilmente aceites pelo eleitorado, podendo muitas vezes criar até conflitos internos, no seio mais ortodoxo dos partidos em questão. No entanto, veio a tornar-se relativamente comum devido às mudanças, já enumeradas, que os sistemas políticos ocidentais têm vindo a experienciar desde a crise económica de 2008 e consequentes resgates financeiros, e medidas austeritárias, a que inúmeros países tiveram de recorrer.

As opções moderadas e tradicionais deixaram de ter acolhimento eleitoral, pelo que foi necessário recorrer a soluções governativas inovadoras como estas, que colocam partidos que seriam, à partida, antissistema, na governação desse mesmo sistema. A participação deste tipo de partidos na governação, seja ela direta ou indireta, não tem necessariamente de significar que eles adotaram um comportamento plenamente pró-sistema, ainda que tal possa perfeitamente acontecer. Comportamentos pró ou antissistema podem surgir em diferentes fases da vida de um partido, sem que nenhuma seja determinante ou absoluta (Zulianello, 2017).

### **1.3. Cobertura Mediática**

Os media são, indiscutivelmente, uma das ferramentas mais utilizadas pelos cidadãos para se informarem, e formularem as suas decisões eleitorais. O seu papel tem vindo a progredir nas últimas décadas, ocupando cada vez mais um lugar predominante na democracia, digno de ser considerado um dos poderes reguladores da sociedade, o muitas vezes apelidado de “quarto poder” ou de “cão-de-guarda” das causas

democráticas, focando-se na investigação de irregularidades e abusos de poder. (Antunes, 2012). O jornalismo contribui para o fortalecimento e clarificação do processo democrático, para informar e até mesmo educar a população, assim como pode ainda servir de plataforma para discussão política (Graça, 2017). Os meios de comunicação social têm assim um papel crucial na vida dos cidadãos, que passam a conhecer certos eventos ou realidades com os quais não teriam contacto de outra forma (Santana-Pereira, 2007).

Estando os meios de comunicação intimamente ligados ao sistema democrático, os próprios jornalistas e atores políticos apresentam cada vez mais proximidade, criando elos de ligação que funcionam a favor de ambos: os jornalistas pretendem ter notícias exclusivas que provenham de fontes seguras; os políticos precisam do destaque que o jornalismo lhes dá, e desse canal de comunicação que atinge grande parte da população (Serrano, 2005). Aliás, “qualquer estudo contemporâneo focado nas democracias é também um estudo de como os media transmitem os acontecimentos e assuntos políticos” (McNair, 2000 *apud* Salgado, 2007).

No presente estudo, apesar de não ser possível comprovar o grau de influência dos media na percepção que a sociedade teve dos acontecimentos analisados, pretende-se compreender se os primeiros tentaram ou não de facto influenciar de alguma forma os eleitores. Existem várias tendências e linhas de pensamento no que diz respeito à influência efetiva dos meios de comunicação na opinião pública. É um assunto que tem vindo a ser estudado e que dificilmente gera consenso entre os diferentes autores, cujas perspetivas em relação ao papel dos media no processo político têm sofrido alterações nas últimas décadas.

É possível encontrar posições em que os media são vistos como um veículo mais ou menos passivo e neutro de mensagens - e posições que defendem que os media se tornaram um ator político, cuja ação pode ter implicações em momentos tão diversos como a governação diária ou as campanhas eleitorais. Alguma literatura mais recente tem sugerido até que os media estão a tomar uma parte ativa na representação pública da política, participando como parte ativa dos processos eleitorais modernos (Bennett e Iyengar, 2008). Alguns autores sugerem mesmo que o crescente impacto dos media levou à emergência de um novo tipo de democracia, uma “media democracy”, que substitui a anterior “party democracy”, designação que pretende chamar a atenção para

um novo tipo de democracia, na qual a lógica dos media influencia o processo político (Hess, 1988; Manin, 1996; Meyer, 2002, *apud* Salgado, 2007).

No entanto, até à década de 70, a maioria das teorias relativas aos efeitos dos meios de comunicação social defendiam que a influência que os mesmos exerciam na sociedade não era considerável. Alguns investigadores da época discordaram da chamada teoria dos efeitos limitados, por acreditarem na existência de efeitos mediáticos potencialmente poderosos, e é nesse contexto que se inicia a criação da teoria do *agenda-setting*, uma das mais importantes teorias da comunicação social e política, que veio alterar permanentemente as investigações na área realizadas desde então (Scheufele e Tewksbury, 2007).

A teoria do *agenda-setting* surge inicialmente através de um estudo realizado por McCombs and Shaw durante a campanha presidencial norte-americana de 1968, no qual os autores encontraram coincidências entre o conjunto de temas abordados pelos media durante o período de campanha e o conjunto de temas que preocupava o público durante o mesmo período, motivo pelo qual defendem que a perceção pública de determinados acontecimentos depende da informação veiculada pelos media (Antunes, 2012). Segundo esta linha de pensamento, os profissionais jornalísticos teriam um importante papel na configuração da realidade, por influenciarem aqueles que consomem o seu trabalho através da forma como apresentam o conteúdo. Clarificando, o *agenda-setting* é uma ferramenta ao dispor dos jornalistas e editores, que lhes permite introduzir e salientar certos temas públicos. A ideia é que os consumidores de informação utilizam, subconscientemente, a frequência com que um determinado tema é abordado ou mencionado nos media como indicador da importância e destaque que o mesmo merece (Santana-Pereira, 2007; Graça, 2017). Isto é, “os leitores não só ficam a conhecer um determinado assunto como também a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na/sobre a notícia e da posição por ela ocupada” (McCombs e Shaw, 2000 *apud* Traquina, 2004).

À partida, a influência que os meios de comunicação conseguirão ter na perceção do recetor dependerá do nível de conhecimento que o mesmo tenha do assunto em causa. Um espectador informado sobre o período político que se possa estar a atravessar será, obviamente, menos permeável ao *agenda-setting* do que um outro que não domine minimamente o assunto (Santana-Pereira, 2007).

Segundo o *agenda-setting*, a comunicação social proporcionaria então ao público as diretrizes que ditariam não necessariamente como pensar, mas em que pensar (McCombs e Shaw, 2000 *apud* Traquina, 2004). Os media possuiriam, segundo os autores, esta valiosa capacidade de influenciar a sociedade, capaz de configurar a realidade e a visão que os seus recetores têm do mundo. Através de uma voluntária e criteriosa seleção daquilo que pretendem, ou não, divulgar, os media conseguem lançar os temas que devem, ou não, preocupar o público, fazendo com que, segundo a teoria, este tome essa decisão baseado naquilo que lê ou vê. Esta visão inovadora veio alterar profundamente o panorama dos estudos no âmbito das ciências da comunicação (Mesquita, 2003, *apud* Antunes, 2012; Salgado, 2009).

Na gíria da área, o selecionador daquilo que é relevante ou não é denominado de *gatekeeper*. Nas redações, esta função estaria associada aos editores, mas um jornalista poderá também ser um *gatekeeper*, sempre que seja ele a decidir o que merece ou deve ser notícia, ou não. Serão as atitudes e as opções destes *gatekeepers* - que poderão estar constrangidas por variados fatores - que ditarão o *agenda-setting*, ou mais especificamente, aquilo que será ou não comunicado à sociedade. Os motivos que podem levar à propositada publicação, ou não publicação, de conteúdos são tão variados que se tornam impossíveis de sistematizar.

Já o *framing*, ou enquadramento, é um complemento à teoria do *agenda-setting*, que ocorre quando um certo tema ou conteúdo é abordado pelo meio de comunicação de forma enviesada. Isto é, os contornos com que os media cobrem um determinado assunto pode influenciar a compreensão e o relevo que o público dá a esse mesmo assunto (Jasperson et. al, 1998). O conceito sugere que os jornalistas reforçam certas ideias, dando prioridade a determinados factos sobre outros, de forma a sugerir uma certa interpretação particular dos acontecimentos. Neste segundo nível do *agenda-setting* o papel dos media não seria apenas, como foi sublinhado até agora, o de atribuir mais ou menos saliência a um assunto, mas sim de o moldar de acordo com a sua vontade, selecionando alguns aspetos em detrimento de outros - e promovendo uma determinada perspetiva do assunto, podendo assim influenciar a perceção do recetor sobre o mesmo e, conseqüentemente, a sua formação de opinião (Santana-Pereira, 2007; Antunes, 2012; Graça, 2017). Scheufele e Tewksbury (2007) destacam o facto de que o *framing* não tem de ser necessariamente uma ferramenta maquiavélica que os jornalistas utilizam de forma perversa, realçando que faz parte da profissão reduzir a complexidade

de certos assuntos, de forma a poupar espaço, tempo, e também para facilitar a compreensão do público. Mas tal simplificação, quando levada ao limite, poderá distrair os leitores daquilo que verdadeiramente importa (Lilleker, 2006, *apud* Santana-Pereira, 2007).

Apresentando uma visão diferente destas duas, Susana Salgado (2007) sublinha que o agendamento dos media pode ser influenciado e controlado pelas agendas de outros atores, visto que muitas vezes são os próprios jornalistas que sofrem pressões e influências em relação ao que, e como, publicar.

À semelhança daquilo que ocorre com o *agenda-setting*, a aplicação do *framing* será mais bem-sucedida num leitor ou espectador que não se encontre a par do tema do que num outro que seja conhecedor do mesmo (Scheufele e Tewksbury, 2007).

O *priming*, conceito do ramo da psicologia cognitiva que tem vindo a ser cada vez mais aplicado nas ciências da comunicação, refere-se ao efeito que os conteúdos jornalísticos possam ter nos comportamentos ou julgamentos que os seus consumidores desenvolvam, relativamente a um certo assunto (Roskos-Ewoldsen et al, 2002). Ou seja, o *priming*, funcionando como um “atalho cognitivo”, resultaria na avaliação de temas ou personalidades políticas mediante critérios que foram estabelecidos com base nos conteúdos mediáticos, que encorajariam, à partida, a audiência a decidir de uma forma específica a sua opinião, podendo até mesmo influenciar decisivamente o comportamento de voto, a empatia com os líderes e o posicionamento ideológico (Iyengar e Kinder, 1987 *apud* Graça, 2017; Santana-Pereira, 2007). Este efeito ocorre então “quando o conteúdo de notícias ou de reportagens sugere às audiências que estas deveriam utilizar temas específicos como parâmetros de referência para analisar e avaliar a performance dos líderes e dos governos”, e poderá ser visto como uma extensão do *agenda-setting* (Scheufele e Tewksbury, 2007).

Existem outras ferramentas da comunicação política que cada vez mais existem no quotidiano dos votantes informados, por se terem tornado gradualmente comuns.

A tendência para a personalização da política, alimentada não só mas também pelo crescente papel dos meios de comunicação, encontra-se em inegável crescimento um pouco por todas as democracias - e tem vindo a reforçar o papel dos atores políticos individuais e da imagem dos líderes, em detrimento da centralidade dos partidos e de outras entidades coletivas tradicionais, que por sua vez perdem parte da sua

importância, por serem considerados “cada vez menos úteis como trunfos para o sucesso das campanhas e a obtenção de bons resultados eleitorais” (Santana-Pereira e Lisi, 2016). Este processo tem deixado revelar, também, o descontentamento dos cidadãos em relação ao status quo e aos partidos, especialmente do governo, que tantas dificuldades têm tido em responder aos desafios da crise económica e das dívidas soberanas.

Em Portugal, no entanto, os candidatos tendem a centrar a campanha nos seus partidos e apresentam ainda uma grande dependência, especialmente financeira, dos mesmos (Lisi, 2011; Santana-Pereira e Lisi, 2016).

A negatividade é outra característica cada vez mais comum, ainda que seja mais espectável em países com sistemas bipartidários (Ridout e Walter, 2015).

São considerados elementos de campanha positivos aqueles que se limitam a enunciar, precisamente, pontos positivos do próprio candidato; e negativos aqueles que, por outro lado, enunciam pontos negativos dos candidatos adversários. Não se consideram comparações estabelecidas entre um e outro candidato um elemento negativo, visto que a menos que o candidato A ignore absolutamente o B, essas comparações terão tendência a existir e a ser comuns. A declarada difamação, a conduta insultuosa (muitas vezes relacionada com as características pessoais e não profissionais do candidato em questão), já é, obviamente, considerada como negativa (Lau e Rovner, 2009). Em Portugal, por se tratar de um sistema multipartidário, as campanhas negativas não são tão comuns como nos Estados Unidos ou no Reino Unido, por exemplo, países em que a negatividade entre candidatos é feroz e se tem agravado com o tempo.

Os media têm vindo a aumentar a sua importância nos momentos políticos, alterando a sua postura. Se antes se atribuíam apenas como um instrumento de comunicação, nos últimos tempos assumem-se como um dos atores principais no processo político, em que os próprios partidos e atores políticos se cingem aos modelos mediáticos para captar uma maior atenção dos eleitores (Serrano, 2005). Em Portugal, o panorama mediático foi considerado por alguns autores como pluralista polarizado, com medias consideravelmente politizados e concentrados em conglomerados que, com fraca capacidade financeira, podem sofrer constrangimentos à sua independência editorial - apesar de essa ameaça não ser tão poderosa como noutros países da Europa do Sul e de, nos últimos anos, novos estudos da área terem concluído que os meios de

comunicação portuguesas têm vindo a apresentar uma visão cada vez mais neutra e diversificada em termos de ideologia (Santana-Pereira, 2015; Hallin e Mancini, 2004 *apud* Graça, 2017; Santana-Pereira e Nina, 2016).

No caso das campanhas eleitorais – mecanismo fundamental que assegura a representação de preferências dos eleitores no sistema político e a responsabilização dos agentes políticos pelos eleitores (Freire, 2009, *apud* Antunes, 2012) – a comunicação social apresenta um papel ainda mais proeminente na difusão de conteúdos, tendo José Santana-Pereira (2015) confirmado que, em 2011, 94% da amostra inquirida se servia da televisão para estar a par das atividades políticas exercidas no decorrer das campanhas, 24% preferia os jornais e apenas 12% a Internet, com a grande maioria dos cidadãos - 85% - a admitir ainda assim não ter lido nenhum programa eleitoral (Santana-Pereira, 2015). Com a crescente apatia que a sociedade tem vindo a desenvolver relativamente à política e tudo o que esta envolve, os media tornaram-se uma das poucas plataformas através da qual continua a ser possível para os atores políticos darem-se a conhecer e comunicarem com o eleitorado. Os mass media assumem-se assim como intervenientes autónomos e capazes não só de participar no processo eleitoral como também de o regular de certa forma.

A dependência dos atores políticos face aos media torna-se evidente quando os mesmos fazem questão de passar a sua mensagem através dos meios de informação, como acontece em períodos de campanha, nos quais um dos principais objetivos de um representante político é conseguir expor-se ao máximo mediaticamente (Salgado, 2007 *apud* Antunes, 2012; Serrano, 2005). Os media são o elemento de ligação entre os governantes e os governados, pois através da informação que difundem dominam a perceção dos eleitores perante os candidatos que estão a votos, bem como a sua compreensão política (Salgado, 2010).

## Notas Finais

Ao longo deste capítulo tentou-se elucidar o leitor relativamente aos focos teóricos que serão úteis ao longo da presente dissertação. De acordo com o analisado até aqui, e corroborado por diversos autores, a crise económica experienciada desde 2009, provocou, em Portugal e noutros países da Europa, um terramoto económico e financeiro – mas também social e, consequentemente, político.

Os partidos incumbentes sofreram fortes penalizações e os sistemas partidários parecem ter-se alterado de forma perene. A crise dos partidos tradicionais levou a que fossem postas em prática soluções governativas, e políticas, inovadoras - que muito frequentemente incluíram partidos antissistema nunca antes integrados na esfera governativa, e que resultaram, regra geral, em agitados períodos pós-eleitorais, como aconteceu no caso português.

Por outro lado, o poder da comunicação – e a influência dos meios de comunicação na conformação, afirmação, controle e manutenção do poder político – saltou definitivamente para o palco das questões essenciais dos dias de hoje.

Questionam-se, na atualidade como desde sempre, o papel e os códigos de conduta dos meios tradicionais de comunicação – que se pretendem, por definição, guardiões de seriedade intelectual e política, de equidade e imparcialidade, mediante cumprimento de normas éticas e deontológicas nunca negligenciáveis, porque estruturantes (da própria comunicação e da democracia política).

Mas surgem também, neste novo milénio, novas formas de comunicação social – social porque pública e de livre acesso, através da internet e das suas redes, sociais ou não, estruturadas ou não – que escapam aos códigos conhecidos, ao controle dos poderes democráticos, e a qualquer quadro normativo, ou de autorregulação, que possam afastar as inquietações que por todo o lado se levantam, a par do deslumbramento que esses novos meios também proporcionam.

Analisar – com objetividade e rigor científico - o modo de cobertura e a influência da comunicação, relativamente a um concreto fenómeno político, pode ser, na modéstia deste estudo, um contributo para melhor se compreender a essencialidade dos media para a conformação da democracia, nos tempos que vivemos.

## **Capítulo 2: A emergência da ‘Geringonça’**

### **2.1. A historicamente conturbada relação das esquerdas portuguesas**

Desde finais de 2015, no âmbito da mais recente solução governativa, os partidos de esquerda com assento parlamentar na Assembleia da República têm tentado colocar as suas divergências de parte e reconduzir Portugal ao equilíbrio económico e social, sem que disparidades ideológicas – e não só – criem a temida instabilidade que afastaria a confiança dos parceiros internacionais, e que daria razão a todas as vozes que, nos primórdios da gestação deste arranjo à esquerda, tanto o criticaram e apelidaram de “suicida” para o país. Qualquer acordo ou coligação entre partidos, mesmo que seja entre habituais aliados, pode provocar – e, regra geral, provoca – conflitos no seio dessa união, por ser de extrema complexidade criar harmonia entre duas (ou mais) entidades que perfilhem convicções substancialmente desiguais. Num caso destes, em que as forças partidárias em questão partilham um historial de constante discórdia e conflito, com antigas e recentes sinergias sociais, sindicais, económicas, mediáticas, políticas e europeias a influenciarem negativamente o seu relacionamento (Freire, 2017), torna-se ainda mais complicado conceber uma aproximação.

Como o próprio António Costa afirma, no prefácio da obra de André Freire (2017), ao longo dos últimos 40 anos de democracia o sistema político português sofreu de uma dinâmica assimétrica que favoreceu a governabilidade à direita, visto que esta apenas se viu obrigada a governar em minoria uma vez, no ano de 1985, por ter a capacidade de se coligar que sempre faltou ao Partido Socialista e à restante esquerda, que nunca formou coligação pré ou pós-eleitoral, nem sequer um acordo de incidência parlamentar como o que sustenta o governo atual.

O PS conseguiu alcançar a maioria absoluta uma única vez, em 2005, tendo nas suas restantes experiências governativas estado limitado a soluções minoritárias (como foi o caso em 1976, 1995, 1999 e 2009), e a episódios efémeros e fora do comum, como os sete meses do acordo de incidência parlamentar com o CDS, em 1978, ou os dois anos de coligação governativa com o PSD, no chamado “Bloco Central”, de 1983 a 1985 (Costa, 2017). Pontuais apoios parlamentares, vindos quer da esquerda quer da direita, ajudaram a sustentar os ainda assim instáveis e complicados anos de minoria

socialista, que foram muitas vezes pautados pela capacidade da direita de condicionar a governação, mesmo não se encontrando no governo (Freire, 2017).

Mesmo antes do final da Guerra Fria, há duas situações em que a esquerda no seu conjunto, PS, PCP e UDP, tem uma maioria absoluta de deputados no Parlamento (1976-79 e 1983-85), mas ainda assim, não existe qualquer solução conjunta (Freire, 2017). A ausência de acordos e de posições conjugáveis sobre inúmeros assuntos de governação foi bloqueando possíveis soluções à esquerda, com algumas exceções em matérias nas quais a esquerda esteve de acordo, como por exemplo no combate à desigualdade fundada na orientação sexual, que ocorreu durante a governação de José Sócrates (Costa, 2017). E note-se que tal facto não vai de encontro ao que acontece no resto da Europa, pois observando o panorama internacional no que diz respeito ao entendimento – ou falta dele – entre as esquerdas: como nota André Freire (2017), apesar de, até ao final da Guerra Fria, ou seja até 1989/1991, a falta de relações entre as esquerdas ser bastante comum na Europa Ocidental, (com apenas três exceções, França, Finlândia e Islândia a quebrarem a regra), no período após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso da União Soviética, em 1991, estas soluções governativas tornam-se bastante comuns, ocorrendo em 11 países (nomeadamente Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Noruega e Suécia). Portugal foi, até finais de 2015, exceção à regra no âmbito europeu (Freire, 2015).

Interessa, portanto, realizar uma breve, mas completa, revisão histórica que resuma, mas explicita da melhor forma possível, aquele que tem vindo a ser, desde 1974, o conturbado relacionamento da esquerda portuguesa, que inicialmente contava apenas com os Partidos Socialista e Comunista, mas que, desde 1999, passou a contar com afirmação parlamentar de uma terceira força política: o Bloco de Esquerda.

Antes ainda de instaurada a democracia em Portugal, já Mário Soares e Álvaro Cunhal se reuniam, no exílio de ambos, em busca de união na luta antifascista, e de posições comuns sobre a solução governativa que melhor se apropriaria ao país, após derrube da ditadura, que viria a ocorrer em abril de 1974 (Galvão e Tavares, 2016). Mas as diferenças ideológicas desde cedo os separaram – o que se tornou evidente com a deriva revolucionária do PCP, posterior a abril de 1974, sobretudo ao longo do Verão Quente de 1975, a gerar grandes desconfianças por parte do PS (Freire, 2017).

Os comunistas defendiam um conceito de democracia política, muito diferente do modelo liberal-democrático representativo que o PS sustentava: era o modelo das democracias populares, tributário dos sistemas vigentes para lá da “cortina de ferro” soviética, que inspiravam o PCP no período pós-25 de abril. Algo que se revelava também através do forte alinhamento geopolítico do PCP com a URSS, muito mais ortodoxo e afastado do eurocomunismo mais comum nos vizinhos europeus.

As exigências maximalistas que o PCP apresentava para o estabelecimento de qualquer tipo de solução governativa eram também um grande entrave à relação com o PS (Freire, 2017). As divergências entre os dois partidos surgiam ainda devido papel atribuído ao Movimento das Forças Armadas, no contexto revolucionário imediatamente posterior a abril de 1974. O PCP defendia a participação direta dos militares na Assembleia Constituinte, enquanto os partidos pró-democracia liberais, ou seja, o PS e os partidos à sua direita, advogavam o afastamento do MFA do processo constituinte (Lisi e Freire, 2015).

Seria então o PS, (sob a liderança de Mário Soares, que não ponderava quaisquer entendimentos com a esquerda radical nesta fase ainda embrionária da democracia portuguesa), a recusar os acordos à esquerda com o PCP. Esquerda essa que acabou por sair, após o período revolucionário, marginalizada politicamente em relação aos principais partidos, tendo os comunistas assumido o papel de partido antissistema, conceito complexo que será explanado detalhadamente no capítulo da contextualização teórica, mas que retirou o PCP do chamado “arco da governação”, no qual o PS sempre se manteve, devido, entre outras coisas, às suas posições bem mais moderadas relativamente a vários temas (Freire, 2017).

As eleições constituintes de 1975, que tiveram lugar num período revolucionário, ainda de grande indefinição política, vieram deixar clara esta cisão, com a legitimidade dos partidos moderados a ser reforçada. A clivagem política de então não se centrava na dicotomia esquerda/direita, mas sim no tipo de regime que deveria ser adotado, colocando de um lado o PS, o na altura PPD, e o CDS, e do outro o PCP e a restante extrema-esquerda (Freire e Lisi, 2015). Os eventos de 11 de março de 1975 consolidaram essa mesma separação, influenciando bastante as estratégias dos partidos para as campanhas eleitorais de 1975 e de 1976, criando um padrão que se veio a repetir nos anos seguintes: o PCP mais próximo dos restantes micropartidos da extrema esquerda, e o PS mais próximo do centro e dos partidos de direita, que partilhavam a

sua visão liberal de tipo ocidental para a democracia portuguesa e que admitiam coligar-se uns com os outros, mas não com o PCP, que por sua vez admitia a intenção de participar num governo PS (Cunhal, 1977 *apud* Freire e Lisi, 2015; Freire, 2017).

Ainda em 1975 surgiu mais um confronto claro entre os dois partidos, relativamente ao desejo comunista de instituir uma central sindical única, na altura a aprovação da “Lei da Unicidade Sindical”. Vários dirigentes socialistas criticaram veemente o estabelecimento da Intersindical como central única dos trabalhadores, sendo que o PS apoia, já em 1978, a fundação da UGT, central sindical agregadora de sindicatos maioritariamente afetos à área política do PS e do PSD (Ferreira, 1994, *apud* Freire e Lisi, 2015; Belchior, 2015).

Nesse mesmo ano (1978) Mário Soares tentou um acordo no Parlamento com o PCP que viabilizasse o seu executivo, após a queda do I Governo Constitucional, mas as negociações para o desejado consenso foram extremamente difíceis – diz-se que os partidos se chegaram a reunir 19 vezes –, e a tentativa não passou disso mesmo (Galvão e Tavares, 2016), acabando Soares por resolver a questão criando um incomum (e, até hoje, irrepetível) acordo de incidência parlamentar com o CDS, que durou apenas cerca de 8 meses.

Surge, no ano seguinte, a Aliança Democrática, a primeira de muitas coligações entre o CDS e o PSD, na altura chefiados, respetivamente, por Diogo Freitas do Amaral e Francisco Sá Carneiro.

Em 1983 o Partido Socialista afasta-se ainda mais do Partido Comunista, criando, pela primeira vez, uma inédita solução de coligação governamental entre o PS e o PSD, com um acordo de incidência parlamentar. O primeiro partido havia vencido as eleições, mas longe da maioria absoluta, tendo sido obrigado a coligar-se com o segundo para conseguir governar. Inaugura-se assim o “Bloco Central”, liderado por Mário Soares e Carlos Alberto Mota Pinto. Simultaneamente, Portugal finaliza o seu processo de adesão à CEE, projeto que aproximaria ainda mais o PS do “centro” (César Oliveira, 1993, *apud* Espírito Santo, 2015). O PCP era claramente contra esta adesão, que apelidava de servidora dos interesses da economia capitalista, em detrimento dos interesses do povo (Espírito Santo, 2015). Este acordo PS/PSD dura apenas até novembro de 1985, data em que termina por falta de entendimento entre os partidos no

poder e consequentes dificuldades governativas, em grande parte agravadas pela prematura morte de Mota Pinto, líder do PSD.

Em 1987, quando Cavaco Silva vence as eleições sem maioria absoluta, o Partido Renovador Democrático (PRD) - uma associação de facto novidade na democracia portuguesa que entrou em força no sistema partidário, alcançando quase a percentagem de votos do PS, “cavalgando” o desgaste dos partidos pré-existentes, e contando com o mal disfarçado patrocínio do então Presidente da República Ramalho Eanes, que mais tarde viria a liderá-lo - apresenta uma moção de censura, com a intenção de derrubar o governo social-democrata. O na altura líder do PS, Vítor Constâncio, apoia a moção do PRD, acreditando que chegaria ao poder com o apoio do novo partido e do PCP, sem que o Presidente da República, na altura Mário Soares, tivesse de convocar novas eleições. No entanto, Soares não concordou com a “coligação que sempre achou contranatura” e dissolveu o Parlamento, convocando novas eleições (Galvão e Tavares, 2016), ficando assim a hipotética relação PS/PCP adiada mais uma vez.

O PCP vivia nestes tempos uma época conturbada, com movimentações internas contestatárias e algumas dissidências pessoais, devido às mudanças internacionais que ocorriam simultaneamente no comunismo a nível global, com os processos de *perestroika* e *glasnot* de Gorbatchev na URSS que desafiavam a ortodoxia marxista-leninista do partido (Jalali, 2015; Silva, 2015).

Nas legislativas de 1991 o PCP forma a ainda existente coligação CDU, com o PEV (Partido Ecologista os Verdes), e tinha como objetivo desfazer a maioria do PSD, o que poderia, segundo os mesmos, abrir um possível caminho de entendimento entre a CDU e o PS. Tal não aconteceu e o PS, preconizando o trilha de Soares, continuou a deslocar-se cada vez mais para o centro, o que se verificaria especialmente com Guterres, em 1995 (Jalali, 2015), ano em que o PS, com 112 deputados eleitos, procurou um aliado que viabilizasse o seu Orçamento de Estado e, apesar de ainda ter tentado fazê-lo através do apoio do PCP, acabou por preferir negociar com o CDS de Manuel Monteiro, que se absteve da votação (Galvão e Tavares, 2016).

No final da década de 90 as convulsões internas no PCP prosseguiram, com uma ala renovadora a sublinhar a incapacidade do partido em atrair novo eleitorado e a defender uma moderação ideológica, acompanhada de uma maior democracia interna,

que permitisse alargar o debate à esquerda e estabelecer convergências políticas (Jalali, 2007 *apud* Silva, 2015). No entanto, as vozes mais ortodoxas do partido, como Álvaro Cunhal, Jerónimo de Sousa e José Casanova, contestaram fortemente esta tentativa de renovação, por temerem que ela implicasse a perda da essência dos comunistas (Silva, 2015). A crise que o partido vivia agravou-se ainda mais em 1999, quando a predominância institucional do PCP dentro da esquerda radical foi questionada, devido ao surgimento do Bloco de Esquerda como força com representação parlamentar (Freire, 2017).

O Bloco de Esquerda resultou da fusão de dois partidos de esquerda radical, o Partido Socialista Revolucionário e a União Democrática Popular, assim como de um movimento político, o Política XXI. O BE pretendia superar a fragmentação à esquerda e reformar a democracia ao ampliar os canais de participação, mas de acordo com as principais instituições liberais, tecendo críticas à União Soviética. Pretendia, essencialmente, arrecadar o apoio dos eleitores de esquerda insatisfeitos com o desempenho do PS e do PCP (Lisi, 2009 *apud* Silva, 2015; Freire, 2017). Não desdenhava o projeto europeu da mesma forma que os comunistas, ansiando, pelo contrário, por reformar a UE e fortalecer as suas políticas supranacionais, apresentando-se assim como alternativa de esquerda interessada na cooperação internacional, mas com intenções de alterar o processo de integração europeia (March e Freire, 2012 *apud* Freire, 2017). Na sua primeira campanha, em 1999, o Bloco assumiu-se como um partido com prioridades pós-materialistas, interessado em alterar o discurso tradicional e discutir temas diferentes dos seus opositores, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a despenalização do consumo de droga ou a legalização de imigrantes (Silva, 2015).

Ora, torna-se aqui mais complicado de justificar a falta de entendimento governativo entre as esquerdas portuguesas, especialmente entre o PS e o BE, sendo que este último criticava duramente a ortodoxia ideológica do PCP, um dos grandes entraves ao entendimento com o PS (Freire, 2017). March (*apud* Freire, 2017), de facto, define as condições de probabilidade de tais acordos ocorrerem como sendo muito mais elevadas entre a esquerda radical do que entre a extrema-esquerda, incluindo-se no primeiro grupo o Bloco de Esquerda e no segundo o Partido Comunista. As explicações encontradas para a persistente falta de consenso são várias: as razões e circunstâncias históricas de distância entre os partidos, com um PS mais alinhado ao centro e uma

esquerda radical mais alinhada à esquerda; as divisões ancestrais do sindicalismo português em duas grandes centrais, sendo que o terreno sindical português nunca estimulou a formação de um governo de esquerda; a pouca vontade das elites políticas dos partidos em promoverem as aproximações com as necessárias cedências mútuas; e as características base do sistema eleitoral e constitucional português, que oferece reduzidos incentivos à cooperação entre os partidos e favorece a formação de governos minoritários (Freire, 2017).

No entanto, a vitória por maioria absoluta do PS de Sócrates nas legislativas de 2005 abriu um parêntesis na necessidade de convergências à esquerda, sendo que até 2009 as mesmas não foram necessárias. Ainda assim, o então deputado Manuel Alegre, com o apoio de mais alguns parlamentares, votou algumas vezes contra o seu próprio partido e ao lado do BE e do PCP, ensaiando assim tentativas de aproximação à esquerda (Freire, 2017).

Quem também as ensaiou, em palcos menores, mas igualmente relevantes, foi António Costa, que em 2007, depois de vencer na Câmara Municipal de Lisboa sem maioria absoluta, se coligou com o Bloco de Esquerda, que concorrera com o candidato independente José Sá Fernandes. Apesar da união não ter durado muito, e de um ano depois o BE se ter afastado do independente, esta foi a tentativa mais bem conseguida de entendimento das esquerdas em Portugal até as legislativas de 2015, neste caso do PS e do BE (Galvão e Tavares, 2016). António Costa volta a tentar encontrar soluções com as esquerdas em 2009, conseguindo desta vez apenas um acordo de coligação com o Movimento Cidadãos por Lisboa (Freire, 2017).

No mesmo ano ocorrem novas legislativas, das quais o PS volta a sair vencedor, mas sem maioria absoluta. A esquerda unida (PS, BE e PCP) conseguiu arrecadar cerca de 56% dos votos, os socialistas, fazendo José Sócrates e Mário Soares admitirem, pela primeira vez, que uma coligação à esquerda poderia ser uma opção. Desta vez, foram os partidos à esquerda do PS a afastar tal solução (Freire, 2017). A governação do PS em 2009 viu-se, então, obrigada a contar com a direita – mas sem qualquer acordo parlamentar, sendo que nenhuma das forças políticas queria a responsabilidade de governar, dada a conjuntura pouco favorável e as previsões tenebrosas da crise que se aproximava (Fernandes, 2015) – para viabilizar os seus Orçamentos de Estado e principalmente os seus Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC's), associados a

fortes pacotes de austeridade impostos pelas entidades internacionais, que pretendiam fazer frente à crise económica que se fazia já sentir em Portugal e na Europa.

A esquerda radical foi grande oposição a tais medidas, chegando mesmo a propor uma moção de censura ao governo no início de 2011 – apresentada pelo BE e chumbada pela direita (Freire, 2017; Galvão e Tavares, 2016). O papel conjunto de únicos opositores às medidas de austeridade uniu o Bloco e o PCP, que apesar de não convergirem em grande parte da matéria europeia e internacional, viam a situação portuguesa como inoportuna. Dessa forma, e aliando-se desta vez à direita, conseguiram derrubar o governo de Sócrates, que acabou por se demitir em março após o anúncio de um quarto pacote de austeridade, que nenhuma das forças partidárias aprovou (Freire, 2017), o que precipitou o pedido de resgate financeiro internacional, supervisionado pela intervenção externa tutelar de uma “troika” constituída pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Ao mesmo tempo que Cavaco Silva marca novas eleições, a temida mas inevitável ajuda externa é formalizada e contratualizada num memorandum que é apenas assinado pelo PS, PSD e CDS-PP, sendo que os partidos da esquerda se recusaram a fazê-lo, por o considerarem uma “intromissão não democrática” (Santana-Pereira, 2015), atitude que transparece o fortalecimento do euroceticismo e a crescente radicalização, neste período, das esquerdas portuguesas, tornando o sistema político português bastante mais polarizado (Freire, 2017).

De sublinhar que, aquando das novas eleições em 2011, uma maior parte dos cidadãos inquiridos sobre o assunto preferia, como solução governativa, uma coligação PSD/CDS, seguida da possibilidade de um novo bloco central. A possibilidade de coligações à esquerda era defendida apenas por percentagem residual dos inquiridos (Santana-Pereira, 2015) e não se afigurava sequer, nesse momento, como algo realizável.

Como seria de esperar o vencedor das legislativas antecipadas de 2011 foi o PSD que, em sequência, se coligou com o CDS, formando o executivo que, sem grandes sobressaltos, governou até 2015. Apesar de uma considerável inflexão neoliberal dos sociais-democratas, com orientações desfavoráveis ao Estado e favoráveis ao mercado, o eleitorado votou sobretudo com base na performance do incumbente, penalizando-o fortemente (Freire, 2017). Com inúmeras medidas de austeridade, a coligação PSD/CDS

não só correspondeu ao acordado com as entidades credoras como decidiu ultrapassar os objetivos estabelecidos, através da introdução de medidas extra, nada fáceis para os portugueses, que viram a sua qualidade de vida descer drasticamente.

Numa fase em que tanto a oposição partidária como os próprios movimentos sociais reivindicativos, há tanto “adormecidos” em Portugal, cresceram exponencialmente, a atitude crítica que se esperava do PS não surgia, com António José Seguro, o líder socialista que se seguiu a Sócrates, a abster-se em várias votações – chegando mesmo a votar a favor de certas medidas que prejudicaram gravemente os direitos dos trabalhadores – até ao final de 2012 (Freire, 2017). A liderança do partido é então questionada e, depois da inovadora realização de eleições primárias - em que, pela primeira vez em Portugal, também os simpatizantes, e não só os militantes do PS, puderam escolher o candidato a primeiro ministro, entre o líder incumbente e António Costa - passa a pertencer a este último.

Estavam assim criadas as primeiras condições necessárias para o futuro acordo à esquerda: Costa, desde os tempos na CML, sempre rejeitou o conceito de “arco da governação”, que excluía tanto o PCP como o BE da responsabilidade governamental, e demonstrou-se desde cedo bastante mais dotado para encontros à esquerda do que à direita (Galvão e Tavares, 2016).

## **2.2. O derrube do muro: as eleições legislativas de 2015**

Importará agora, depois de contextualizadas historicamente as relações entre a esquerda portuguesa, analisar as legislativas de 2015, palco inicial dos acontecimentos estudados na presente dissertação. Estas eleições foram as mais competitivas desde 1985 (Fernandes, 2016), e a campanha levada a cabo pelos partidos iniciou-se muito antes do seu período oficial. A presente análise terá em conta, nessa medida, não só as fases de campanha e de pós-eleições, mas também os acontecimentos que imediatamente as antecederam.

O panorama internacional, especialmente o europeu, tinha sido marcado, no mesmo ano, por um terramoto chamado Syriza, a coligação de esquerda radical grega que venceu as eleições de janeiro de 2015. O sucesso do Podemos, nas eleições autárquicas espanholas, e o gradual desgaste dos partidos moderados, aumentavam a

incerteza em relação aos resultados das legislativas portuguesas, assim como influenciavam as atitudes dos partidos nacionais na campanha e pré-campanha eleitoral (Fernandes, 2016). Estes movimentos surgiram principalmente devido às circunstâncias europeias que na altura se viviam, fruto da crise financeira de 2008 e das políticas de forte austeridade aplicadas, sob a égide alemã, em quase toda a europa, aumentando consideravelmente as desigualdades sociais, com avultados cortes nas despesas sociais do estado (Pacheco Pereira, 2016).

O ideário socialista, e as preocupações de justiça social caras a esta área política, foram, nesta época, fortemente prejudicados e afastados das estratégias partidárias e da política concreta, com uma inequívoca deslocação à direita tanto dos partidos sociais-democratas como dos socialistas (Freire, 2017). Estes últimos saíram bastante prejudicados, um pouco por toda a europa, como foi por exemplo o caso do PASOK, na Grécia, que acabou por ser praticamente afastado do sistema político grego, perdendo identidade e votos. Por outro lado, a viragem dos sistemas partidários revelou-se também com o surgimento de inúmeros movimentos populistas, como o UKIP do Reino Unido; a expressão eleitoral da extrema direita aumentou em força, como aconteceu em França com a Frente Nacional; e a emergência de novas esquerdas radicais atraiu de forma notória eleitorado aos socialistas, como sucedeu com o Podemos, em Espanha (Pacheco Pereira, 2016).

É com este pano de fundo europeu que Pedro Passos Coelho governa Portugal. Em coligação com o CDS, o Governo aplica várias medidas – como os cortes de salários na função pública, nas reformas e pensões, muito além do que estava previsto, o aumento de impostos sobre o trabalho, a facilitação de despedimentos e a redução do número de feriados nacionais, por exemplo – que não constavam nem nos programas eleitorais apresentados aos portugueses nem no programa de 2011 da Troika (Freire, 2015), o que criou um pesado ambiente de contestação pública, com algumas das maiores movimentações civis dos últimos anos. Ainda assim, a 25 de abril de 2015, o PSD e o CDS-PP informam Portugal que concorrerão coligados às legislativas desse mesmo ano: as suas propostas para os próximos 4 anos são, em linhas gerais, dar continuidade à governação da última legislatura, de forma a manter sob controlo a despesa pública, acelerar o crescimento, aumentar o emprego e eliminar gradualmente alguma da austeridade aplicada (Fernandes, 2016).

A oposição do PS, que se esperava clara e incisiva, demonstrou-se débil até finais de 2012, com os socialistas a absterem-se ou a votarem a favor das propostas da direita (Freire, 2017). Esta postura alterou-se com a chegada de António Costa à liderança do partido, em 2014, altura em que o PS engrossou a voz e fez frente às soluções encontradas pela direita, sem questionar os progressos alcançados, mas tentando sugerir uma diferente forma de lá chegar. Com um programa eleitoral que, continuando a apostar no crescimento e respeitando os compromissos internacionais, devolvia parte do Estado Social aos portugueses, o Partido Socialista contestava a tática da direita e pretendia incentivar o crescimento através de estímulos ao consumo, dinamizando a economia também através da procura interna.

O PCP cortava completamente com as políticas de austeridade nas suas propostas, defendendo o aumento dos salários, das pensões e dos rendimentos dos trabalhadores, assim como uma política fiscal que reduza o peso sobre os rendimentos dos trabalhadores e das micro, pequenas e médias empresas, tributando fortemente os rendimentos e o património do grande capital (Fernandes, 2016). Para além disto o Partido Comunista, que com a crise e a vinda da Troika para Portugal aumentou bastante o seu euroceticismo, advogava uma renegociação da dívida pública e colocava em causa a permanência de Portugal no Euro.

O programa do Bloco de Esquerda, por sua vez, baseava-se numa dura crítica à governação de direita, apresentando medidas alternativas que pretendiam, principalmente, acabar e reverter as políticas de austeridade e devolver o rendimento a quem mais tinha sofrido com elas. Os bloquistas desejavam também, ainda que sem o grau de radicalismo do PCP, reestruturar a dívida (Freire, 2017; Fernandes, 2016).

Com o desenrolar da campanha, as sondagens iam demonstrando que nenhum partido venceria por maioria absoluta, e que ainda nada estava decidido - com a direita a surgir à frente da esquerda em algumas das previsões. Tais perspetivas foram criando as primeiras especulações sobre a “geometria variável” do pós-eleições, que poderia vir a aproximar as esquerdas (Galvão e Tavares, 2016). De facto, ainda antes de chegar à liderança do PS, António Costa foi deixando claro que não acreditava no chamado “arco da governação”, que excluía permanentemente, desde há 40 anos, o PCP e o BE das soluções governativas portuguesas. Via como necessária a presença destes partidos na governação, para que a democracia de Portugal pudesse ser verdadeiramente inclusiva e representativa (Costa, 2017), como afirmou em diversas ocasiões. A sua postura era,

portanto, de quem não descartava nenhuma opção pós-eleitoral, à direita ou à esquerda. Os partidos da esquerda radical, conscientes de tais factos, adotaram uma estratégia ambivalente, simultaneamente demarcando-se dos socialistas, para evitar o voto útil estratégico e capitalizar o descontentamento popular com as políticas de direita, mas admitindo, por outro lado, a possibilidade de negociações com Costa (Fernandes, 2016). Essa abertura transpareceu, aliás, nos debates televisivos realizados entre António Costa e os líderes do BE, Catarina Martins, dia 14 de setembro, e do PCP, Jerónimo de Sousa, dois dias depois. Nesses debates, a disponibilidade para entendimentos ficou clara, principalmente por parte da líder do Bloco, que no final da conversa lançou três pedidos concretos e pragmáticos a António Costa, afirmando que caso eles fossem atendidos (neste caso abandonados, dado que se tratavam de três tópicos do plano dos socialistas), as portas do BE estariam abertas a negociações (Galvão e Tavares, 2016; Freire, 2017; Fernandes, 2015, 2016). Já em período de campanha oficial, tornam-se cada vez mais nítidas as intenções do PS – dia 26 de setembro o Expresso noticia que o secretário-geral socialista não viabilizará um governo minoritário da coligação PAF (PSD e CDS) (Freire, 2017).

E, de facto, Costa seria o líder mais apto para conversações à esquerda, com um passado que lhe era favorável – filho de um comunista e bem relacionado com membros de peso do PCP, como Domingos Abrantes, e com elementos do BE – e já com alguma experiência, adquirida, por exemplo, nas tentativas da Câmara Municipal de Lisboa (Galvão e Tavares, 2016).

A 4 de outubro de 2015 os portugueses foram convocados às urnas para eleger o XX Governo Constitucional. Mais de 5 milhões responderam ao chamamento e deram à coligação PAF vitória relativa nas eleições, com 38,4% dos votos e 107 assentos parlamentares. O PS foi a escolha de cerca de 32% dos cidadãos, o Bloco de Esquerda obteve 10% dos votos, e a CDU conquistou 8% dos eleitores.

Em contraste com outros países, onde partidos como o Syriza ou o Podemos experienciaram um crescimento exponencial, Portugal não viveu nenhuma revolução eleitoral, nem penalizou como seria de esperar o governo incumbente (Fernandes, 2015, 2016). Apesar de este ter perdido cerca de 700 mil votos em relação a 2011 – principalmente nas maiores cidades, nomeadamente Porto e Lisboa – a sua maioria continua a ser notável, podendo ter sido conseguida, na opinião de alguns autores, devido à eficácia da mensagem de que ‘o pior já teria passado’ e de que ‘não existia

alternativa’, com o exemplo grego do a poder ter servido de “antídoto” (Freire, 2017; Fernandes, 2016).

Apesar de ter sido o segundo partido mais votado, o PS saía destas eleições derrotado e muito longe da maioria absoluta que procurava alcançar. Com apenas 86 mandatos parlamentares, os socialistas não conseguiam sequer ultrapassar a direita, nem depois dos quatro anos de “cinto apertado” que tanto tinham custado aos portugueses. Jorge Fernandes (2016) justifica o parco resultado do partido com diversos fatores. Primeiro, com o pesado legado do anterior governo socialista, ainda bastante associado às políticas que trouxeram o FMI para Portugal; segundo, com a indefinida e pouco organizada campanha eleitoral socialista, que contribuiu negativamente para o desempenho do partido; e também com o “caso Sócrates”, que conduziu à prisão preventiva do ex-primeiro ministro, e que teve inegável impacto mediático, com carga negativa sobre o PS.

O Bloco de Esquerda seria o grande vencedor da jornada eleitoral, mais que duplicando os seus resultados e ultrapassando, pela primeira vez, a CDU.

A grande conclusão da noite de divulgação dos resultados foi que, apesar de cerca de 38% dos votos terem ido para a coligação de direita, a esquerda contava com uma larga maioria, nos 62%. E os seus líderes fizeram questão de sublinhar esse facto, ensaiando a aproximação que aí começaria. Nas primeiras declarações do Bloco de Esquerda, Catarina Martins deixa claro que “cumprirá a sua palavra”, não permitindo, no que do BE depender, que a coligação PAF forme governo. Também o PCP, nas suas primeiras declarações da noite eleitoral, se congratulou pela perda de maioria absoluta da direita, afirmando que esta ficou sem a sua capacidade de formar governo e que a CDU rejeitará qualquer tentativa de governo PSD/CDS-PP (Galvão e Tavares, 2016). António Costa, mais moderado nas declarações, assume a derrota e avisa que não rejeitará nenhum governo sem ter um outro para viabilizar, não querendo fazer parte de uma “maioria do contra” (Galvão e Tavares, 2016). Ofereceu assim o seu apoio ao governo minoritário de direita caso a coligação cumprisse três políticas-chave, não pretendendo que esta mantivesse a sua política de austeridade, “como se nada tivesse acontecido” (Fernandes, 2016). Paulo Portas e Passos Coelho rapidamente reagiram também, com o primeiro a afirmar que “uma derrota nas urnas não poderia ser transformada numa espécie de vitória de secretaria”, e com o, na altura, primeiro-ministro, a admitir tomar a iniciativa “de contactar o PS no sentido de procurar os

entendimentos que são indispensáveis para fazer as reformas importantes e estruturais na sociedade portuguesa” (Galvão e Tavares, 2016).

À medida que Portugal ia compreendendo que o entendimento entre as esquerdas poderia estar próximo, levantava-se uma onda de oposição interna no Partido Socialista, encabeçada por Francisco Assis, Sérgio Sousa Pinto (que acabaria até por se demitir) e Álvaro Bezeira, que contestavam a atitude de Costa e não viam legitimidade no PS para ser outra coisa que não oposição, tentando até desafiar, mas sem sucesso, a liderança de Costa (Galvão e Tavares, 2016).

As agências de rating internacionais também estavam atentas às movimentações pós-eleitorais portuguesas, lançando avisos de que temiam que sem uma maioria absoluta os progressos até ali alcançados, bem como os compromissos internacionais, fossem postos em risco. Os jornais de 13 de outubro afirmavam mesmo que a queda da Bolsa de Lisboa estaria relacionada com os encontros que o PS já tinha tido com o PCP e com o BE. No entanto, Costa tenta tranquilizar o país e os parceiros europeus, garantindo que “o PS não é o Syriza nem mudou para o lado dos antieuropeístas”, e que a renegociação da dívida e a permanência de Portugal no Euro não eram tópicos passíveis de negociação (Galvão e Tavares, 2016).

Também em meados de outubro era assinado o acordo de governo pela coligação PAF, que tinha propositadamente alinhado objetivos que iam ao encontro de muitos dos pontos do programa do PS, de forma a facilitar um acordo com os socialistas. Mas estes últimos, à medida que viam as negociações com a esquerda a dar frutos, estavam cada vez menos interessados em alianças ao centro, com as reuniões PS/PAF a serem, nas palavras do próprio António Costa, “um vazio total”. Apesar de várias tentativas, não conseguiram chegar a consenso, e o líder do PS debruçou-se assim em absoluto apenas neste projeto inovador, que incluiria *outsider parties* pela primeira vez na governação portuguesa (McDonnell e Newell, 2011). Simultaneamente, membros desses mesmos partidos - como Luís Fazenda, Catarina Martins, ou até mesmo o próprio Jerónimo de Sousa, líder do partido com quem estava a ser menos fácil chegar a consensos - iam demonstrando, através dos media, a solidez que dia após dia os acordos à esquerda ganhavam. O único entrave que se mantinha ainda era a questão da durabilidade do acordo, tema conflituoso para o PCP, que não queria passar nenhum “cheque em branco” aos socialistas, que por sua vez exigiam um “acordo para a legislatura e não para a investidura” (Galvão e Tavares, 2016).

Cavaco Silva, Presidente da República em final de mandato na altura – com os seus poderes de dissolução do Parlamento e de convocação de novas eleições constitucionalmente limitados, tendo por isso como única opção, caso não aceitasse António Costa como primeiro-ministro, a manutenção do governo anterior em gestão – dirige-se aos portugueses com um discurso altamente crítico da solução de esquerda que via agora cada vez mais próxima e provável, deixando claro que não concordava com tal opção governativa e alertando os cidadãos para os seus (possíveis) perigos, alegando ainda que o primeiro-ministro deveria ser o líder do partido mais votado nas eleições, que neste caso seria Pedro Passos Coelho e não António Costa. Estas declarações, que pretendiam excluir o PCP e o BE da solução governativa, criaram uma onda de indignação generalizada e acabaram por unir ainda mais as esquerdas, que Cavaco pretendia separar trazendo à conversa temas fraturantes como a participação em acordos internacionais ou a possível falta de confiança dos credores e das instituições europeias (Freire, 2017).

Pouco depois deste acontecimento, a esquerda veio confirmar que a sua união era para valer, quando se uniu no Parlamento para eleger o Presidente da Assembleia da República, levando Ferro Rodrigues à cadeira mais alta do hemiciclo com 120 votos, contra os 108 conseguidos pelo candidato proposto pela direita, Fernando Negrão. Estava demonstrada a nova correlação de forças que se encontrava no Parlamento (Galvão e Tavares, 2016).

Dia 30 de outubro Pedro Passos Coelho toma posse como primeiro-ministro do XX Governo Constitucional, aquele que acabaria por ser o mais curto da democracia portuguesa. No seu discurso de tomada de posse, apelida de “politicamente ilegítima” a atitude de António Costa, que acusava de querer “reescrever o resultado eleitoral” (Fernandes, 2016).

Precisamente um dia depois, Jerónimo de Sousa admite que o apoio ao governo socialista seria para uma legislatura, e dia 1 de novembro, em entrevista ao Diário de Notícias, Catarina Martins admite a existência do acordo de esquerdas.

Depois de decidido que o governo seria composto apenas por socialistas e independentes, a alternativa de esquerda é aprovada em Comissão Nacional do PS, com 163 votos a favor, 7 contra e 2 abstenções. Dia 8 de novembro Costa admite então a existência de um acordo para estabilidade e durabilidade de um governo de iniciativa

PS, com o apoio do PCP, do BE e do PEV. Os acordos seriam assinados bilateralmente, e não em conjunto, devido à insistência dos comunistas em se relacionarem o menos possível com o Bloco de Esquerda, existindo portanto especificações em cada acordo, dependendo do partido que o assina, mas um tronco comum aos três, onde está assumida a existência de “uma base institucional bastante para que o PS possa formar governo, apresentar programa, entrar em funções e adotar uma política que assegure uma solução duradoura” (Galvão e Tavares, 2016). O texto negociado partiu do programa eleitoral dos socialistas e incluiu várias medidas propostas pela esquerda. O objetivo principal era inverter a tendência de quebra de rendimentos dos trabalhadores, funcionários públicos e pensionistas. Neste sentido, os partidos concordaram em acelerar a reposição dos salários da função pública, descongelar a atualização das pensões e reduzir a TSU dos trabalhadores (Fernandes, 2016; Galvão e Tavares, 2016).

Os acordos são finalmente assinados dia 10 do mesmo mês, na Sala Tejo da Assembleia da República, seguindo-se a aprovação, por 123 deputados, da moção de rejeição ao governo PàF, que é nesse dia derrubado.

Após alguns dias de espera, devido a uma visita do PR à Madeira, António Costa é convocado a Belém para esclarecimentos adicionais sobre os acordos e, depois de alguma ponderação por parte de Cavaco Silva - que se aconselhou com variadas personalidades portuguesas antes de tomar a decisão - é finalmente indigitado primeiro-ministro, tomando posse a 26 de novembro de 2015.

As negociações foram complicadas - conforme seria de esperar, dada a singularidade das ocorrências em causa - mas depois de 54 dias de esforços, avanços e recuos, António Costa, Jerónimo de Sousa, Heloísa Apolónia e Catarina Martins selaram o acordo de incidência parlamentar (Bale e Bergman, 2006), que sustenta o Governo atual: a chamada Geringonça, expressão popularizada por Paulo Portas, visando denegrir a coerência e perenidade da solução governativa encontrada à esquerda, mas que entrou com permanência no léxico político nacional.

Note-se que uma aliança temporária de entidades ou partes, de pessoas ou círculos governativos que promovem uma ação conjugada (Merriam-Webster, 2006 apud Vargas-Moniz e Morgado, 2010) nunca tinha existido na esquerda portuguesa (exceto em autarquias locais), sendo precisamente esse um dos elementos característicos e estruturantes do sistema partidário português até outubro de 2015, de acordo com

Carlos Jalali (2017). Segundo o mesmo autor, esta extraordinária imprevisibilidade que rompeu com o padrão estável que era até então tido como enraizado na política portuguesa, pode ter alterado permanentemente o funcionamento do sistema partidário no nosso país (Jalali, 2017), com partidos considerados, segundo certos critérios, antissistema (Capoccia, 2002), e que têm temas fraturantes a separá-los dos restantes grupos partidários do país - como é o caso da permanência de Portugal na UE – a unirem-se a um partido que, ainda que socialista, se encontra numa posição ideológica central do espectro político-partidário.

Tudo isto demonstra que nos encontramos perante um momento político frenético e sem precedentes, mas ainda assim de inquestionável legitimidade constitucional e democrática: caso a força política vencedora o tenha sido com maioria relativa, e caso a mesma não consiga encontrar uma aliança que permita uma governação estável, poderá ser o segundo partido mais votado a governar, desde que seja capaz de liderar uma alternativa sustentável, e parlamentarmente sustentada. Tal como Freire (2017) sublinha, tal só não é legítimo como bastante comum, por exemplo, na vizinha Espanha, que nas autárquicas de 2015 viu algo de semelhante acontecer em 4 regiões diferentes.

Alterou-se assim, em quase dois meses de terramoto político em Portugal, um dos traços mais perenes da política portuguesa, em quatro décadas de democracia: a impossibilidade de serem encontrados entendimentos políticos, com efetiva incidência governativa, à esquerda do espectro político. Deixando a direita de ser a única força capaz de se entender para governar, o sistema político português tornou-se objetivamente mais inclusivo, integrador, e consequentemente mais democrático – fazendo assim cair barreiras históricas que, até final de 2015, foram conduzindo para fora da esfera governativa, que não da arena parlamentar, partidos e forças políticas representativas de quase um quinto do eleitorado (Fernandes, 2016; Freire, 2017).

## Capítulo 3: Metodologia

Este capítulo visa apresentar justificações para a metodologia adotada, assim como explicitar de que forma se pretendem alcançar as respostas desejadas com o presente trabalho, nomeadamente à pergunta de investigação, *Como é que a imprensa generalista portuguesa - nomeadamente os jornais Diário de Notícias, Jornal de Notícias, I, Expresso e Público - transmitiu a mensagem política no que diz respeito à formação dos acordos de incidência parlamentar de esquerda, entre o PS, o Bloco de Esquerda, o PCP e o PEV?*.

### 3.1. Fontes

Como a própria questão indica, tentar-se-á encontrar a resposta através da análise de vários jornais portugueses, diários ou semanários, que se pretenderam os mais representativos, mais bem consolidados na preferência dos leitores, mas também com implantação geográfica e linhas editoriais distintas.

É o caso do Diário de Notícias e do Jornal de Notícias, (dois diários cuja fundação remonta ao Séc. XIX) que, embora pertencentes ao mesmo grupo empresarial, apresentam linhas editoriais distintas, sendo que o JN é o jornal mais lido no Porto, enquanto o DN tem mais sucesso na capital. O JN é considerado pelos especialistas como um jornal de implantação e conteúdo mais popular, enquanto que o DN, segundo a mesma ótica, se insere historicamente na categoria de jornal de referência. Importa notar que no momento da análise o Diário de Notícias era ainda publicado diariamente, tendo recentemente passado ao estatuto de semanário, atualmente nas bancas apenas ao domingo.

Essa mesma classificação pode também ser pacificamente atribuída aos bem mais modernos Público e Expresso. O primeiro, surgido em 1990, pertence ao grupo empresarial da Sonae e é atualmente dirigido por Manuel Carvalho. O semanário foi publicado pela primeira vez num sábado de 1973, - e em todos os que se seguiram desde então – fundado pelo influente Francisco Pinto Balsemão, e faz parte da Impresa, o maior grupo empresarial de comunicação social em Portugal, no qual também se insere a estação de televisão SIC.

Já o I, com menos de dez anos de existência, é geralmente considerado como um diário sensacionalista. Atualmente dirigido por Mário Ramires, pertence à recente empresa de comunicação social Newsplex.

A seleção destes títulos não foi aleatória, pois pretende-se que seja possível, no final da investigação, compreender as dissemelhanças existentes entre os diferentes tipos de escrita e de transmissão da mensagem que, à partida, distanciam um jornal de referência de um sensacionalista, por exemplo. O último tende a procurar apelar constantemente ao leitor, “concebendo o jornal como um espetáculo” que pretende entreter quem o consome, enquanto o primeiro deve informar com distância, convidando o leitor à reflexão sem nunca influenciar a mesma (Grijelmo, 1998).

### **3.2. Método de Análise**

O período de análise será balizado entre dia 1 de setembro de 2015 – data do início dos debates televisivos, momentos-chave que desvendaram os primeiros indícios de que uma solução governativa à esquerda poderia, de facto, ser possível – e 26 de novembro do mesmo, dia em que o governo de António Costa toma posse com o apoio dos acordos de incidência parlamentar, assinados com o PCP, BE e PEV.

Serão analisados todos os artigos jornalísticos, independentemente do seu formato, que abordem a solução governativa (ou apenas a possibilidade da mesma) PS com apoio da esquerda. A menção de partidos ou personalidades políticas específicos não será utilizada como critério de análise, isto é, se um artigo mencionar o PCP, o Bloco ou o PS sem falar de uma possível solução governativa conjunta, o supracitado artigo não será selecionado para a investigação. Por outro lado, se uma publicação centrada, por exemplo, em Pedro Passos Coelho ou na maioria cessante apresentar alguma referência à Geringonça, será considerada na análise.

Cartas de leitores e/ou crónicas não serão passíveis de observação, por não apresentarem necessariamente pontos de vista corroborados pelo jornal em questão. Já os textos editoriais serão tomados em consideração por, à partida, identificarem as opiniões e posições, se as houver, do meio de comunicação analisado.

Quaisquer revistas e/ou publicações individuais, ainda que anexadas ao jornal também não terão parte na amostra utilizada.

Como método de análise usar-se-á a já familiar Análise de Conteúdo, abordagem que remonta a 1926 e que se tem mostrado bastante usual neste género de investigações, tendo sido previamente utilizada por autores como Salgado (2009), Santana-Pereira (2007), Espírito Santo (2008), Figueiras (2012) e Antunes (2012). Esta ferramenta de investigação procura desvendar significados e intenções diferentes daqueles encontrados à primeira vista no texto (neste caso jornalístico) que possam de alguma forma influenciar o leitor relativamente ao tema em questão (Bardin, 1977, *apud* Cavalcante et al, 2014).

Não é, no entanto, apenas através do texto propriamente dito que é possível para o jornalista direcionar o leitor relativamente a um assunto noticiado. As chamadas marcas não-textuais permitem identificar a saliência e importância deste último, sendo por isso também imprescindíveis de analisar (Santana-Pereira, 2007).

A análise será, então, dividida em dois grupos: o das **marcas textuais** e o das **marcas não-textuais**.

No primeiro será analisado o discurso jornalístico em si, nomeadamente os temas noticiados, e os tons dados à notícia – positivo, negativo ou neutro. Esta diferença de valências poderá ser encontrada nas palavras utilizadas ao longo da narrativa, sendo que, segundo Antunes (2012), o tom positivo poderá ser definido por afirmações favoráveis relativamente a candidatos, partidos políticos ou grupos de cidadãos e/ou demonstrações dos mesmos em posições de sucesso; o negativo poderá revelar-se através de afirmações desfavoráveis relativamente a certos candidatos/personalidades políticas, ou de reproduções de críticas e ataques feitos aos mesmos; já o tom neutro denotará uma ausência de adjetivação, de avaliação, e de responsabilização do candidato ou partido em questão relativamente a qualquer sucesso ou insucesso eleitoral (Antunes, 2012).

Será ainda, neste primeiro grupo, analisada a especificidade dos acordos que possam ser referidos nos artigos analisados. Isto é, se houver alguma menção a um acordo entre os partidos da esquerda, tentar-se-á verificar se o mesmo é considerado, por exemplo, formal ou informal, focado ou não em algum conteúdo programático específico, etc. Por fim, procurar-se-á compreender, através de uma última categoria, se o artigo analisado transmite mais a ideia de cooperação ou de conflito entre as entidades

presentes no dito artigo, ou seja, se a peça jornalística apresenta uma ideia de conflito entre o PS e o PCP, por exemplo, ou de cooperação entre PS e PAF.

Já no segundo grupo, o enfoque será dado aos detalhes mais “discretos” do assunto noticiado, nomeadamente se o mesmo é ou não chamado à capa; se é ou não acompanhado por fotografia; o tamanho que ocupa dentro do jornal (nº de parágrafos); o espaço que ocupa dentro do jornal (página par ou ímpar, centro ou fim da página); se se trata de uma peça assinada ou não; e por fim, em que género jornalístico se insere.

De forma a complementar as escolhas metodológicas até aqui apresentadas, e de corroborar futuros resultados e conclusões, pretende-se ainda realizar entrevistas com os diretores das editorias de política de todos os jornais analisados (consultar Anexos 22, 23, 24 e 25)<sup>2</sup>. Para além disso, informações relevantes que possam também ajudar à construção dos resultados serão procuradas em fontes secundárias, como livros e bases de dados.

Pretende-se, por fim, com os resultados alcançados através da análise empírica, realizar um tratamento quantitativo e estatístico dos mesmos, de forma a tornar as conclusões mais significativas e relevantes.

Com a análise da cobertura mediática de 87 dias extremamente importantes no panorama político português espera-se atingir, com a presente dissertação, resultados interessantes e que possam vir a ser úteis em futuras hipotéticas pesquisas na área.

### **3.3. Questões de Investigação**

Interessa agora enunciar e explicitar brevemente quais são as principais expectativas com a realização deste trabalho.

#### **Q1- A informação revelada nos artigos informativos vincula alguma postura enviesada ou parcial do jornal, apresentando algum tom específico?**

Interessa aqui, através da Análise de Conteúdo e do tom da notícia, compreender se é possível identificar algum padrão na forma como as diferentes publicações transmitem o processo de formação do governo de esquerda.

---

<sup>2</sup> Não foi obtida qualquer resposta, após várias tentativas, por parte do Jornal Expresso, pelo que foram consideradas apenas as declarações dos editores dos 4 jornais diários analisados: JN, DN, JI e Público.

**Q2- Ao mencionar o processo de formação de governo da Geringonça, a relevância dada ao líder do PS foi notoriamente superior do que a dada aos do PCP e do Bloco?**

Quando a cobertura mediática se começa a focar na possibilidade real de um acordo de esquerdas, António Costa é mais vezes focado nos artigos analisados do que Jerónimo de Sousa e Catarina Martins?

**Q3 – É possível observar negatividade na mensagem transmitida relativamente à formação da Geringonça? Se sim, quais as publicações em que mais se observa o citado fenómeno?**

*Q3.1 - As publicações sensacionalista (I) e popular (JN) analisadas utilizam mais frequentemente tom negativo do que as publicações de referência (DN, Público, Expresso)?*

Através da supracitada Análise de Conteúdo, nomeadamente da análise dos tons da notícia, pretende-se constatar se o período de formação do executivo de António Costa foi ou não alvo de negatividade por parte das publicações estudadas.

Para além disso, interessa saber se os jornais ditos de referência apresentaram, ou não, uma cobertura menos negativa dos referidos acontecimentos, visto que é deles esperada uma maior isenção do que nas publicações sensacionalista e popular, que se caracterizam, *a priori*, por textos mais tendenciosos e parciais.

**Q4 - É possível observar individualização dos líderes na forma como a mensagem foi transmitida relativamente à formação da Geringonça? Se sim, quais as publicações em que mais se observa o citado fenómeno?**

*Q4.1 - As publicações sensacionalista (I) e popular (JN) analisadas oferecem maior destaque aos líderes (e seu papel) do que as publicações de referência (DN, Público, Expresso)?*

*Q4.2 - As publicações sensacionalista (I) e popular (JN) analisadas focam-se mais nos líderes (e no seu papel) do que em temas/conteúdos políticos mais específicos?*

Relativamente à individualização e destaque do papel dos líderes, importará descodificar se o fenómeno foi ou não usual nas publicações analisadas, assim como identificar em quais o mesmo se verificou com maior frequência.

Seria expectável, ainda segundo as características dos jornais escolhidos, que o JN e o I apresentassem uma maior tendência para individualizar e mencionar os líderes de forma mais constante do que o Público, o DN e o Expresso, e conseqüentemente que apresentassem menos conteúdo político/programático específico do que as citadas publicações de referência. Interessa confirmar ou infirmar estas expectativas.

**Q5 - Os jornais de referência (DN, Público e Expresso) oferecem maior conteúdo político (tanto em volume como em substância) do que os restantes?**

Voltando, mais uma vez, às características dos meios de comunicação analisados, as publicações de referência seriam, à partida, mais completas e aprofundadas do que as restantes. Espera-se, por isso, verificar tal diferença, na média de parágrafos encontrada em cada um dos jornais, bem como na própria quantidade de notícias selecionadas para análise.

**Q6 – O partido Os Verdes (PEV) foi consideravelmente menos focado pela imprensa ao longo do processo de cobertura da possibilidade de acordos à esquerda?**

Sendo que se trata de um partido menos mediatizado, com menor número de assentos parlamentares e conseqüentemente menos destaque na esfera pública, pretende-se confirmar ou desmentir esta tendência, verificando a assiduidade da sua presença no discurso dos media.

**Q7 – Os recursos a fotografia/elementos visuais foram mais frequentemente utilizados pelos meios de comunicação sensacionalista e popular?**

Seria de esperar, de acordo com as diferenças entre géneros de jornais, que o Jornal I e o Jornal de Notícias o fizessem. Pretende-se conferir, ou não, citada premissa.

## Capítulo 4: Análise dos Resultados

No presente capítulo serão descritas e observadas, individualmente, a grande maioria das variáveis analisadas por referência ao período de estudo em apreciação, a saber: tom da notícia (positivo/negativo/neutro); editoria; tema; referência a acordo (sim/não; qual); perspectiva de conflito ou de cooperação (programático/político/procedimental); foco no líder (sim/não; qual); foco em algum conteúdo programático específico (sim/não; qual); chamada à capa (sim/não); fotografia (sim/não); nº de parágrafos; e, por fim, gênero jornalístico. Foram dispensadas as que se consideraram apresentar pouca relevância.

Comparações pertinentes entre os resultados dos 5 jornais serão realizadas variável a variável, sempre que assim interessar. Entre algumas das referidas variáveis poderão ser estabelecidas relações e/ou encontrados comportamentos relevantes de analisar. Evoluções temporais poderão também ser verificadas.

De sublinhar que a amostra consistiu num total de 1064 artigos, 136 no período pré-eleições, 928 no pós-eleições. Foram consideradas 281 notícias no Diário de Notícias, 80 no Expresso, 231 no Jornal de Notícias, 220 no I e 252 no Público (ver Anexo 1). Não esquecer que o jornal Expresso se trata de um semanário, daí apresentar um número consideravelmente menor de artigos analisados, quando comparado com as restantes publicações: enquanto os diários foram observados praticamente todos os dias ao longo do período selecionado (87 dias), consideraram-se para análise apenas 12 exemplares do Expresso. Assim, importa desde já explicar que todos os valores apresentados se encontrarão em percentagem (à exceção de circunstâncias em que tal não seja possível ou relevante), sob pena de não serem compreensíveis em termos proporcionais. Para se atingir os presentes resultados, foi utilizado como instrumento estatístico o SPSS, versão 24, programa que facilita o referido tratamento percentual dos dados.

Os valores em termos absolutos – bem como outras informações detalhadas, que não serão apresentadas no presente capítulo por restrições de tamanho da dissertação – poderão ser encontradas nos anexos.

## Tom da Notícia

Esta primeira variável foi dividida em três possíveis categorias: neutro, positivo e negativo. A escolha de inserir cada artigo numa destas três possibilidades foi baseada em critérios linguísticos, isto é, após cuidadosa leitura, foram analisadas as marcas textuais presentes em cada um deles - como adjetivação, analogias ou comparações tecidas – e, dessa forma, selecionada qual a qualificação que melhor se apropriava.

Se, num artigo, o jornalista elogiava ou defendia alguma entidade política ou líder, era considerado presente um tom positivo (ex: 2 de outubro, Expresso. "Quem anda no meio da campanha da líder do BE por mercados e arruadas vê despontar algo de novo. São evidentes os sinais de cumplicidade entre a candidata e muitos eleitores, gente que à primeira vista parece estar muito afastada do BE. Não é só a empatia de Catarina a ditar o comportamento: feirantes e clientes dos mercados, já sem a candidata por perto, falam abertamente com os jornalistas e muitos fazem suas as causas e as palavras de ordem do BE"; ex2: Jornal I, 25 de novembro. "como negociador, António Costa é provavelmente o político mais brilhante da sua geração").

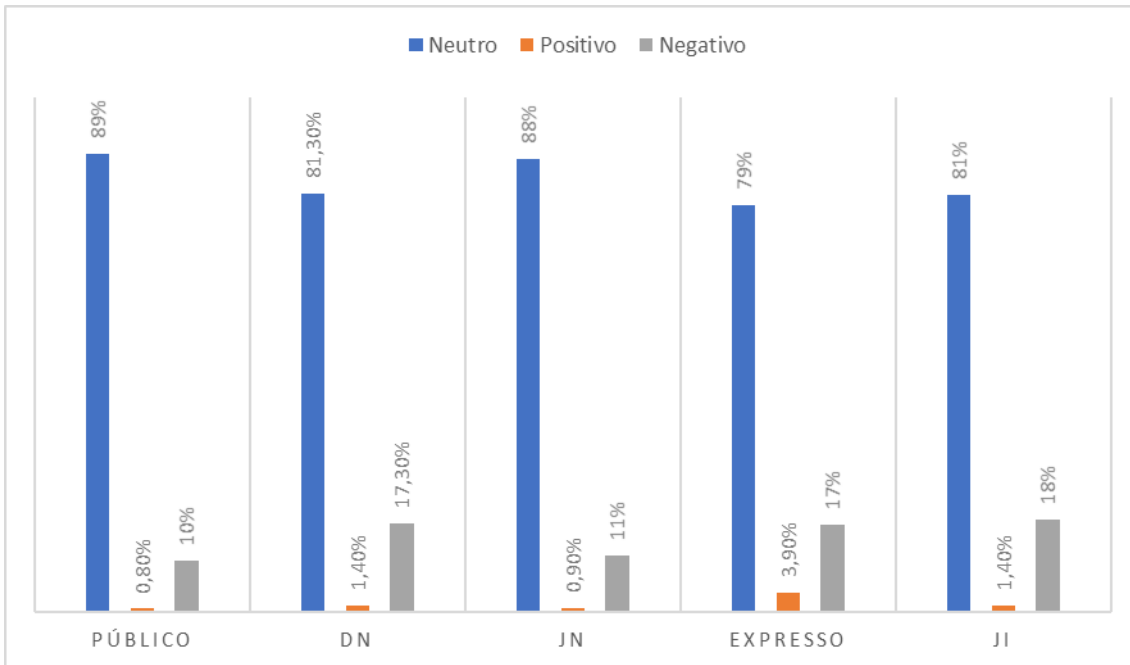
Se, por outro lado, o texto jornalístico incidia em referências menos elogiosas, diretamente ou através de discretas marcas textuais; questionava claramente certas atitudes ou ideias de qualquer entidade/líder políticos; ou chegasse mesmo a criticar as referidas ações, o artigo seria considerado de tom negativo (ex: 14 de novembro, Diário de Notícias. "Jerónimo de Sousa fez ontem mais uma jogada digna de póquer"; ex2: Jornal I, 20 de novembro. "Foi tática pura o que se passou ontem no parlamento, com os partidos da direita a tentarem expor as divergências da nova coligação parlamentar pegando no óbvio"). Caso o artigo não se insira em nenhuma destas duas opções, apresentando um texto consideravelmente isento, sem transmitir qualquer opinião ou ponto de vista, será considerado neutro.

Olhando para os 1064 artigos, sem dividir para já os valores por jornal, é possível afirmar que cerca de 84% dos mesmos foram considerados de tom neutro; 14% apresentaram um tom negativo; e apenas 1,3%, tom positivo. Para além de descrever qual o tipo de abordagens, ao preencher a variável nas grelhas de análise foram também consideradas as entidades a quem aquelas se dirigiam. Isto é, se foi considerado que a notícia  $x$  apresentava um tom positivo, foi também revelado a quem esse se dirigia.

Por isso, é possível dizer que os acordos de esquerda foram noticiados com um tom negativo 30 vezes, a coligação PàF 17 vezes, o PS 9 vezes e o PCP e BE, 3 vezes. Os tons positivos, consideravelmente mais escassos, surgiram apenas 4 vezes em referência ao Bloco de Esquerda, 3 vezes à coligação PàF e 6 vezes relativamente à solução de esquerda.

No que diz respeito a referências aos líderes, foram encontradas 27 menções negativas para António Costa, que se viu referido com um tom positivo apenas uma vez; 2 menções, também negativas, para Paulo Portas; 5 menções para Passos Coelho; igual número para Jerónimo de Sousa. Catarina Martins foi a única líder que não sofreu de nenhuma referência negativa, contando apenas com uma positiva.

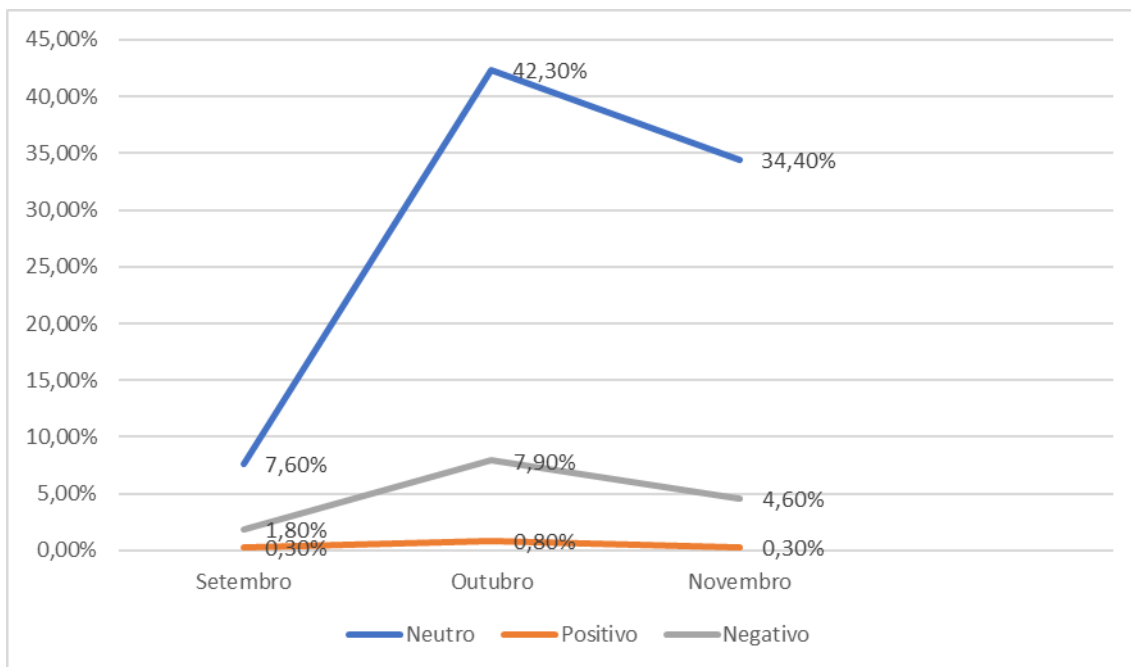
Detalhando agora estes números por publicação, e observando o gráfico 1, podemos verificar que o tom positivo foi, como já havia sido demonstrado, praticamente irrelevante, apenas com o Expresso a apresentar uma maior percentagem de artigos com referências positivas (cerca de 4%) e a Público o menor (0,8%), sem grandes diferenças de resultados entre as publicações (para valores absolutos, consultar Anexo 2). O tom neutro foi indubitavelmente o encontrado na grande maioria dos artigos de todos os jornais, também sem consideráveis diferenças entre as publicações. Já o tom negativo foi mais frequente no Diário de Notícias (17%) e, novamente, no I (aproximadamente 18%). O Público e o JN apresentaram ambos os valores mais baixos para o tom negativo (o primeiro teve 10%, o segundo 11%).



**Gráfico 1 - Tom da notícia, por jornal**

As diferenças entre jornais, após realização do teste qui-quadrado, podem ser consideradas marginalmente significativas ( $p = 0.050$ ).

Observando a variável numa perspectiva de evolução temporal, foi possível perceber uma evolução significativa (também através da realização do teste qui-quadrado, [ $p = 0.006$ ]), sendo que o período pré-eleições obteve 101 tons neutros, 5 positivo e 25 negativos, enquanto após as eleições legislativas os tons neutros passaram a 781, os positivos a 9 e os negativos a 125. No entanto, separando o período temporal por mês, a evolução já não se verifica significativa, sendo que ( $p = 0.086$ ), como é possível verificar no gráfico 2.



**Gráfico 2 - Evolução temporal do tom da notícia, por mês**

## Editoria

Para esta variável não será possível elaborar uma análise extensa, visto que comparações entre jornais não serão passíveis de realização, por cada um deles denominar de forma diferente cada uma das suas editorias, e examiná-la numa perspetiva de evolução temporal não se demonstrou relevante.

Posto isto, importa apenas verificar aqui quais as mais utilizadas por cada uma das publicações. De referir que foram utilizadas diversas editorias para inserir o tema mas, por uma questão de relevância, apenas as mais frequentes serão aqui distinguidas, podendo o leitor encontrar as restantes nos Anexos 3, 4, 5, 6 e 7.

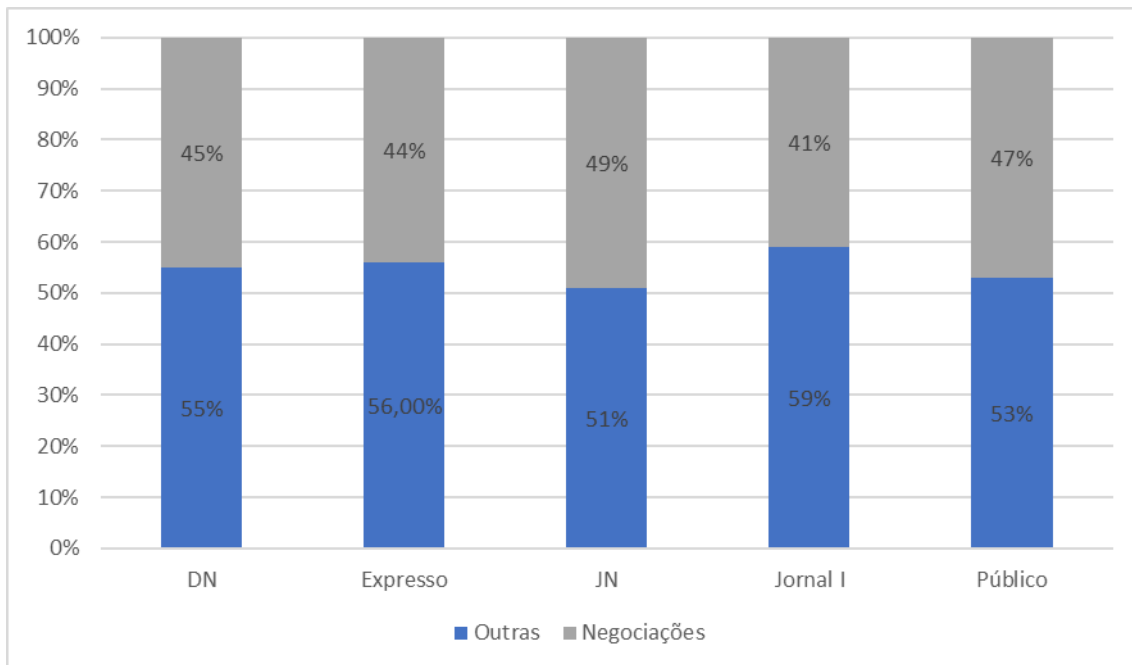
No Diário de Notícias, foi a editoria “DN+, Portugal à espera” a mais utilizada para abordar o tema estudado. Bastante usadas foram também “Portugal” e “DN+, Eleições 2015”. No semanário Expresso, as editorias mais comuns foram “Legislativas 15”, “Entrevista”, “Negociações/Novo Governo” e “Política/Esquerda”, enquanto no JN surgiram com mais frequência as “Nacional”, “Primeiro Plano” e “Página2: Legislativas 2015”. No Jornal I o acordo entre as esquerdas foi mais noticiado dentro das páginas de “Política”, “Legislativas15”, “Editorial”, “Governo” e “Crise Política, já no Público foi nas editorias “Portugal” e “Destaque” que se encontraram maior parte dos artigos.

## **Tema**

Esta variável, de forma a poder ser analisada, teve de sofrer alterações. Isto porque, inicialmente, o tema do artigo era descrito, podendo ser qualquer um, acabando por tornar impossível encontrar um padrão ou permitir uma análise estatística, visto que as opções eram imensas. Por isso, foram selecionadas duas categorias: notícias sobre as negociações e outras notícias, categoria na qual se inserem os supracitados diversos temas, como “Campanha Eleitoral”, “Debates”, “Efeitos das negociações na Bolsa” ou “Reações Europeias” – alguns dos que surgiram mais frequentemente, mas não o suficiente para serem relevantes como categoria. Importa ainda ressaltar uma outra temática usual na categoria “Outras” encontra-se relacionada com o na altura Presidente da República, Cavaco Silva. Notícias sobre os seus discursos ou declarações, possíveis cursos de ação e consequentes críticas a ele tecidas na esfera pública surgiam com considerável frequência. Todos estes temas são demasiado distintos entre si para serem passíveis de agrupamento, e não surgem tantas vezes quanto seria necessário para justificarem a criação de uma nova categoria.

Será assim possível observar o comportamento e evolução desta variável, ainda que com a limitação de não compreender a totalidade dos temas abordados nos artigos que foram selecionados para análise.

Analisando os valores totais, sem separação por publicação, as notícias sobre as negociações foram contabilizadas 482 vezes, e as sobre outros temas, 581 vezes.



**Gráfico 3 - Tema, por jornal**

Verificando os valores, mas agora divididos por publicação, podemos visualizar (no gráfico 3) que todos apresentam um maior número de notícias com outros temas do que sobre as negociações, sem diferenças relevantes entre si ( $p = 0.516$ ). Para valores absolutos, consultar Anexo 8.

Contudo, quando o foco da análise passa para a evolução temporal, os resultados são outros. Consegue-se compreender, novamente através do teste qui-quadrado, que ( $p = 0.000$ ), valor absolutamente significativo que comprova a existência de relação entre a variável e o passar do tempo. Ora, em setembro nenhuma notícia sobre as negociações foi escrita, em nenhum dos jornais (0%). Já em outubro, 54% das notícias publicadas ao longo do referido mês são sobre as negociações. Em novembro, o valor volta a descer para 46,5%, com as notícias sobre outros temas a representarem 33,7% do total publicado.

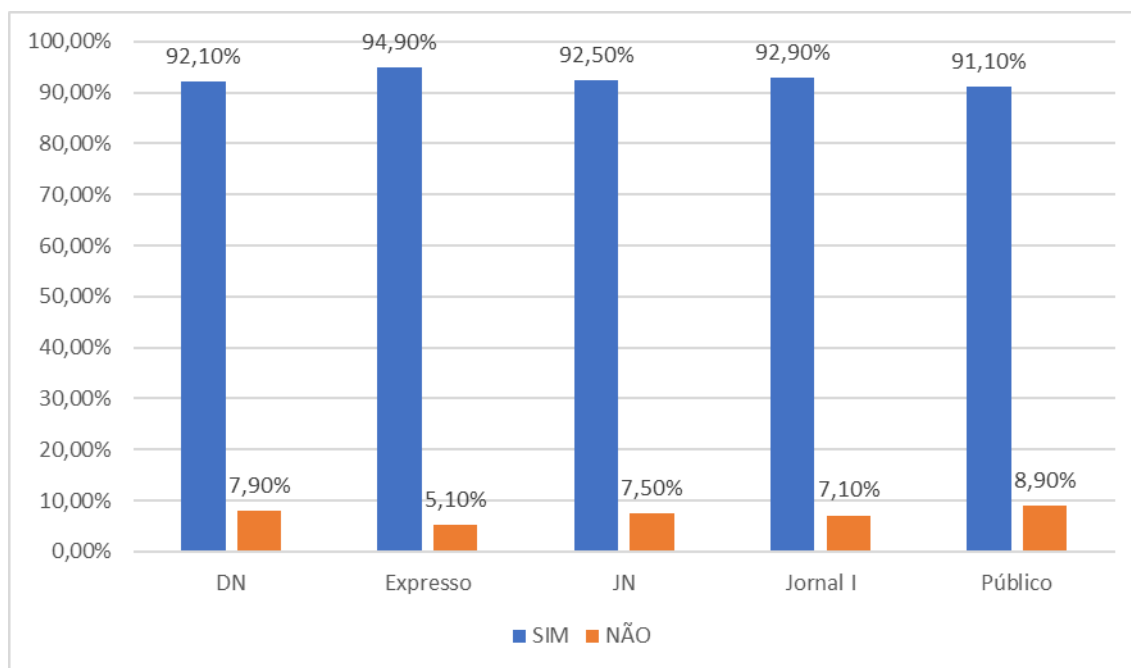
## Referência a Acordo

A variável Referência a Acordo, pela sua extensão e conteúdo qualitativo, será analisada tanto quantitativa como qualitativamente. Ao longo da recolha de informações relativas à variável foram transcritas as próprias referências ao acordo encontradas em cada um dos artigos, pelo que se viu como pertinente ceder uma parte do presente capítulo ao relato e aprofundamento das mesmas. Começando pela análise quantitativa,

serão comparados entre si os valores (Sim/Não) obtidos nos diferentes jornais e verificada a evolução dos ditos numa perspetiva temporal, isto é, de que forma os mesmos evoluíram ao longo do período analisado.

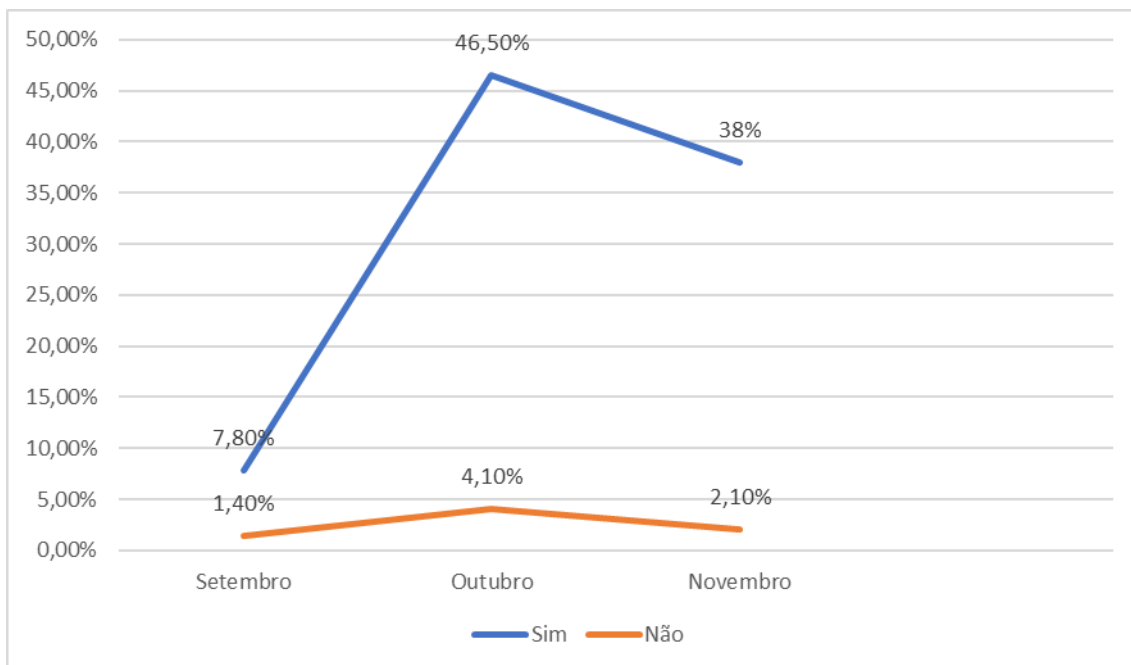
## Análise Quantitativa

Antes de mais, importa referir que, no total de artigos analisados, 965 faziam algum tipo de referência ao acordo, e apenas 80 não o faziam. Dividindo estes valores por jornal (ver gráfico 4), e comparando-os entre si, chegamos à conclusão de que não existem grandes diferenças entre eles ( $p = 0.843$ ), com todos a apresentarem um número de referências ao acordo consideravelmente superior ao de não referências (para valores absolutos, consultar Anexo 9).



**Gráfico 4 - Referência ao Acordo, por jornal**

Interessa ainda, ao analisar qualitativamente a presente variável, procurar compreender a sua evolução temporal. Se dividirmos o período de análise entre pré e pós-eleições, constatamos que ( $p = 0.002$ ), verificando assim que existe uma relação significativa entre as referências ao acordo e o passar do tempo, nomeadamente que o acordo foi mencionado 104 vezes e ignorado 18, no período pós-eleições os mesmos valores foram, respetivamente, 861 e 62 (ver Anexo 10). Se, por outro lado, dividirmos o período temporal por meses (ver gráfico 5), podemos constatar que ( $p = 0.003$ ), valor que traduz igualmente a significância da relação entre as duas variáveis.



**Gráfico 5 - Evolução da Referência ao Acordo, por mês**

## Análise Qualitativa

Agora, e dando maior ênfase a esta segunda parte da análise, a variável será revista de uma forma qualitativa, visto que, no preenchimento das grelhas de análise, todas as referências existentes foram transcritas. Proceder-se-á a uma constatação de quais as principais informações que os 5 jornais, em conjunto, ofereceram aos seus leitores sobre o acordo, não do seu conteúdo – que será aprofundado mais tarde, com a análise da variável Conteúdo Programático Específico – mas detalhando a forma que o referido acordo tomou, bem como as maiores dificuldades políticas encontradas ao longo do caminho, os seus principais apoiantes e críticos. No fundo procurar-se-á compreender o que o leitor comum consegue reter sobre o mencionado acordo apenas pela leitura das publicações que estiveram em análise, não só acerca do mesmo, mas também sobre as posições que as diversas entidades políticas, partidárias ou não, tomaram.

No período pré-eleições, isto é, de 1 de setembro a 4 de outubro, as referências ao acordo de incidência parlamentar realizado entre a esquerda em Portugal foram escassas e pouco relevantes. Como o semanário Expresso sublinha, nesta fase inicial o principal alvo dos partidos de esquerda era maioritariamente o PS, fazendo com que fosse possível afirmar, aparentemente, que entendimentos entre estas três forças

partidárias estavam longe de ser possíveis. O PCP deixava claro que não desejava “arranjos para formar governo” com os socialistas, “rejeitando qualquer tipo de aliança”<sup>3</sup>.

Mas o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda começaram a dar sinais de que tal cooperação poderia afinal vir a existir, especialmente quando, no debate televisivo entre Catarina Martins e António Costa, a primeira apresentou as três condições sine qua non do BE para “conversar” com os socialistas (“se o PS estiver disponível para abandonar esta ideia de cortar 1660 milhões de euros nas pensões, abandonar o corte da TSU, e abandonar esta ideia do regime conciliatório, que é uma forma de flexibilização dos despedimentos, no dia 5 de outubro eu cá estarei. Se me disser que sim, ou que vai pensar, já valeu a pena este nosso encontro”). De parte a parte, a abertura foi surgindo nos discursos de ambos os partidos. Tal foi possível de verificar com o Bloco de Esquerda a afirmar que “nunca faltará a um governo que trave a saída de riqueza e empobrecimento”<sup>4</sup>, Marisa Matias a sublinhar que o BE “já apresentou de forma muito clara as condições para que isso (coligação com PS) pudesse acontecer (...) não é um programa impossível de realizar”<sup>5</sup>, ou até mesmo com Catarina Martins a, mais uma vez, reafirmar que “o BE não faltará a um governo que não congele ou queira reduzir as pensões”<sup>6</sup>. Nesta fase, os bloquistas pressionavam Costa a responder se “está ou não disponível para uma coligação”, confirmando que “há consensos à esquerda”, e que é com esses que o Bloco quer trabalhar<sup>7</sup>. No jornal I, Fernando Rosas fazia também pressão para obter resposta socialista, defendendo uma “aliança pré-eleitoral que junte PCP, BE e socialistas mais à esquerda”<sup>8</sup>.

Do lado do PS, era pelas declarações daquele que viria a ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva) que o partido notificava “registar essa certa abertura” para conversar, ainda que sem dar respostas concretas sobre o referido convite<sup>9</sup>, atitude criticada pelos bloquistas (Catarina Martins descreveu o silêncio dos

---

<sup>3</sup> Expresso, 5 de setembro de 2015.

<sup>4</sup> Diário de Notícias, 14 de setembro de 2015.

<sup>5</sup> Diário de Notícias, 21 de setembro de 2015.

<sup>6</sup> Público, 23 de setembro de 2015.

<sup>7</sup> Diário de Notícias, 1 de outubro de 2015.

<sup>8</sup> Jornal I, 12 de setembro de 2015.

<sup>9</sup> Público, 18 de outubro de 2015.

socialistas como “avassalador”<sup>10</sup>), e encarada como predisposição dos socialistas para negociar com a direita. O Jornal I noticia, nesta fase, que o convite feito pelo Bloco estava a ser encarado no PS com desconfiança<sup>11</sup>.

Com o Partido Comunista Português, a possibilidade de cooperação não foi tão facilmente sugestionada. Apesar de sublinhar que o PCP se encontra em “contactos informais com o PS”, que “nunca fugirá ao diálogo sincero em todos os momentos e espaços”, e que o partido é “uma força pronta para assumir responsabilidades”, Jerónimo de Sousa não dará, “evidentemente, cheques em branco ao PS”, duvidando de “para quem e com quem” pretende o PS governar<sup>12</sup>. Numa divisão entre “negociar ou ser firme nos valores; ser intransigente na defesa de princípios e valores ou negociar com PS para evitar novo governo PàF”, os comunistas tanto se demonstram abertos a entendimentos com Costa, como indicam que tal abertura estará sempre totalmente dependente das atitudes dos socialistas, como Jerónimo de Sousa afirmou, ao sublinhar “a inutilidade de o PS contar com o apoio da CDU, se pretender continuar as políticas dos últimos anos”<sup>13</sup>.

Neste período, contam ainda como referências ao acordo as declarações do líder partidário Paulo Portas, que desafiou o PS “a revelar o plano B que tem para depois das eleições”, plano esse que julga ser contra “o interesse nacional, da classe média e da economia portuguesa”, agitando assim o fantasma de um PS “esquerdizado e radicalizado”, por admitir “que o país pode ser governado não ao centro, mas com acordos com os partidos mais à esquerda”<sup>14</sup>. Passos Coelho e Portas veem como uma “certeza” que, “em caso de vitória minoritária (da direita), haverá uma união da esquerda no Parlamento que impedirá a coligação de gerir o país”<sup>15</sup>.

É neste panorama de abertura à cooperação que as publicações asseguram, antes das eleições, que existe “um cenário que tem vindo a tornar-se credível: uma coligação – ou pelo menos um entendimento parlamentar – entre o PS e os partidos à sua

---

<sup>10</sup> Jornal de Notícias, 18 de setembro de 2015.

<sup>11</sup> Jornal I, 21 de setembro de 2015.

<sup>12</sup> Diário de Notícias, 16 de setembro de 2015.

<sup>13</sup> Diário de Notícias, 27 de setembro e Expresso, 26 de setembro de 2015.

<sup>14</sup> Público, 7 de setembro de 2015.

<sup>15</sup> Jornal de Notícias, 27 de setembro de 2015.

esquerda”<sup>16</sup>. O Expresso<sup>17</sup> sugere ainda que o PS tem outra opção: governar apenas com um dos partidos, deixando o outro de fora.

Os dias que se seguiram a 4 de outubro foram plenos em teorias e possibilidades governativas, dadas a imprevisibilidade dos resultados e a alteração de maioria no Parlamento, que passou a estar na posse da esquerda. Foi rapidamente compreensível que a possível nova aritmética parlamentar estava dependente do PS: ou o partido permitia a posse da coligação de direita, chegando a algum tipo de acordo com a mesma e deixando por isso passar o seu governo; ou mudava aquele que tinha vindo a ser o curso natural das alianças partidárias em Portugal, e optava por uma solução em conjunto com os partidos da esquerda, que se mostravam agora disponíveis para aprovar um governo socialista.

Logo no rescaldo dos resultados eleitorais, naquelas que foram as primeiras declarações oficiais do PS, António Costa, com a chave da governabilidade na mão, deixou claro que não faria parte de uma “maioria negativa”, afirmando que nunca votará uma moção de rejeição sem que haja “uma alternativa sólida de governo”. Catarina Martins foi perentória quando reiterou a oferta do BE a Costa. “O BE está disponível para conversar sobre uma solução de governo que salve Portugal, bastando para isso que o PS aceite abandonar três ideias, que a nosso ver contrariam a possibilidade de mudança de ciclo”. A líder dos bloquistas desafia, ao discursar na noite das eleições, os restantes partidos da esquerda a associarem-se ao partido na tentativa de “travar um governo da coligação”<sup>18</sup>. O Jornal de Notícias considera mesmo que o partido de Catarina poderá ser “a charneira” de uma solução de governo à esquerda<sup>19</sup>. Também Jerónimo de Sousa prometeu vida curta a um executivo de direita, firmando o desafio ao PS de “tentar formar um governo, respeitando a confiança que lhe foi dada pelos eleitores para romper este caminho que tem vindo a ser seguido por este governo (PSD-CDS), e tentar encontrar uma política alternativa”. Ainda da parte do PCP, João Oliveira insistiu que os socialistas deveriam “tentar formar governo” e reafirmou a “disponibilidade da CDU para construir uma política alternativa” à da direita.

---

<sup>16</sup> Diário de Notícias, 1 de outubro de 2015.

<sup>17</sup> Expresso, 2 de outubro de 2015.

<sup>18</sup> Diário de Notícias, 6 de outubro de 2015.

<sup>19</sup> Jornal de Notícias, 5 de outubro de 2015.

Garantindo que um governo PàF se encontrava apenas na mão dos socialistas, o PCP lamentou não ver, da parte do PS, “vontade política” para formar governo de esquerda<sup>20</sup>.

Mas rapidamente se torna claro que, apesar de todos os aparentes entraves, nomeadamente a ideia de que Cavaco Silva dificilmente aceitaria um governo de esquerda – ideia essa que foi estabelecida pelo próprio chefe de Estado, que sem o dizer explicitamente no seu discurso, excluiu as forças mais à esquerda das possíveis soluções governativas – a insólita convergência à esquerda pode efetivamente acontecer. Pelo menos assim o deseja o PCP, que dá ao PS “luz verde”, a 8 de outubro, para liderar uma solução governativa que impeça a posse de um novo executivo PSD-CDS. Jerónimo de Sousa, após a primeira reunião com António Costa na Soeiro Pereira Gomes, frisou, em declarações inéditas, que “mesmo num quadro em que o PS insista no seu programa e que não seja fácil encontrar uma convergência sobre um programa de governo (com o apoio do PCP), nem assim se pode concluir que a solução seja um governo do PSD-CDS”. “O PS terá de escolher entre associar-se à viabilização e apoio a um governo PSD-CDS ou a tomar a iniciativa de formar um governo que tem garantidas condições para a sua formação e entrada em funções”. O histórico comunista realçou ainda que PS e PCP concordaram na leitura dos resultados eleitorais, que acreditam traduzir a vontade da maioria “em não querer este governo e esta política”. O líder do PS, também no final do encontro, confirmou que foi possível “identificar perspetivas comuns e questões prioritárias”. “Não estivemos a trabalhar sobre o que nos divide (...). Foi um diálogo muito franco. Nos próximos dias há condições para aprofundar pontos de convergência identificados nesta reunião, dando-lhes expressão institucional”, declarou Costa, mandatado pelo partido para prosseguir negociações tanto à direita como à esquerda. No caderno de encargos apresentado por Jerónimo de Sousa para um acordo político com o PS, eram mais os pontos de convergência do que de divergência com o programa eleitoral dos socialistas, visto que os comunistas se encontravam dispostos, em nome da viabilização de uma solução que não a da direita, a “colocar entre parênteses” as divergências no que diz respeito a política externa (nomeadamente NATO e UE). Fica

---

<sup>20</sup> Diário de Notícias, 6 de outubro de 2015

assim claro que as conversações com o PCP se demonstravam, ainda que embrionárias, produtivas<sup>21</sup>.

Nesta altura o jornal de referência Diário de Notícias admite que António Costa “fecha assim as portas a um governo à direita, assume a possibilidade de um governo maioritário à esquerda com PCP e BE e nada diz sobre acordos de outra natureza com a coligação”<sup>22</sup>. Ainda assim, no dia seguinte, o PS foi à sede do PSD reunir com Passos Coelho, mantendo todas as portas em aberto.

Já com o Bloco de Esquerda, as negociações começaram com alguma desconfiança, visto que os bloquistas adiaram a reunião que tinham marcada com os socialistas para depois deles reunirem com o PCP, justificando que precisavam de mais tempo para preparar um “conjunto de medidas para trabalhar com o PS”<sup>23</sup>. Ainda assim, quando o encontro finalmente ocorreu, o Bloco de Esquerda reiterou que não será por si que existirá um governo de direita. Já os socialistas desejam que, mais do que viabilizar um governo minoritário seu, que o BE se comprometa também a “viabilizar a governação”<sup>24</sup>. Catarina Martins apresentou-se disposta a afastar as divergências e a concentrar trabalhos nos pontos em que os dois partidos concordam, retirando do caminho o radicalismo antieuropeu e anti NATO. Luís Fazenda, um dos fundadores do partido, afirmou que o BE está preparado para deixar passar um governo PS, mas sem responsabilidades governativas: “não se está a falar de nenhuma coligação de governo nem de responsabilidades governativas”, diz, reforçando a ideia de que as possibilidades são “um governo minoritário de direita ou um governo minoritário de esquerda”. No final do encontro, Catarina Martins não escondeu o positivismo e sublinhou: “estão criadas as condições de consenso básico para responder às três condições básicas que o BE tinha colocado para a viabilização de um governo”<sup>25</sup>.

A 10 de outubro, o jornal I noticia que António Costa reuniu ainda com o PEV, num encontro que classificou como “muito produtivo”, tendo ficado agendadas mais reuniões para a seguinte semana.

---

<sup>21</sup> Expresso, 10 de outubro de 2015

<sup>22</sup> Diário de Notícias, 8 de outubro de 2015.

<sup>23</sup> Jornal I, 10 de outubro de 2015.

<sup>24</sup> Público, 12 de outubro de 2015.

<sup>25</sup> Diário de Notícias, 12 de outubro de 2015.

Ao mesmo tempo, insurgem-se as primeiras vozes contra a convergência que se começa a formar à esquerda. Em declarações ao Diário de Notícias, José Matos Correia, do PSD, encara um possível governo que venha a ser formado pelo PS, com o apoio de BE e PCP, como “formalmente legal, mas politicamente ilegítimo”<sup>26</sup>. Do CDS chegam também vozes que alertam para a possibilidade de “um governo do PREC”, que, segundo os mesmos, se trataria de uma “obscenidade política”<sup>27</sup>. Luís Montenegro, em entrevista ao Jornal de Notícias, demonstra não crer que “os portugueses, quando votaram PS, PCP e BE, quiseram formalizar um governo conjunto”<sup>28</sup>.

Dentro do próprio Partido Socialista, começa-se a formar a oposição interna ao percurso escolhido por António Costa, da qual fazem parte nomes sonantes como o de Augusto Santos Silva, António Galamba, Seixas da Costa, Álvaro Beleza, Vera Jardim, João Proença e Vital Moreira. Também Vítor Ramalho se apresenta em desacordo com Costa, sugerindo que a possibilidade de o PS formar governo com apoio da esquerda deveria envolver uma forma alargada de auscultação aos militares. O socialista Sérgio Sousa Pinto assume a grandeza da rutura com o líder partidário, demitindo-se do Secretariado Nacional do PS, por discordar em absoluto da inserção, na solução governativa, de partidos “que não estão disponíveis para integrar o governo e partilhar a responsabilidade de governar”. António José Seguro vê o possível acordo PS-Esquerda como algo “politicamente fragilizado” e que irá “fraturar o partido”. A cabeça de lista socialista por Coimbra, Helena Freitas, identifica-se também como contrária a possibilidade de acordo; e chegam ainda dos Açores mais sinais de descontentamento, com Vasco Cordeiro a verbalizar a sua “oposição à solução de governo de esquerda”<sup>29</sup>. Está assim aberto aquele que viria a ser um forte conflito no seio do partido, com alguns dos membros do mesmo a advogar que, com o caminho escolhido por António Costa, o PS estava destinado a perder a sua identidade. Interessa aqui sublinhar que, à medida que as negociações com a esquerda se desenrolam e aprofundam, esta divergência de posições aumenta equitativamente, chegando mesmo a ser noticiada a possibilidade de eleições internas ao partido, com vista à alteração de liderança. Francisco Assis, que começou por apoiar Costa nas primárias contra Seguro, é visto como o candidato mais

---

<sup>26</sup> Diário de Notícias, 9 de outubro de 2015.

<sup>27</sup> Público, 10 de outubro de 2015.

<sup>28</sup> Jornal de Notícias, 11 de outubro de 2015.

<sup>29</sup> Jornal de Notícias, 15 de outubro de 2015.

relevante, ainda que o próprio se recuse a assumir esse papel. A escalada de contestação interna prossegue, com Assis a alterar a sua conduta inicial e a aceitar o papel de destaque, por se recusar a “ficar de braços cruzados” perante a iminência de um governo socialista apoiado pela esquerda, que considera “contranatura”. O eurodeputado, defendendo que existe uma “corrente crítica e alternativa no PS”, chegou mesmo a convocar encontros com “socialistas desagradados” pelo caminho escolhido por Costa. Também Álvaro Bezeira se afirma como um dos principais oponentes a Costa, por acreditar que, com a assinatura do acordo, o PS ficará refém das forças de esquerda. Nas vésperas da apresentação da moção de rejeição, surge até a ideia – e o receio – de que alguns dos socialistas mais descontentes possam desrespeitar a ordem de voto do PS e abster-se de votar favoravelmente, permitindo assim a governação PSD-CDS, algo que acaba por não se concretizar. É apenas quando a Comissão Nacional do PS aprova, a 7 de novembro, por larga maioria – 163 votos a favor, 2 abstenções e apenas 7 contra - o programa de governo socialista (no qual estavam já inseridas as medidas negociadas com PCP e BE) que este agreste conflito parece cessar, com Assis a admitir o seu afastamento. Perfeitamente de acordo com a possibilidade de cooperação com a esquerda estão João Soares, Paulo Pedroso, Pedro Bacelar Vasconcelos, e os históricos Manuel Alegre e António Arnaut.

Importa sublinhar que, ao longo de todo o período analisado, vão-se repetindo as declarações tanto do Bloco como do PCP, com os líderes (e não só) a vincarem a ideia de que o PS deverá formar governo, de que só não o faz porque não o deseja, de que “no atual quadro da Constituição da República e tendo presente a correlação de forças existentes na Assembleia da República”, depende apenas de António Costa travar a coligação de direita, e que o apoio da esquerda para o mesmo tomar posse está assegurado. De igual modo, o líder do PS repete, sempre que confrontado com acusações de que não havia preparado os portugueses para a possibilidade de entendimentos com as forças à esquerda, que sempre recusou a teoria do arco da governação, bem como a ideia de que certos partidos se devem encontrar permanentemente isentos de responsabilidades governativas. Citando o próprio, “disse dez mil vezes, desde que me candidatei à liderança do PS, que recusava a ideia de que o diálogo político em Portugal tem que estar confinado a três partidos”. Estas afirmações, por terem no seu cerne uma ideia-chave congénere, não serão aqui retratadas constantemente.

No seguimento do processo de formação de governo, a 12 de outubro António Costa vai a Belém dizer ao Presidente da República, na altura Cavaco Silva, que conta com PCP e BE para formar governo, defendendo a estabilidade desta solução com o argumento de que nenhum dos dois partidos se coloca fora dos compromissos, nem nenhuma das suas posições entra em choque com as preocupações que o PR tinha demonstrado no seu discurso, nomeadamente quanto a questões de política externa. Apesar das tentativas de apaziguamento levadas a cabo por Costa, os mercados não se mostraram indiferentes às movimentações do socialista à esquerda, apresentando sinais de inquietude, conforme foi noticiado pelas publicações diárias analisadas. O analista Pedro Ricardo Santos<sup>30</sup> alerta para a instabilidade que um governo apoiado pelas forças de esquerda poderá trazer a Portugal, defendendo que tal não agrada aos mercados. Concomitantemente, a queda da Bolsa de Lisboa acentua-se, e tal acontecimento é justificado, segundo os especialistas, pelas declarações de António Costa e Catarina Martins, ao declararem que há margem para aproximar posições dos dois partidos e que estão criadas as condições para um governo liderado pelo PS. Perante tal cenário, o líder socialista tenta tranquilizar a Europa e os mercados, assegurando que nenhum compromisso internacional está em cima da mesa de negociações: “PS não é o Syriza”<sup>31</sup>. “Os investidores podem ficar tranquilos. Apesar da falta de uma maioria no Parlamento, seremos capazes de encontrar soluções estáveis como é a tradição em Portugal (...) O PS não se mudou para o lado dos partidos antieuropeístas, eles é que concordaram em negociar um programa de governo comum sem pôr em causa os compromissos de Portugal como um membro ativo da zona euro”, disse ao Financial Times e à agência Reuters.

As negociações do PS com a esquerda prosseguem e fonte socialista garante ao Diário de Notícias que, até então, nenhum bloqueio intransponível teria surgido<sup>32</sup>. Os socialistas exigem, no entanto, que exista um acordo escrito, assinado pelas três partes, de forma a garantir estabilidade governativa para toda a legislatura. Esta apresenta-se como uma condição sine qua non para o líder socialista, que não vê garantias verbais como suficientes. António Costa repetiu constantemente que o PS só votará favoravelmente uma moção de rejeição a um programa de governo a apresentar pela

---

<sup>30</sup> Diário de Notícias, 13 de outubro de 2015

<sup>31</sup> Diário de Notícias, 14 de outubro de 2015.

<sup>32</sup> Diário de Notícias, 15 de outubro de 2015.

coligação PSD-CDS “havendo a garantia de formação de um governo alternativo”<sup>33</sup>. É clara a noção de que, neste ponto, o PS nunca voltará a negociar com o PSD-CDS, poderá é, simplesmente, permitir a sua governação, abstendo-se da votação das moções que os partidos de esquerda já garantiram apresentar. A 17 de outubro, Costa, em entrevista à TVI, realçou que as negociações estão a correr bem, mas que “é prematuro dizer que vão acabar bem”, em muito devido à obrigatoriedade de acordo assinado. “O PS não quer ir para o governo a qualquer custo. Temos que trabalhar no que faz sentido e o que faz sentido é um governo estável. Um governo estável é um governo para quatro anos. Não me meto em aventuras, não apresentarei um acordo em relação ao qual sinto que não há condições de estabilidade”, frisou Costa na mesma entrevista. Já vários socialistas haviam realçado a obrigatoriedade de ter tal instrumento como condição para avançar, como é o caso de Paulo Pedroso – que vê como “um grande erro para o PS” formar um governo “apenas com base na viabilização de um OE”<sup>34</sup> – e de Jorge Coelho, por exemplo, que exige “um acordo sólido, transparente e público”, com “tudo escrito e assinado”<sup>35</sup>.

Da parte do BE, oferecer tal compromisso não se assemelha como algo de grande dificuldade, tendo até Francisco Louçã defendido que “são precisos acordos políticos sólidos, não porque os partidos se entendem, mas porque resolvem problemas”<sup>36</sup>. Catarina Martins declara que o PS mostrou disponibilidade “para aceitar as condições do BE” e que, por isso, pode “sinalizar positivamente” as negociações a decorrer. “Neste momento, estamos aparentemente em melhores condições do que a coligação de direita para oferecer uma solução estável ao país, e a estabilidade é um valor importante, um suporte maioritário na AR é uma condição importante”, sublinhou<sup>37</sup>. Já o PCP não apresenta tanta facilidade em aceitar assinar um documento. Embora salientando que essa não é a “questão central”, Jerónimo de Sousa defendeu que “palavra dada é palavra honrada”, e que não vê, por isso, a necessidade de apresentar um acordo assinado<sup>38</sup>.

---

<sup>33</sup> Público, 13 de outubro de 2015.

<sup>34</sup> Jornal I, 19 de outubro de 2015.

<sup>35</sup> Jornal I, 19 de outubro de 2015.

<sup>36</sup> Diário de Notícias, 15 de outubro de 2015.

<sup>37</sup> Diário de Notícias, 16 de outubro de 2015.

<sup>38</sup> Diário de Notícias, 30 de outubro de 2015.

Todas as publicações analisadas conseguiram ainda apurar que nenhuma das reuniões que o PS realizou com os partidos da esquerda foram tripartidas. Ou seja, ora o PS foi à Soeiro Pereira Gomes, ora à Rua da Palma, sem nunca ter existido nenhum encontro a três, e apenas uma vez foi conhecida uma reunião entre PCP e BE, que segundo o Público, não serviu para muito mais do que para ambos os partidos compreenderem em que ponto se encontravam as negociações com o PS<sup>39</sup>. Os detalhes programáticos em cima da mesa não foram nesta fase revelados por nenhuma das três entidades políticas, mas o que já se sabe é que pelo menos o Bloco de Esquerda terá já aceite que o PS deve governar dentro das balizas impostas pelo Tratado orçamental, ou seja, com défices públicos iguais ou abaixo dos 3%; e que “os quatro partidos envolvidos deverão instituir entre si um mecanismo permanente de consultas que permita ao governo de António Costa, por exemplo, saber antecipadamente junto do BE e da CDU a sua sensibilidade face aos diplomas que necessita de apresentar na Assembleia da República. O mesmo mecanismo de consultas permanentes deverá ser instituído entre as direções de todos os grupos parlamentares envolvidos”<sup>40</sup>. A possibilidade de ter os dois partidos dentro da governação, com presença no executivo, está cada vez mais afastada, com membros dos próprios a negarem tal negociação. No entanto, o I apresenta vários socialistas que defendem ser essa a opção desejável, como dizem António Arnaut, António Campos, ou até mesmo Augusto Santos Silva, para quem a presença de PCP e BE no governo traria “a promessa de mais estabilidade”<sup>41</sup>.

Com este notório adensamento das conversações à esquerda, diversas entidades políticas vão participando no debate, nacional e internacional, que se desenvolve em simultâneo. Martin Schulz (na altura, Presidente do Parlamento Europeu e SPD alemão), por exemplo, vê como “absolutamente normal” a aproximação do PS aos partidos de esquerda, assim como os Socialistas&Democratas e a esquerda unitária do GUE/NGL se congratulam pela possibilidade de existir em Portugal um governo suportado por uma maioria parlamentar de esquerda<sup>42</sup>. Já do PPE (Partido Popular Europeu) chegam lamentações de que os “sacrifícios do povo português não devem ser postos em causa por um governo composto por partidos anti NATO e anti UE”, como

---

<sup>39</sup> Público, 20 de outubro de 2015.

<sup>40</sup> Diário de Notícias, 21 de outubro.

<sup>41</sup> Jornal I, 18 de outubro e 6 de novembro de 2015.

<sup>42</sup> Jornal de Notícias, 16 de outubro de 2015.

afirmou o francês Joseph Daul, acenando com os fantasmas da insegurança nos mercados financeiros e da Grécia, e categorizando o possível governo de esquerda como uma “aliança perversa”<sup>43</sup>. O Financial Times noticia o assunto, afirmando que “Socialistas portugueses são empurrados para governo antiausteritário”, bem como o El País, que afirma que “os socialistas portugueses acordam com um governo de esquerda”<sup>44</sup>.

A 19 de outubro, Passos Coelho assume que as negociações com o PS se encontram num ponto de rutura, declarando que “os últimos dias têm confirmado o que praticamente desde o início se tem vindo a tornar claro: que o PS prefere agir com a extrema-esquerda a negociar com os partidos europeístas, (...) e que, além disso, substitui a razoabilidade que historicamente o caracterizou por um radicalismo que o país não entende”<sup>45</sup>. No mesmo dia, o órgão máximo do Bloco de Esquerda aceita, por unanimidade, chumbar qualquer moção de rejeição que a direita possa apresentar a um programa de governo socialista.

Ouvidos pelo Presidente da República, todos os partidos envolvidos nas conversações de esquerda sublinham que o PS está em condições de formar governo e asseguram que não permitirão que a coligação PSD-CDS tome posse. Mas a 23 de outubro ocorre um dos momentos mais marcantes e desenvolvidos pela comunicação social do corrente período analisado: Cavaco Silva discursa sobre o impasse político que se fazia sentir, indigitando Passos Coelho – apesar de terem sido várias as vezes que o avisaram de que fazê-lo seria pura perda de tempo – e arrasando a credibilidade de um governo de esquerda. O na altura Presidente da República rejeitou em absoluto um governo de “forças partidárias antieuropeístas”, dando a entender que muito dificilmente aprovará um governo socialista sem que haja firmes garantias de estabilidade, garantias essas que não foram dadas, segundo o chefe de Estado, que defendeu ainda que “em 40 anos de democracia, nunca os governos de Portugal dependeram do apoio de forças políticas antieuropeístas”. Por se encontrar em final de mandato, Cavaco Silva não tem o poder de dissolver o Parlamento, mas uma hipótese que permitiria recusar a governação da esquerda seria a de deixar o governo PSD-CDS

---

<sup>43</sup> Público, 16 de outubro de 2015.

<sup>44</sup> Jornal I, 22 de outubro de 2015.

<sup>45</sup> Diário de Notícias, 19 de outubro de 2015.

em gestão, opção vista como muito provável por alguns comentadores políticos, e impossível por outros, nomeadamente por Marques Mendes, que defende a ideia de que Cavaco não terá outra alternativa senão dar posse ao governo de António Costa, depois de o executivo PSD-CDS chumbar no Parlamento, apesar de acreditar que o PR pode (e deve) impor condições aos partidos envolvidos no acordo<sup>46</sup>. Manuel Alegre manifesta-se também contra as palavras de Cavaco, acrescentando que um governo de gestão será inconstitucional, havendo alternativas<sup>47</sup>.

Ao mesmo tempo que é duramente criticada, a esquerda parece unir-se ainda mais. Fontes socialistas relatavam ao JN<sup>48</sup> que António Costa tinha confirmado estar muito adiantado, no que toca às negociações, com o BE, e bem encaminhado com o PCP. Até mesmo o conflito profundo no seio do PS parece “amaciarse”, tornando os críticos socialistas menos críticos, visto que o partido decide, em Comissão Política, que a moção de rejeição ao governo PàF será apresentada, ação já garantida também pelo PCP e pelo BE. Restava aqui saber se seria apresentada apenas uma única moção subscrita pelos 4 partidos da esquerda – ato que simbolizaria a unidade das formações envolvidas – ou 4 individuais. De qualquer forma, “a comunicação presidencial reforçou assim a vontade de a esquerda apresentar ao país um acordo duradouro”<sup>49</sup>. Os candidatos presidenciais às eleições que viriam a ocorrer em janeiro de 2016 também se juntaram às vozes críticas ao discurso do PR. Sampaio da Nóvoa afirma mesmo que “se houver um acordo parlamentar entre partidos à esquerda, obviamente que indigitaria o Dr. António Costa como Primeiro-ministro”<sup>50</sup>. Já Henrique Neto, outro presidencial, considera que o “objetivo mínimo de um acordo à esquerda” terá de ser um acordo escrito com compromisso formal para 4 anos, e que “assegure o entendimento em matérias da governação”. Para além disso, o acordo deve referir que os parceiros se comprometem a não pôr em causa os compromissos internacionais de Portugal<sup>51</sup>.

Como forma de provar a genuinidade da sua cooperação, a esquerda uniu-se para eleger o Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, que se tornou o

---

<sup>46</sup> Jornal I, 26 de outubro de 2015.

<sup>47</sup> Diário de Notícias, 27 de outubro de 2015.

<sup>48</sup> Jornal de Notícias, 23 de outubro de 2015.

<sup>49</sup> Jornal de Notícias, 23 de outubro de 2015.

<sup>50</sup> Público, 24 de outubro de 2015.

<sup>51</sup> Diário de Notícias, 4 de novembro de 2015.

primeiro a ocupar o cargo sem pertencer à família política vencedora. O candidato proposto pela direita, Fernando Negrão, declarou ao DN que “se o governo de Passos Coelho for chumbado, o PR deve indigitar António Costa”, mediante a apresentação de “um documento devidamente elaborado, por etapas, por sessões legislativas, com as medidas a tomar em cada uma das sessões legislativas até 4 anos e devidamente assinado pelos três responsáveis dos três partidos”<sup>52</sup>. Mas a grande maioria dos membros da coligação de direita, nomeadamente Paulo Portas, continuam a tentar descredibilizar o eventual governo de António Costa, descrevendo-o como “algo frágil e que pode pôr em causa evidentemente a confiança, o investimento e a criação de emprego”, e o porta-voz do PSD deixa claro que, caso “o PS case com BE e PCP, é para a vida!”, isto é, não poderá contar com o apoio da direita no Parlamento. O PSD e o CDS clarificam, assim, que nunca viabilizarão nenhum Orçamento de Estado “de um governo ao qual não reconhecem legitimidade”<sup>53</sup>. Também Paulo Rangel, do CDS, em entrevista ao DN, afirma que “não há nenhuma ligação entre o PS e a esquerda-radical à qual se quer unir”, apelidando-a de “aliança contranatura”, e da direita europeia chegam ainda mais vozes de apoio, com Mariano Rajoy a considerar que “o governo de esquerda seria negativo para os interesses de todos e não respeitaria o que disseram os cidadãos”<sup>54</sup>.

A 1 de novembro, Catarina Martins dá uma entrevista ao Diário de Notícias na qual começa por confirmar: “Há acordo. Haverá acordo”. Ignorando as mais recentes declarações do Partido Comunista, que pareceram demonstrar a existência de alguns entraves às negociações, a líder do BE diz que todos estão a trabalhar responsabilmente por uma alternativa, admitindo que “os processos de convergência são complexos”, mas confiante de que já foram dados “passos sólidos para que Portugal saiba que o dia em que os partidos vão rejeitar o governo PSD-CDS é também o dia que ficará marcado pela possibilidade de um acordo para um outro governo”, o de esquerda. Questionada diretamente sobre se haveria acordo apenas com PS e BE, ou se o PCP também participaria, Catarina afastou todas as dúvidas: “só existe acordo se for com os três partidos, por uma questão de estabilidade do Parlamento. (...) A palavra é uma coisa muito importante, mas quando se fazem documentos, assinam-se. Creio que quanto

---

<sup>52</sup> Diário de Notícias, 24 de outubro de 2015.

<sup>53</sup> Expresso, 17 de outubro de 2015.

<sup>54</sup> Diário de Notícias, 23 de outubro de 2015.

menos ambiguidades nesta matéria melhor”. Relativamente à possibilidade de participação no executivo, nada foi confirmado, por o assunto “ainda não ter sido discutido”. Ao longo da entrevista, a líder bloquista, à semelhança de Jerónimo de Sousa, fez questão de realçar o facto de que o partido não perdeu a sua identidade nem mudou de opinião: “Mas uma coisa fique clara: não concordo com as imposições europeias, nem são elas que dirigem a ação do BE neste processo. O BE não passou a ser defensor do Tratado Orçamental, nem passou a achar a dívida pública sustentável, nem a achar normal que exista um semestre europeu com vistos prévios sobre o Orçamento. Mas não é sobre isso que estamos a negociar. (...) O que aconteceu é que a relação de forças é diferente e permite ao BE, por negociar uma solução de governação para o país, conseguir ganhos do ponto de vista daquilo que é o compromisso que tem para com as pessoas”<sup>55</sup>. Também o diz Mariana Mortágua, quando afirmou que “o Bloco não deixa de ter críticas a fazer ao PS. Discordamos de várias coisas. Mas isso não nos impede de identificar prioridades”<sup>56</sup>. Catarina Martins contraria, desta forma, as declarações dadas por Nuno Magalhães<sup>57</sup>, que acredita que “ou o BE e o PCP deixam de defender o que defendem, em matérias tão importantes como a NATO e a UE” ou “o PS deixa de ser o que sempre foi”, ideia desmentida já por Jerónimo de Sousa e Catarina Martins, e que mais tarde António Costa virá também a recusar, considerando “legítimo” que os partidos continuem a participar em manifestações contra UE e NATO, ao mesmo tempo que apoiam um programa de governo pró-europeu.

No início de novembro, 115 empresários subscrevem texto da Associação das Empresas Familiares, que discorda da iniciativa de António Costa em tentar encontrar um acordo com PCP e BE, vendo esta alternativa como uma que “gera riscos e incerteza” e que está já a levar, segundo o referido texto, a um “corte nas expectativas” dos empresários, bem como ao “adiamento de contratações” e à “produção de orçamentos defensivos”. Peter Villax, um dos empresários signatários, critica principalmente a “falta de transparência” do processo de entendimento à esquerda,

---

<sup>55</sup> Diário de Notícias, 1 de novembro de 2015.

<sup>56</sup> Público, 13 de novembro de 2015.

<sup>57</sup> Diário de Notícias, 7 de novembro de 2015.

advogando que “entre gente de boa-fé, o acordo seria discutido, assinado e conhecido em cinco dias úteis”<sup>58</sup>.

Dia 6 do mesmo mês, o PS recebe finalmente o “sim” definitivo do PCP a uma posição conjunta com os socialistas para uma governação de esquerda em Portugal. António Costa assegura que “está fechada a parte mais difícil e importante do acordo”, referindo-se à parte programática, que terá como base o programa socialista, onde se inserem já as alterações atingidas através das negociações. “A dimensão de estabilidade ao longo da legislatura não está ainda garantida”, admitiu, mas com confiança que brevemente “haverá texto final”. É aqui confirmada a forma bilateral da assinatura dos acordos, pelo próprio líder do PS, que a justificou com o facto de “cada partido ter as suas prioridades programáticas”. A 7 de novembro a Comissão Nacional do PS aprova – quase sem oposição – o programa de governo socialista, já com as 71 (o JN fala em 51<sup>59</sup>) medidas negociadas à esquerda incluídas. A Comissão Política do partido foi igualmente reunida por António Costa, e aprovou mandato para assinar o acordo, com 69 votos a favor e apenas 5 contra. Na proposta de programa de governo, documento com 138 páginas, o JN confirma que o PS eliminou 4 medidas que faziam parte das suas propostas eleitorais. Sincronicamente, o PCP reuniu o seu Comité Central e também aprovou, sem votação, mas de forma unânime e informal, a “solução política” de convergência com os socialistas. “O PCP reafirma que não há nenhuma razão política ou institucional que possa ser invocada pelo PR para questionar esta solução governativa”, disse Jerónimo de Sousa.

E é a 10 do mesmo mês, às 17h56 que o governo PSD-CDS é derrubado. Sem capacidade de se unir numa única moção de rejeição, a esquerda votou favoravelmente (123 votos a favor, da esquerda e do deputado do PAN, 107 contra, da direita) naquela que foi a primeira – e única – proposta a ser apresentada, a do PS, chumbando assim o executivo de direita, numa situação sem precedentes em que, para além de os vencedores das eleições legislativas terem sido impedidos de governar, partidos que nunca antes se haviam unido, foram capazes de o fazer.

Os acordos bilaterais foram assinados horas antes do debate no Parlamento, numa sala do edifício. Em momentos diferentes, por exigência do PCP, os três partidos

---

<sup>58</sup> Diário de Notícias, 6 de novembro de 2015.

<sup>59</sup> Jornal de Notícias, 8 de novembro de 2015.

signatários encontraram-se com o PS, tendo as históricas assinaturas sido registadas por um fotógrafo oficial do PS. Ficou assente nos documentos que BE, PCP ou PEV não podem votar a favor de moções de rejeição apresentados pelo PSD-CDS, sem nada dizer, no entanto, sobre a possibilidade de os partidos de esquerda apresentarem eles próprios moções. Questionado sobre esta lacuna, António Costa foi pragmático: as “posições conjuntas sobre solução política”, o título do documento, verifica que os partidos signatários “se predispõem a assegurar condições de governação na perspetiva da legislatura”, o que pressupõe, segundo Costa, “que há condições de eles próprios não apresentarem moções de censura. O dia em que qualquer um deles sentir a necessidade de apresentar uma moção de censura é como o dia em que qualquer um de nós mete os papéis para o divórcio. Nesse dia o casamento acabou, nesse dia o governo acabou”. Quanto aos Orçamentos de Estado, serão objeto de “apreciação conjunta”, previamente analisados e negociados antes de apresentados na AR. Citando o jornal Público, “não se trata de nenhum compromisso de viabilização de quatro Orçamentos. Isso, nenhum dos três partidos propôs ou aceitou. Trata-se de um pacto sobre as condições em que essa viabilização é, ou não, possível. E resume-se a uma ideia simples: se o governo, em algum momento, inverter a lógica de reposição dos salários e pensões, e impuser medidas de austeridade sobre os rendimentos, o acordo termina”<sup>60</sup>. Segundo o Diário de Notícias, “os textos assinados indiciam claramente graus de compromisso diferentes entre os diferentes subscritores. Maior no caso do BE, menor quanto ao PCP e PEV. (...) Socialistas e bloquistas anexaram 3 páginas ao acordo político com as várias propostas que vão ganhar forma, seja pela via orçamental, seja por leis autónomas para concretização mais imediata”<sup>61</sup>. Para preparar iniciativas comuns, será criado no início da legislatura um conjunto de grupos de trabalho setoriais, em que os dois partidos terão assento, bem como o membro do governo que tutele a área em causa (é aqui dado destaque, por todas as publicações, a Pedro Nuno Santos, membro desde o dia 1 das equipas negociais que discutiram as “posições conjuntas”, e que é visto como o pivô para a estratégia de negociação permanente que será necessária no Parlamento). Já o excerto do documento que trata da governabilidade é “comum aos três acordos. Os subscritores afirmam estarem criadas as condições para existir uma base institucional bastante para que o PS possa formar governo, apresentar o seu programa de governo,

---

<sup>60</sup> Público, 11 de novembro de 2015.

<sup>61</sup> Diário de Notícias, 11 de novembro de 2015.

entrar em funções e adotar uma política que assegure uma solução duradoura, na perspetiva da legislatura”. De sublinhar que BE, PCP e PEV não estão impedidos de estabelecerem acordos pontuais entre si. Na parte final do documento, os três acordos voltam a ser semelhantes: é defendido o “integral respeito pela independência política de cada um dos partidos, não escondendo do povo diferenças quanto a aspetos estruturantes da visão de cada partido quanto a opções de política que os respetivos programas evidenciam”. Ainda assim, nada é dito expressamente sobre os compromissos internacionais de Portugal, e no documento assinado por António Costa e Jerónimo de Sousa, há clara referência a faltas de convergência (segundo o DN, pode ler-se no acordo: “PS e PCP registam ainda a identificação de outras matérias em que, apesar de não se ter verificado acordo quanto à sua concretização, se regista uma convergência quanto ao enunciado dos objetivos”)<sup>62</sup>. O líder do partido socialista sublinharia mais tarde, em resposta a críticas de falta de convergência entre os partidos subscritores do acordo, que “este não é seguramente um programa do PCP” nem “um governo de coligação, mas sim um governo do PS”.

É finalmente dado adquirido, por parte dos três partidos, que nenhum à exceção do PS tomará assento no executivo. Catarina Martins acabará por justificar tal decisão com o facto de o PS estar subordinado ao cumprimento do Tratado Orçamental, instrumento político que o partido rejeita em absoluto. A importância de ter os partidos no executivo é desvalorizada por Pedro Nuno Santos, em entrevista ao I, que afirma que a questão relevante “não é tanto a composição do governo”, mas sim o facto de ter “apoio maioritário no Parlamento”<sup>63</sup>.

Estava assim instaurada a Geringonça, expressão popularizada primeiro por Vasco Pulido Valente, depois por Paulo Portas, para descrever a união entre a esquerda, que segundo o mesmo, “não é bem um governo, (...) não é uma coligação, tão-pouco será um acordo”, visto que “até nas moções de rejeição tiveram dificuldade em fazer uma só”. Ainda antes da votação da dita moção de rejeição, também Passos Coelho se dirigiu às bancadas da esquerda, para duvidar dos “acordos mínimos” assinados entre si, considerando tratar-se de uma “maioria negativa” que terá “moralmente a obrigação de se converter numa maioria positiva”. Garantindo que não será cúmplice nem viabilizará

---

<sup>62</sup> Diário de Notícias, 12 de novembro de 2015.

<sup>63</sup> Jornal I, 17 de novembro de 2015.

“um único Orçamento de Estado”, o líder do PSD entrega a maioria de esquerda à “suficiência parlamentar”. Marco António Costa, ainda sobre a assinatura dos acordos, quis do mesmo modo demonstrar o seu descontentamento com o referido “dia histórico, mas pela negativa”, opinando que “a democracia viu atropelado o resultado da vontade popular” e que “o PS não tem uma plataforma de entendimento, está preso por três frágeis acordos bilaterais que não passam de um manifesto de vontades negativas, que não se traduzem na construção concreta e objetiva de uma solução de governo”. O social-democrata chega mesmo a afirmar não acreditar que os acordos permitam a votação positiva ao primeiro OE socialista. O centrista Nuno Melo vai mais longe e descreve os acordos como “três textos, assinados em surdina, na esquina de uma mesa, com uma fotografia de terceira categoria porque nem sequer tiveram a dignidade de chamar a imprensa”. Luís Montenegro acrescenta ainda, em entrevista ao Público, que o PS “adulterou a vontade popular e criou a percepção de ter uma alternativa, quando se trata apenas de inconsistentes e frouxas posições conjuntas”<sup>64</sup>.

Rapidamente voltam a chegar declarações europeias sobre o momento político luso, com o Syriza e o PSE a congratularem os desenvolvimentos, admitindo satisfação com “a ação comum da esquerda na Europa”, e com Joseph Daul, antagonicamente, a lamentar a queda de Passos Coelho<sup>65</sup>. Os presidenciáveis vão também dando a conhecer os seus pensamentos sobre a matéria, como é o caso de Marcelo Rebelo de Sousa, que acredita que os próximos dias permitirão “ver a solidez dos apoios ao PS”; e Sampaio da Nóvoa, que confirma dar posse a António Costa, caso Cavaco Silva não o faça. Henrique Neto também daria posse ao PS, mas não sem antes exigir mais garantias aos partidos da esquerda<sup>66</sup>. Maria de Belém, não foi tão longe como os restantes candidatos, afirmando apenas que “o PR deve avaliar os acordos políticos entre PS, BE, PCP e PEV, e “articular-se com os partidos políticos”, sublinhando que “é bom que haja uma garantia junto do Presidente da parte dos partidos subscritores do acordo de que estão empenhados numa solução de estabilidade”<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> Público, 14 de novembro de 2015.

<sup>65</sup> Jornal de Notícias, 11 de novembro de 2015.

<sup>66</sup> Diário de Notícias, 12 de novembro.

<sup>67</sup> Diário de Notícias, 19 de novembro.

De facto, o curso de ação passou a estar, depois desta fase, estritamente dependente do Presidente da República. Com duas possibilidades totalmente em aberto - indigitar António Costa, ou manter Pedro Passos Coelho em gestão - os dias que se seguiram concentraram-se especialmente em estudos e teorias daquela que poderia ser a decisão de Cavaco, para quem os acordos estabelecidos entre a esquerda poderiam não ser suficientes. O na altura líder do PSD chegou ainda a sugerir uma terceira via: uma revisão constitucional extraordinária, que desafiou Costa a aceitar, para que se pudessem repetir as eleições. Esta possibilidade não foi tomada verdadeiramente em conta pelos restantes líderes políticos, e rapidamente caiu no esquecimento.

Celeridade era pedida diariamente a Cavaco Silva, quer por entidades contra ou a favor do acordo da esquerda. As centrais sindicais, UGT e CGTP, pressionaram o PR a tomar rapidamente uma decisão, tendo esta última chegado mesmo a marcar uma concentração nacional junto ao Palácio de Belém, para exigir que Cavaco desse sequência à solução governativa apresentada pelos partidos de esquerda. Os líderes partidários da solução de esquerda apelavam ao mesmo, exigindo ao Presidente da República uma rápida resposta. Várias personalidades políticas expressavam o seu descontentamento com a atitude do PR, como António Arnaut, afirmando que o chefe de Estado não poderá deixar de dar posse ao governo, sob pena de se colocar “à margem da Constituição”<sup>68</sup>. Mas Cavaco Silva não optou imediatamente por nenhuma das opções, decidindo procurar a opinião de várias entidades, políticas, sociais e económicas, sobre os riscos de ambas possibilidades. Não foi possível conhecer o teor de todas as audições levadas a cabo pelo Presidente da República, mas observando as declarações dadas no final das mesmas, é fácil verificar que a maioria abonava a favor de manter o governo PSD-CDS em gestão, discordando da decisão de António Costa em convergir com a esquerda e apresentando fortes receios de que, com um governo socialista, o país cairia na instabilidade e ingovernabilidade. Foi essa a opinião de grande parte dos economistas auscultados pelo PR, bem como de Passos Coelho, que “sem querer interferir com a consciência” e o poder do chefe de Estado, deixou claro que julga ser preciso exigir mais ao líder do PS para lhe entregar o poder. Também 3 das 4 organizações representativas do patronato ouvidas pelo PR “dispararam de forma particularmente assertiva contra a possibilidade de um governo do PS apoiado pelos

---

<sup>68</sup> Jornal I, 6 de novembro de 2015.

partidos à sua esquerda”, conforme escreve o Público<sup>69</sup>. A Confederação dos Agricultores de Portugal e a Confederação Empresarial anunciaram-se igualmente em discordância com a solução de esquerda. Apenas três entidades são apresentadas como favoráveis à governação de esquerda, nomeadamente as centrais sindicais e o banqueiro Fernando Ulrich (BPI). O facto de serem bastante mais frequentes as vozes concordantes com o discurso de Cavaco do que aquelas que dele discordavam não passou despercebido à comunicação social, que apelidou a ronda de audições como “cortejo de opiniões favoráveis à percepção de que a sociedade civil estaria contra a solução governativa proposta pela atual maioria parlamentar, suportada pelos partidos da esquerda”<sup>70</sup>.

Após 31 audições (novamente há aqui uma diferença de valores relatados no JN, que fala em 24<sup>71</sup>), Cavaco Silva finalmente se pronuncia, a 23 de novembro, para pedir ao PS respostas a “6 questões que, estando omissas nos documentos, distintos e assimétricos”, “suscitam dúvidas quanto à estabilidade e durabilidade de um governo minoritário do PS, no horizonte temporal da legislatura”. Não foram pedidos novos acordos a António Costa, apenas uma “clarificação formal”, que lhe foi entregue no mesmo dia. Segundo o Jornal I, aquilo que Cavaco pretendia era que Costa colocasse por escrito “as suas próprias garantias de que o casamento das esquerdas é à prova de moções de confiança, que permite aprovar Orçamentos de Estado, que vai cumprir regras europeias e acordos internacionais de defesa e que não vai alienar parte da Concertação Social nem chocar de frente com o sistema financeiro”<sup>72</sup>. A resposta do PS não foi conhecida pela comunicação social, mas o JN avançou que foram enviadas ao PR 6 folhas A4, acompanhadas pelo programa de governo socialista<sup>73</sup>.

Às 16 horas do dia 26 de novembro, o governo minoritário de António Costa, apoiado pelos acordos de incidência parlamentar estabelecidos com BE, PCP e PEV, é chamado a tomar posse, com a presença inédita na cerimónia de membros dos partidos da esquerda.

---

<sup>69</sup> Público, 13 de novembro de 2015.

<sup>70</sup> Público, 14 de novembro de 2015.

<sup>71</sup> Jornal de Notícias, 24 de novembro de 2015.

<sup>72</sup> Jornal I, 24 de novembro de 2015.

<sup>73</sup> Jornal de Notícias, 24 de novembro de 2015.

## **Perspetiva de Conflito ou de Cooperação**

Esta variável, por oferecer inúmeras possibilidades de resposta, não pôde ser analisada na sua totalidade. Isto é, cada uma das respostas foi agrupada em grupos mais generalizados e fáceis de contabilizar, para que fosse possível chegar a resultados viáveis e significativos.

Por isso, apesar de no processo inicial de preenchimento das grelhas de análise terem sido referidas as entidades que sugeriam as mencionadas perspetivas, ao realizar esta contabilização e análise serão consideradas apenas a frequência com que cada uma das possibilidades surge, assim como as diferenças encontradas entre cada uma das publicações estudadas. Não será possível detalhar se os conflitos ou as cooperações são políticos, programáticos ou procedimentais, novamente devido ao número demasiado alto de possibilidades que tal análise traria ao trabalho. Portanto, e utilizando um exemplo real, quando a possibilidade de conflito entre PS e PàF é contabilizada, dentro dessa mesma contabilização inserem-se as possibilidades de conflito programático, procedimental ou político. O mesmo ocorre para todas as possibilidades de cooperação.

É necessário ainda sublinhar que, na mesma notícia, é possível existir mais do que uma perspetiva, mesmo que à partida pareçam antónimas (Possibilidade de cooperação PS-Esq + Possibilidade de cooperação PS-PàF), visto que no mesmo artigo podem estar presentes mais do que uma voz/opinião, assim como podem ser apresentadas – e várias vezes o eram – todas as possíveis soluções governativas para Portugal.

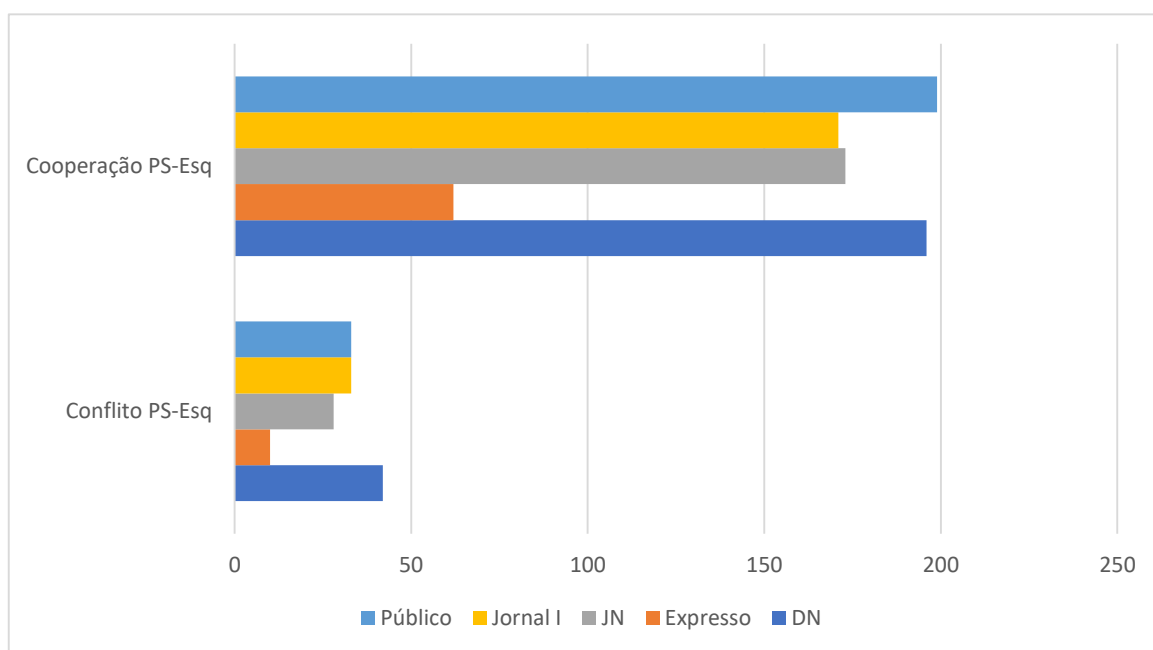
Posto isto, é possível começar por afirmar que possíveis cooperações entre a CDU e o BE foram encontradas uma vez no Público e no I; três vezes no Expresso, e duas vezes no Jornal e Diário de Notícias. Possíveis conflitos entre as duas entidades surgiram 2 vezes no Público e no JN, apenas uma vez no Expresso, três vezes no Diário de Notícias e nenhuma no Jornal I (consultar Anexo 11).

O Bloco de Esquerda e o Partido Socialista foram retratados com uma perspetiva de conflito 11 vezes no Diário de Notícias, 6 vezes no JN e no I, 4 no Público e uma no Expresso. A mesma perspetiva, mas direcionada para a dinâmica PCP-PS, surgiu consideravelmente mais vezes, 19 no Público, 15 no DN, 10 no JN e no I, e 7 no Expresso. De sublinhar que estes valores não se encontram apenas no período pré-

eleições, como seria de esperar, mas também no período posterior a essas, e até mesmo em datas nas quais o acordo já parecia sólido.

Relativamente à possível cooperação entre os referidos partidos, o PS e o BE foram vistos como possivelmente cooperantes 13 vezes no DN, 4 no Expresso, 10 no Público, 5 no I e 9 no JN. Já possíveis cooperações entre socialistas e comunistas surgiram 12 vezes no Público, 9 no JN, 17 no DN, 7 no I e 2 no Expresso (ver Anexos 12 e 13).

Os possíveis conflitos entre o PS e o conjunto dos partidos à sua esquerda (PS-Esq.) apresentaram-se várias vezes (42 no Diário de Notícias, 33 no Público e no Jornal I, 28 no JN e 10 no Expresso), mas a perspectiva de cooperação entre os mesmos verificou-se consideravelmente mais frequente, como é passível de observação no gráfico 6: em 199 notícias do Público, 62 do semanário Expresso, 196 do DN, 173 do JN e 171 do I.



**Gráfico 6 - Perspetiva Cooperação/Conflito entre PS e Esquerda, por jornal, em valores absolutos**

Por outro lado, a possibilidade de cooperação entre PS e PàF foi assinalada 57 vezes pelo Público, 58 pelo DN, 59 pelo JN, 15 pelo Expresso e 46 pelo I. Já os conflitos entre os socialistas e a coligação foram apresentados com uma ligeira menor frequência: 26 no Diário de Notícias, 11 no Expresso, 31 no Jornal de Notícias, 26 no Jornal I e 32 no Público (ver Anexo 14).

Interessa aqui sublinhar um dado relevante para a leitura dos resultados: por vezes, as cooperações entre PS e PàF são sugeridas pelos partidos da esquerda, principalmente no período pré-eleições, quando assumem que PS se unirá à direita. Da mesma forma, a possibilidade de cooperação entre PS e Esquerda surge, também antes de 4 de outubro, inicialmente pela mão da direita, com declarações de Passos ou de Portas que sugestionavam referida cooperação. As depreensões das perspetivas nem sempre ocorrem, como será lógico de compreender, devido ao texto jornalístico propriamente dito; muitas das vezes são retiradas do discurso de diferentes líderes e/ou outras entidades políticas.

Prosseguindo a análise, e olhando agora para a relação PàF-BE/CDU, é possível afirmar que em nenhum jornal a possibilidade de cooperação entre estas entidades partidárias surgiu, mas o conflito entre as mesmas foi referido 31 vezes no Público, 22 no I, 5 no semanário Expresso, 25 no DN e 26 no JN (Anexo 15).

Com o adensar das negociações surgem duas novas perspetivas, não existentes no período pré-eleições. A primeira relaciona-se com as movimentações internas no PS, opositoras a António Costa e à sua decisão de negociar à esquerda, denominando-se por isso Conflito Interno PS (consultar Anexo 16). Esta foi encontrada com maior frequência no Jornal I (36 vezes) do que em qualquer outra publicação (17 vezes no Diário de Notícias, 6 no Expresso, 25 no JN e 26 no Público).

A segunda perspetiva surge em simultâneo com o aumento da possibilidade de o PS apresentar, em conjunto com os partidos da Esquerda, uma moção de rejeição ao governo PàF. À medida que as negociações entre socialistas, bloquistas e comunistas evoluíam, a apresentação da referida moção tornava-se cada vez mais provável para a comunicação social. É possível, então, confirmar que a referida perspetiva (Conflito PS/Esq-PàF) surgiu 76 vezes no DN, 58 no I, 57 no Público, 27 no Expresso e 68 no JN (ver Anexo 17).

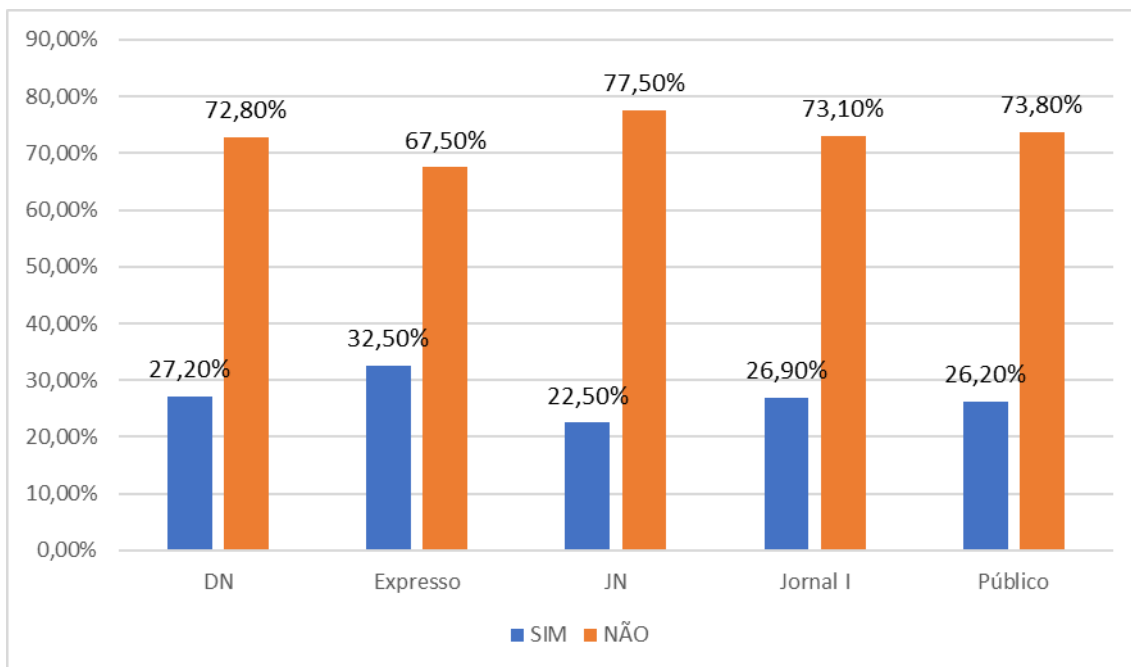
Existiram outras perspetivas mencionadas nos diferentes jornais, mas cuja frequência não se apresentou suficiente para ser considerada, como foi o caso da possibilidade de Conflito Interno PCP, que surgiu apenas uma vez no Jornal I e duas no Público, não existindo sequer referência à supracitada nas restantes publicações analisadas; ou como também aconteceu com a possibilidade de Conflito Interno BE, que foi apenas referido uma vez no I e outra no JN.

## **Foco no líder**

Esta variável, muito útil para confirmar, ou não, diferenças substanciais entre as publicações de referência e as sensacionalista/popular, será analisada, à semelhança das anteriores, comparativamente entre jornais; mas interessará também verificar – visto que para além de Sim ou Não, o preenchimento desta variável na tabela passou por relatar qual o líder focado – qual o líder partidário a quem foi dado mais, e menos, foco.

Ora, no total, 782 dos artigos analisados não se focaram em nenhum líder específico, ao contrário de 279, que o fizeram. Não só é o JN que apresenta a menor percentagem de notícias focadas num líder (22,5%), como o Diário de Notícias, publicação de referência, apresenta os mesmos valores que o Jornal I, sensacionalista (27% de artigos focados num líder). O semanário Expresso é indubitavelmente aquele que apresenta mais notícias com foco em líderes 32,5% - como é possível visualizar no gráfico 7 (para valores absolutos, consultar Anexo 18). Olhando para estes valores, por jornal, é compreensível que a questão previamente colocada – se seriam as publicações sensacionalista e popular a apresentarem o maior número de artigos focados em líderes – seja assim respondida. Não existem, aliás, diferenças significativas entre os diferentes jornais, no que diz respeito a esta variável ( $p = 0.482$ ).

Detalhando, agora, quais os líderes mais e menos focados, importa só ressaltar que, no mesmo artigo, mais que um líder poderia ser focado, algo que ocorreu variadas vezes; e que a contabilização tomará em conta apenas os líderes dos cinco partidos mais destacados pelos jornais, sob pena de os resultados não serem significantes (Heloísa Apolónia foi mencionada apenas uma vez, por exemplo). Posto isto, é possível afirmar que António Costa foi, sem margem para dúvidas, o líder mais focado, com 156 artigos a referenciá-lo, seguido por Pedro Passos Coelho, com 93. O líder menos focado foi Paulo Portas, apenas com 46 referências. Para verificar os valores obtidos por todos os líderes políticos, consultar Anexo 19.



**Gráfico 7 - Foco no líder, por jornal**

### **Foco em conteúdo programático específico**

Esta variável, à semelhança da Referência a Acordo, será analisada quantitativa e qualitativamente. Olhando, inicialmente, para a primeira, serão contabilizados os Sim e os Não, comparados entre jornal e será verificada a evolução temporal.

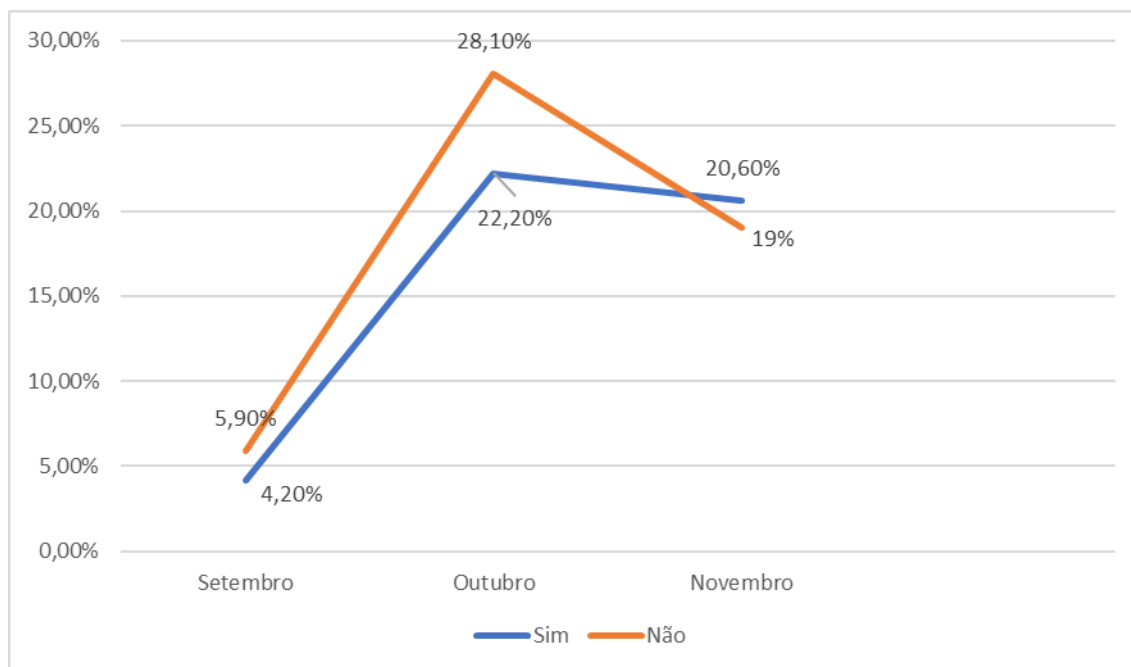
#### **Análise Quantitativa**

O Foco em Conteúdo Programático Específico foi encontrado em 491 dos artigos analisados. Dividindo este valor pelas publicações, descobrimos duas conclusões relevantes: primeiro, que o Jornal I apresenta consideravelmente menos conteúdo programático do que os restantes jornais (37%), sendo possível, assim, assegurar que o jornal sensacionalista apresenta menor conteúdo programático que os restantes. Segundo, que a publicação de referência Público também se destaca, mas por motivos opostos: 55% das suas notícias apresentam conteúdo programático específico, um valor consideravelmente superior aos dos restantes jornais, como é possível confirmar na tabela 1. De referir que, relacionando esta variável com os jornais, e realizando novamente o teste do qui-quadrado, é possível confirmar que estas diferenças de valores são estatisticamente significativas ( $p = 0.005$ ).

			DN	Expresso	JN	Jornal I	Público	Total
Foco em Conteúdo Programático Específico	Sim	Contagem	135 <sub>a, b</sub>	37 <sub>a, b</sub>	104 <sub>a, b</sub>	79 <sub>b</sub>	136 <sub>a</sub>	491
		% em Jornal	48,9%	46,3%	45,8%	36,9%	54,6%	46,9%
	Não	Contagem	141 <sub>a, b</sub>	43 <sub>a, b</sub>	123 <sub>a, b</sub>	135 <sub>b</sub>	113 <sub>a</sub>	555
		% em Jornal	51,1%	53,8%	54,2%	63,1%	45,4%	53,1%
Total		Contagem	276	80	227	214	249	1046
		% em Jornal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela 1 - Foco em Conteúdo Programático Específico, por jornal**

Para verificar a evolução temporal na variável utilizou-se, mais uma vez, o teste do qui-quadrado, que resultou num valor significativo ( $p = 0.029$ ), demonstrando assim que a variável se altera mediante a evolução temporal, o que aliás é fácil de verificar, olhando para o gráfico 8.



**Gráfico 8- Evolução do Foco em Conteúdo Programático, por mês**

## Análise Qualitativa

Entrando agora na dimensão qualitativa, os conteúdos programáticos referidos pelos jornais serão transcritos, de forma resumida, ao mesmo tempo que será feita uma breve reflexão sobre os que foram mais consensuais entre a esquerda e quais os que necessitaram de uma maior negociação. As informações de seguida apresentadas foram retiradas dos artigos analisados em todas as publicações. Não foram encontradas grandes diferenças de conteúdo entre os jornais, o que justifica a falta de distinção entre si, que se realizará, ainda assim, sempre que necessário.

No período prévio às eleições legislativas, os conteúdos programáticos presentes nos artigos analisados mais não eram do que pontos programáticos de cada um dos partidos, sem qualquer perspetiva real de existir ligações entre o PS e os partidos de esquerda. Ainda assim, as mesmas serão aqui referidas.

A CDU e o BE, ainda sem qualquer ligação ao PS, defendiam incessantemente a renegociação da dívida e criticavam a UE, bem como a obrigatoriedade de servir os interesses do Tratado Orçamental. Pediam também a reversão de todas as privatizações, incluindo a da TAP, e a reposição dos salários e das pensões.

O Bloco apresenta-se especialmente contra as propostas do PS de cortes nas pensões e na TSU, assim como rejeitava em absoluto o despedimento conciliatório (são estas as linhas vermelhas do partido para negociar com os socialistas). Simultaneamente, apoiava nacionalizações da banca, da Galp, da REN e da EDP; a legalização da cannabis; mais investimento público na ciência; a criação de mecanismos de produção leiteira a nível europeu e de mecanismos de controlo da grande distribuição a nível nacional; e a universalidade do SNS, bem como advoga a possibilidade de voto aos 16 anos.

O PCP quer proteger os trabalhadores e o trabalho com direitos, valorizar os salários e as pensões, defender os serviços públicos, salvaguardar a produção nacional e combater as privatizações. Jerónimo de Sousa apregoa ainda, nesta fase, a necessidade de descentralização, o abandono da UE, a paragem e reversão de todas as privatizações em curso, o resgate total das parcerias público-privadas, o controlo público de “setores estratégicos”, como a banca e a energia, a nacionalização do Novo Banco, o aumento do Salário Mínimo Nacional para 600€ em 2016, a facilitação de acesso ao ensino superior,

a abolição das taxas moderadoras e a reposição dos complementos de reforma de funcionários públicos.

Já sobre o PS, é nesta fase destacado que o partido pretende repor o subsídio de Natal e os feriados retirados por Passos Coelho, privatizar parte da Segurança Social e reduzir a TSU. Quer, para além disso, cortar nas prestações não-contributivas, realizar obras de reabilitação urbana e criar um imposto sobre heranças que ultrapassem 1 milhão de euros.

Após 4 de outubro o discurso dos três partidos muda e todos tentam, gradualmente, simplificar as suas exigências e encontrar pontos em comum, ainda que sem abdicar da sua identidade e natureza. O Partido Socialista rapidamente estabelece aquelas que ficaram conhecidas como as suas linhas vermelhas, obrigatórias para negociar quer à esquerda, quer à direita: nas palavras do DN, António Costa exige “virar a página na política de austeridade e na estratégia de empobrecimento, consagrando um novo modelo de desenvolvimento e uma nova estratégia de consolidação das contas públicas, assente no crescimento e no emprego, no aumento do rendimento das famílias e na criação de condições para o investimento das empresas; a defesa do Estado Social e dos serviços públicos, na Segurança Social, na educação e na saúde, para um combate sério à pobreza e às desigualdades; relançar o investimento na ciência, na inovação, na educação, na formação e na cultura, devolvendo ao país uma visão de futuro na economia global do século XXI; e o respeito pelos compromissos internacionais e europeus, para a defesa dos interesses de Portugal e da economia portuguesa na UE, para uma política reforçada de convergência e coesão”<sup>74</sup>. O BE volta também a frisar as suas próprias linhas vermelhas - que foram já acima descritas -, e o PCP exige o aumento do salário mínimo para 600€, a reposição de salários e pensões, bem como dos feriados perdidos em 2012, a recuperação de prestações sociais, a diminuição da carga fiscal, a reversão dos processos de privatização e a renegociação da dívida. Esta última acabou por ser retirada da lista de exigências comunistas.

De referir que os compromissos internacionais e europeus assumem aqui uma relevante dimensão. Temas relacionados com a saída do euro, a renegociação da dívida ou o desrespeito por compromissos da NATO foram constantemente abordados - pelas publicações e por personalidades políticas ouvidas pelos jornais - como o principal

---

<sup>74</sup> Público, 5 de outubro de 2015.

ponto de possível rutura entre os três partidos. As conhecidas divergências relativamente a estes tópicos eram vistas como demasiado fortes para serem contornáveis. O próprio Presidente da República teve presentes os referidos compromissos várias vezes ao longo dos seus discursos. O que se pretende aqui clarificar é que cada menção feita nos artigos relativamente a este tema não poderá ser aqui transcrita, pois tal sucessiva repetição tornaria o texto de difícil leitura e compreensão. Por isso, assinala-se desde já que tais referências foram feitas inúmeras vezes, mas que desde o início das conversações entre a esquerda foram também desvalorizadas pelos partidos nelas envolvidos, com o argumento de que, por não existir concordância possível, os assuntos de política externa ficariam fora do acordo e das negociações, algo que veio efetivamente a acontecer, justificando assim a ausência dos supracitados no presente documento.

No período inicial das negociações, quando ainda eram muitas mais as vozes que não acreditavam num entendimento à esquerda do que aquelas que o viam como possível, os jornais sublinhavam, em muitos dos artigos publicados, aquilo que os separava, ao invés das medidas que os poderiam unir. Em relação ao Serviço Nacional de Saúde, por exemplo, eram realçadas as divisões entre PCP e PS, sendo que o primeiro defende a total eliminação das taxas moderadoras, enquanto o PS pretende apenas rever o seu valor e diferenciá-lo para crianças, idosos, mulheres em idade fértil e pessoas dependentes. Para além disso, o PCP pede a contratação de médicos, enfermeiros de família e outros profissionais, bem como a reposição do transporte de doentes não urgentes. O PS compromete-se a criar até 2019 100 novas Unidades de Saúde Familiar (assegurando, por esta via, a atribuição de médicos de família a mais de 500 mil habitantes), e a reverter progressivamente os atuais 32% do financiamento do SNS que estão a cargo das famílias). No que diz respeito aos valores das pensões de reforma, os comunistas querem que estas tenham um aumento “real”, isto é, acima da inflação, enquanto o PS fala apenas em congelamento, o que significa que não pretende mexer no seu valor nominal. Outro problema que dificulta a convergência entre PS e PCP é o da fiscalidade sobre grupos financeiros, com os comunistas a defenderem que a fiscalidade sobre a banca ou sobre as transações bolsistas aumentem, sem que tais propostas sejam sequer mencionadas no programa socialista, documento onde é mencionado apenas que “a supervisão do setor financeiro deve não só assegurar uma fiscalização mais apertada das instituições de crédito como evitar, à partida, a

ocorrência de situações de captura económica, conflitos de interesse e interdependências potenciadoras de risco sistémico”<sup>75</sup>. Já no que diz respeito ao Salário Mínimo Nacional (SMN), é referido que o PCP propõe 600€ já em 2016, enquanto o PS não se vincula com valor algum, defendendo apenas que deve existir um aumento; e relativamente à contratação coletiva os desencontros prosseguem, com o PCP a querer alterar a validade das mesmas - que atualmente caducam ao fim de um ano - restituindo a regra anterior, que a tornava válida enquanto outra não a substituísse.

Ambos os partidos advogam o reforço e o financiamento da Segurança Social e a reversão dos processos de privatização/concessão das empresas de transportes coletivos urbanos, mas ainda assim o PCP declarava saber que “o programa do PS não corresponde à aspiração de rutura com a política de direita” que os comunistas almejavam<sup>76</sup>.

Com o Bloco de Esquerda, a ideia que a imprensa transmitiu aos leitores foi a de que a negociação de medidas concretas aconteceu, desde o início, com maior facilidade. Com as suas linhas vermelhas declaradas desde o período de pré-campanha, os bloquistas apresentaram rapidamente aquilo que dariam em troca ao PS, caso este aceitasse negociar um programa de governo: “o BE deixa de fazer exigências que ponham em causa os compromissos europeus do PS”, defendendo a “manutenção” de Portugal no euro, permite uma “leitura”, ainda que “inteligente”, do Tratado Orçamental, e deixa também de colocar em cima da mesa alguns aspetos ideológicos da sua agenda programática, como por exemplo o controlo público da banca. Apesar de, à semelhança do PCP, divergirem nas pensões e no capital, com o BE a defender também um aumento “real” das primeiras e uma taxaçoão ao segundo, é noticiado pelas publicações que socialistas e bloquistas apresentam perspetivas convergentes no que diz respeito à revogaçoão da nova lei do aborto, à eliminaçoão da sobretaxa do IRS e à descida do IVA na restauraçoão.

O PS apresenta-se desde logo aberto a alterar algumas das suas propostas, de forma a tornar o seu programa de governo conjugável com a esquerda, desde que isso não tenha implicaçoões no cenário macroeconómico desenhado pela equipa de Mário Centeno. Ou seja, “por cada medida que aumente a despesa (nas pensões ou nos salários

---

<sup>75</sup> Diário de Notícias, 9 de outubro de 2015.

<sup>76</sup> Jornal I, 9 de outubro de 2015.

da função pública, por exemplo) ou por cada medida que diminua a receita (no IRS ou no IVA, nomeadamente) tentam-se encontrar compensações, de modo a manter o saldo orçamental dentro dos limites impostos pela UE”<sup>77</sup>. Os três partidos assumiram que o objetivo comum será “repor rendimentos”, e o essencial, segundo Catarina Martins, é que haja um programa de governo respeitador “do emprego, dos salários e das pensões”. Tanto o BE como o PCP apresentaram os seus cadernos reivindicativos. Conscientes de que todos terão de ceder em algum ponto, medidas específicas começam a ser negociadas e, ainda que sem confirmações oficiais, os jornais analisados iniciam o seu relato.

António Costa terá aceite facilmente reduzir a TSU “apenas para os salários mais baixos e não para todos”, assim como estará disposto a privilegiar as famílias mais pobres, conforme tinha sido pedido pela esquerda. Menos fácil será eliminar as medidas de austeridade instauradas pelo governo de Passos Coelho na velocidade desejada por PCP e BE, sendo que António Costa lamenta, em entrevista à TVI, que “não será possível fazer tudo num ano”, como era objetivo comunista relativamente, por exemplo, à eliminação da sobretaxa do IRS, que o PS se propõe a fazer em dois anos. A descida do IVA do gás e da eletricidade de 23% para 6% deverá também estar em cima da mesa de negociações – condição exigida pelo BE para reverter o aumento previsto no memorando da troika – apesar de ser vista como pouco provável uma descida tão drástica, por ser considerada pelo próprio PS como “incomportável” para a perda de receitas. Também a reposição dos salários da função pública seria feita, segundo o PS, em dois anos, mas PCP e BE pedem um. Tudo se poderá encaminhar para uma solução meio-termo, intermédia, que aumente o rendimento disponível dos contribuintes mais pobres, sem criar desfalques nas contas de Mário Centeno.

Os pontos apresentados como os mais “delicados” nas negociações relacionavam-se com o aumento do SMN e das pensões, a eliminação das taxas moderadoras do SNS, a eliminação da sobretaxa do IRS e a não flexibilização da legislação laboral. Esta última medida socialista acabou por cair, afirmou o Diário de Notícias<sup>78</sup>, estando assim cumprida uma das exigências bloquistas. O SMN deveria ser, segundo a esquerda, aumentado para 600€ já em 2016, quando PS só admite tal valor

---

<sup>77</sup> Diário de Notícias, 20 de outubro de 2015.

<sup>78</sup> Diário de Notícias, 21 de outubro de 2015.

em 2019. É noticiado que foi atingido um consenso, com António Costa a comprometer-se atingir dito valor durante o quadro da legislatura, algo que Catarina Martins confirma, em entrevista ao DN, quando diz que “não é possível ter 600€ em 2016”, apesar de ver como “determinante” alcançar esse valor até ao final da legislatura<sup>79</sup>. O PS aceitou abandonar a ideia de reduzir a TSU para as empresas, o que poderá ajudar a colmatar eventuais desequilíbrios orçamentais criados pela inserção das medidas negociadas com a esquerda. Mas, ainda assim, todas as publicações afirmam mais uma vez que as soluções encontradas deverão partir de um princípio gradual, como afirmam ser o caso, por exemplo, da reposição dos rendimentos dos funcionários públicos, que deverá ocorrer com 25% por trimestre, já em 2016, resultando num aumento de 80%, valor em falta para regressarem à quantia total pré-troika. Fonte próxima do processo negocial confidencia ao DN que “não será pela área da saúde que não haverá acordo”<sup>80</sup>, deixando transparecer que PS, BE e PCP estarão em relativa sintonia neste tema, apesar dos socialistas defenderem apenas a redução das taxas moderadoras, ao invés da sua abolição. No entanto, a urgência de uma reforma hospitalar e a priorização de cuidados primários de saúde são consensuais. Quanto às pensões, o mesmo jornal insiste que serão removidos todos os cortes em apenas um ano, e em entrevista ao mesmo jornal, Catarina Martins garantiu que todas seriam descongeladas<sup>81</sup>. É também avançado que a sobretaxa do IRS será retirada no mesmo prazo.

Uma matéria de consenso indiscutível é a reversão das concessões das empresas de transportes urbanos, advogada já antes das eleições pelos três partidos. Também a revisão dos escalões do IRS parece não levantar muitos problemas, apesar de o BE pedir os oito escalões existentes antes de 2011, o PCP exigir 10, e o PS não se comprometer com números. A reposição dos 4 feriados nacionais, retirados por Passos Coelho, encontra-se igualmente em cima da mesa (apesar de o PEV divergir aqui, ao querer elevar a terça feira de Carnaval à mesma condição), bem como a descida do IVA da restauração para 13%.

---

<sup>79</sup> Diário de Notícias, 1 de novembro de 2015.

<sup>80</sup> Diário de Notícias, 28 de outubro de 2015.

<sup>81</sup> Diário de Notícias, 1 de novembro de 2015.

Com a recente mudança de opinião do PCP, diplomas fraturantes como a revogação das alterações feitas à interrupção voluntária da gravidez (que tinham tornado obrigatória uma consulta de aconselhamento psicológico e introduzido a taxa moderadora de 7,75€), e adoção e apadrinhamento civil por casais homossexuais poderão ser – e foram - aprovados no Parlamento, sendo que reúnem o consenso da maioria de esquerda. O BE pretendia ainda apresentar mais uma proposta que tinha em vista a alteração do Código do Registo Civil para assegurar a “igualdade de tratamento” aos casais homossexuais na procriação medicamente assistida.

A TAP surge como uma das complicações nos entendimentos finais entre PS e PCP, com Jerónimo de Sousa a defender que a nacionalização deveria ser feita por inteiro, ao passo que António Costa requer apenas que o Estado seja detentor da maioria do capital da transportadora aérea – ou seja, 51%.

Aquando da assinatura dos acordos, as medidas finais são por fim conhecidas e divulgadas por todas as publicações. O Salário Mínimo Nacional atingirá os 600€ ao longo da legislatura através de um aumento gradual, do qual é já conhecido o valor de 5% para os anos de 2016 e 2017, apesar de PS defender que esta matéria deverá sempre ser debatida em concertação social. A sobretaxa do IRS desaparecerá em 2 anos, 50% em 2016 e valor análogo em 2017, e serão aumentados os escalões do mesmo, garantindo a maior progressividade reivindicada pela esquerda. Deixará de existir o quociente familiar e haverá uma dedução por cada filho. O IVA do gás e da eletricidade continuará nos 23%, apesar de existir um alargamento do acesso à tarifa social que permitirá abranger cerca de 500 mil famílias. Na restauração, o IVA descerá para os 13%. Os cortes nos salários da função pública serão, como os jornais já tinham corretamente publicado, revertidos em 2016 ao ritmo de 25% por trimestre, o que fará os salários serem repostos na íntegra no final desse ano. As pensões serão - de acordo com o que Catarina Martins tinha prometido - todas descongeladas, através da aplicação da regra de atualização das pensões, criada em 2006 e suspensa nos últimos anos, que faz depender a subida das pensões do crescimento da economia e da inflação. Em termos práticos, explica o DN<sup>82</sup>, 1,7 milhões de pensionistas verão as suas reformas subir em 2016, com um aumento de 0,3% nas que vão até 628€. Em 2017, espera-se um aumento de todos os valores. A Contribuição Extraordinária de Solidariedade, que

---

<sup>82</sup> Diário de Notícias, 11 de novembro de 2015.

incidia sobre as pensões acima de 4611€ desaparecerá das inferiores a esse valor, continuando a existir para as superiores. Pensões que ultrapassem os 7127€ terão uma redução adicional de 20%. O IRC será mantido a 21%, visto que será travada a descida de um ponto percentual por ano que estava prevista. Só os salários abaixo de 600€ brutos beneficiarão de ligeiro alívio da TSU, até 2018, como forma de reposição de rendimentos e sem consequências na formação das pensões. Será suspenso o imposto sobre heranças de elevado valor. As carreiras da função pública serão descongeladas em 2018. As pequenas e médias empresas terão estímulos fiscais no IRC e as empresas de produção situadas nos “territórios fronteiriços” usufruirão de benefícios fiscais. O abono de família, o complemento solidário para idosos, o rendimento social de inserção e os complementos de reforma nas empresas do setor empresarial do estado serão repostos ao nível de 2011. Surgirá um novo complemento, o complemento salarial anual, para os trabalhadores com rendimentos mais baixos. Serão travadas as execuções fiscais das casas quando a dívida for mais baixa do que o valor do bem executado. Prevê-se, ainda, que as penhoras das casas de morada de uma família sejam suspensas nos restantes casos. É também proposto que seja revista a tributação municipal do património, ponderando a introdução da progressividade do IMI e introduzindo uma cláusula de salvaguarda que limite a 75€/ano os aumentos deste imposto perante a revalidação do imóvel, que seja habitação própria permanente, de baixo valor. Haverá também acordo na reposição dos 4 feriados suspensos, também em 2016. Os exames do 1º ciclo serão suprimidos, bem como a prova de avaliação dos professores, o número de alunos por turma será reduzido, os manuais escolares do ensino obrigatório serão tornados gratuitos e a carga horária disciplinar diminuída. Até ao final da legislatura, é também pretendida a universalidade da educação pré-escolar a partir dos 3 anos. As 35h de trabalho semanal serão restabelecidas. As reversões dos processos de concessão de transportes públicos de Lisboa e do Porto será feita “caso a caso”, e só acontecerá nos casos em que não se prejudiquem os interesses patrimoniais do estado. Por esse motivo, a já em curso privatização da TAP ficou fora dos acordos estabelecidos. Será revertida a privatização da empresa de tratamento de resíduos EGF e canceladas fusões de empresas de água que tenham sido impostas aos municípios. O acordo anuncia ainda que não haverá “nenhuma outra concessão ou privatização”.

Para além das principais – e mais mediáticas – medidas já referidas, os jornais anunciam também que o governo do PS criará uma maior articulação nos órgãos

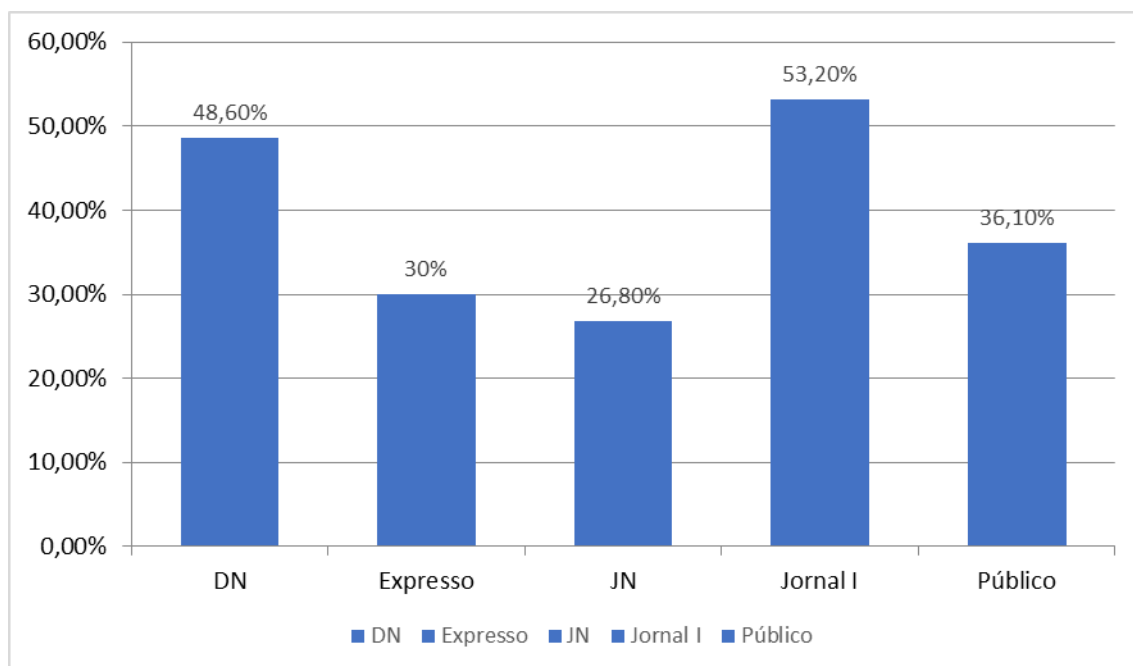
policiais, investirá nas forças armadas, e instalará novas medidas no sistema judicial, prevendo um regime de incentivos à produtividade dos tribunais que cumpram metas de desempenho previamente fixadas, reforçando os poderes e meios de gestão dos presidentes de comarcas e tribunais, e desenvolvendo ferramentas informáticas para gestão de tribunais. Será revogada a contratação a prazo de desempregados de longa duração e de jovens à procura do seu primeiro emprego, e serão eliminadas as restrições à contratação nas administrações públicas. A TSU será agravada para empresas que revelem excessos de rotatividade dos seus quadros em consequência da excessiva precarização das relações laborais. É dado destaque ao combate ao recurso abusivo a estágios e contratos emprego-inserção para substituição de trabalhadores permanentes, e será reforçado o poder da Autoridade para as Condições do Trabalho na regularização de falsos recibos verdes e outros vínculos ilegais, com imediata conversão em contratos de trabalho. No âmbito do Serviço Nacional de Saúde, está prevista uma revisão das participações de medicamentos para doentes crónicos em ambulatório e o aumento da quota de genéricos. As taxas moderadoras serão usadas apenas para regular a procura desaproprada e serão, por isso, eliminadas sempre que o utente se dirija a uma urgência enviado pelo médico ou qualquer outra entidade de emergência pré-hospitalar. A contribuição audiovisual que todos os portugueses pagam atualmente na fatura da luz para financiar o serviço público de TV e rádio vai passar a estar presente apenas na fatura de quem tem serviços de TV paga.

Apesar de os acordos terem sido assinados e aceites pelo Presidente da República, as publicações analisadas fazem saber que algumas das medidas neles presentes não foram totalmente aceites pelo PCP, sendo de esperar, por exemplo, que o partido continue a defender a eliminação total da sobretaxa em 2016, bem como a subida para 600€ do SMN para o mesmo ano, uma vez que a questão passará para a concertação social.

## **Chamada à capa**

É uma das variáveis que permite compreender qual o destaque dado ao assunto pela imprensa consultada. Os artigos analisados estiveram presentes na capa 430 vezes, enquanto 633 vezes as notícias não obtiveram tal destaque.

O Jornal I foi a publicação que mais vezes chamou o tema à capa (ver gráfico 9) e o Jornal de Notícias foi o que menos frequentemente o fez, com apenas cerca de 27% dos seus artigos sobre os acordos a chegarem à página da frente (valores absolutos no Anexo 20).



**Gráfico 9 - Artigos chamados à capa, por jornal**

Quanto à evolução temporal, os valores da variável alteraram-se significativamente com ela ( $p = 0.009$ ), visto que no período pós-eleições o número de artigos chamados à capa foi 9 vezes superior ao do período antes de 4 de outubro.

## Fotografia

Foram também tidos em conta, ao longo da análise, os elementos que acompanhavam os artigos, isto é, fotografias e/ou gráficos. Contabilizou-se um total de 770 artigos com fotografia, e 17 com gráficos.

Comparando os resultados encontrados em cada um dos jornais, é desde já possível confirmar que os jornais sensacionalistas e populares recorrem mais à imagem do que os de referência. Cerca de 78% dos artigos analisados no Jornal de Notícias faziam-se acompanhar por imagem e/ou gráficos, bem como 83% dos encontrados no Jornal I, valores superiores aos das restantes publicações, como é verificável na tabela 2. O semanário Expresso apresenta o menor número de utilizações destes recursos.

Jornal			Frequência	Percentagem válida
DN	Válido	Nada	97	34,6
		Fotografia	176	62,9
		Gráfico	6	2,1
		Fotografia e Gráfico	1	,4
		Total	280	100,0
	Total	281		
Expresso	Válido	Nada	31	38,8
		Fotografia	43	53,8
		Gráfico	3	3,8
		Fotografia e Gráfico	3	3,8
		Total	80	100,0
JN	Válido	Nada	51	22,1
		Fotografia	179	77,5
		Gráfico	1	,4
		Total	231	100,0
Jornal I	Válido	Nada	37	16,8
		Fotografia	183	83,2
		Total	220	100,0
Publico	Válido	Nada	64	25,4
		Fotografia	185	73,4
		Gráfico	3	1,2

		Total	252	100,0
--	--	-------	-----	-------

**Tabela 2 - Contabilização de fotografia/gráfico, por jornal**

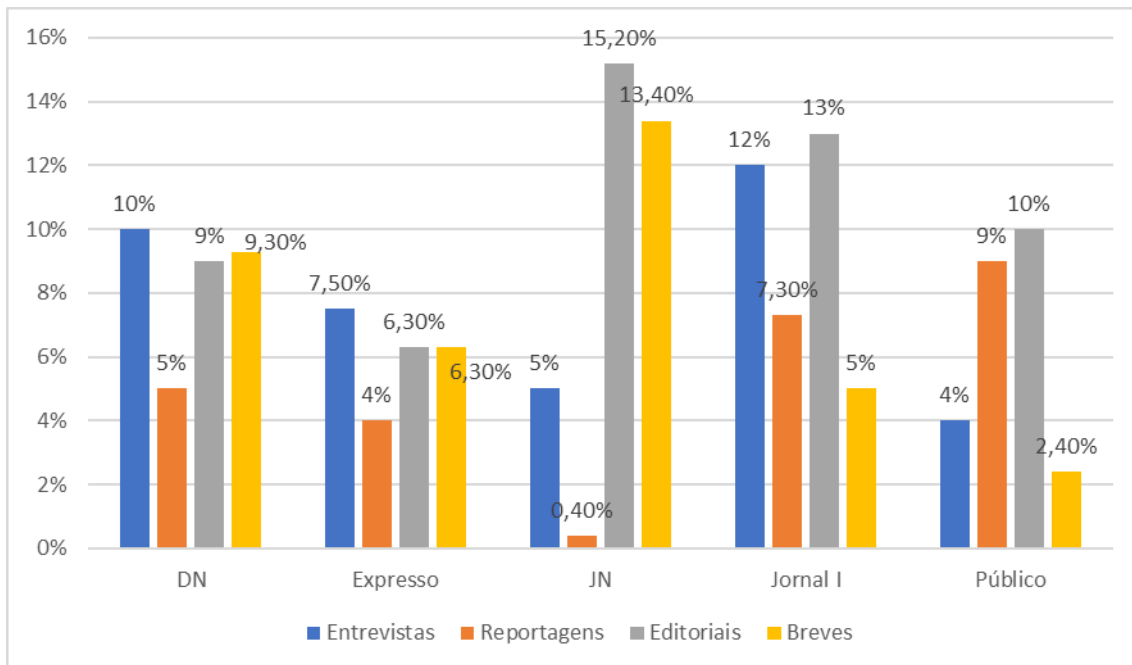
## **Número de Parágrafos**

Contabilizar o tamanho dos conteúdos analisados pareceu também pertinente, pelo que foram registados os parágrafos de cada um dos artigos. O Diário de Notícias e o semanário Expresso apresentaram ambos uma média de 9 parágrafos por notícia, o JN 6, o Jornal I, 8,5, e o Público 10,5. A premissa de que os jornais de referência apresentariam mais conteúdo político do que os sensacionalista/popular é apenas verificada nos casos do JN, que obteve uma média consideravelmente mais baixa do que os restantes; e do Público, cuja média se encontrou acima das outras publicações.

## **Género Jornalístico**

Olhando para a totalidade dos artigos, sem os dividir pelas respetivas publicações, é fácil verificar que a esmagadora maioria se insere no género “Artigo/Notícia” (60,5%), seguido pelas categorias “Editorial” (11,2%), “Breve” (7,5%) e “Entrevista” (7,4%).

Comparando agora estes valores pelos diferentes jornais, apesar de todos apresentarem resultados semelhantes para o género “Artigo/Notícia” (a sua percentagem em todos ultrapassa os 55%), existem alguns valores merecedores de destaque.



**Gráfico 10 - Género Jornalístico, por jornal**

Como é possível verificar no gráfico 10, nenhum jornal se aproximou do JN no que diz respeito ao número de editoriais, ainda que todos sejam consideravelmente elevados. O Público apresentou um alto número de Reportagens, especialmente quando comparado com o do DN, que se afastou bastante do que seria expectável para uma publicação de referência, com quase o dobro das Breves contabilizadas no I, sensacionalista do qual se esperaria um número bem mais elevado do citado género. O JN publicou 31 breves e apenas 1 reportagem, estando assim de acordo com o seu género popular (para consultar todos os valores absolutos, ver Anexo 21).

### **Relação entre Referência ao Acordo e Foco em Conteúdo Programático Específico**

Foi ainda visto como relevante tentar compreender se, ao longo do tempo, a evolução das variáveis Referência ao Acordo e Foco em Conteúdo Programático Específico em conjunto, isto é, procurar saber se, à medida que as negociações e o acordo se solidificaram, as medidas programáticas concretas passaram a ser mais evidenciadas nos artigos analisados. Seria intuitivo responder que sim, mas depois da elaboração do teste qui-quadrado, compreende-se que tal relação não existe, em nenhum dos dois períodos temporais. Os valores de  $p$ , tanto no pré como no pós-eleições, não

são significativos ([0.572] e [0.987], respetivamente), pelo que não é possível confirmar que exista qualquer relação evolutiva entre as duas variáveis.

Procurando uma relação significativa entre as duas, mas desta vez por jornal, confirma-se novamente que a supracitada é inexistente (Diário de Notícias, [ $p = 0.445$ ]; Expresso, [ $p = 0.885$ ]; Jornal de Notícias, [ $p = 0.679$ ]; Jornal I, [ $p = 0.827$ ]; Público, [ $p = 0.924$ ]).

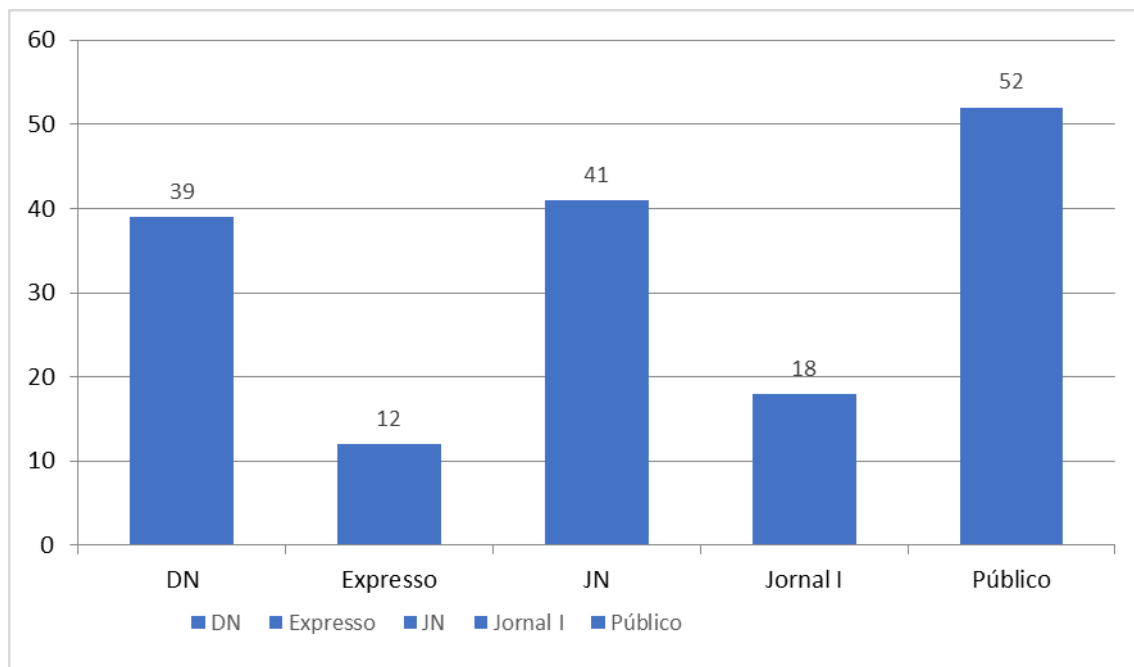
## **Relação entre Foco em Conteúdo Programático Específico e Foco no Líder**

Procurou também verificar-se relação entre estas duas variáveis, na medida em que seria expectável que quanto mais foco seja dado aos líderes dos partidos, menor deverá ser o conteúdo programático das notícias, como nos diz a teoria sobre os jornais sensacionalistas e populares. No entanto, a análise foi feita – novamente através do teste qui-quadrado – e dividida por período temporal, e não foi encontrada qualquer significância na relação das variáveis. No período pré-eleições, ( $p = 0.077$ ), e no pós, ( $p = 0.195$ ), o que demonstra claramente não existir qualquer relação entre o conteúdo programático e o foco nos líderes. Observando a dita relação, mas dividindo a análise por jornal, verifica-se que existe uma relação significativa entre as variáveis apenas no Público ( $p = 0.045$ ) (Diário de Notícias, [ $p = 0.976$ ]; Expresso, [ $p = 0.332$ ]; Jornal de Notícias, [ $p = 0.709$ ]; Jornal I, [ $p = 0.189$ ]).

## **O caso do PEV**

Ao longo do preenchimento das tabelas, e conseqüente análise empírica, foi impossível não reparar que, ao contrário dos restantes partidos signatários dos acordos, o Partido Os Verdes, PEV, foi, regra geral, absolutamente negligenciado por todas as publicações, que não o mencionaram maior parte das vezes que se referiam ao tema estudado. Apesar de ter ido a eleições coligado com o PCP, após 4 de outubro voltou à autonomia de qualquer partido com assento parlamentar, não sendo, por isso, justificável tal falta de atenção e de igual tratamento.

Assim, foram contabilizadas todas as menções ao referido partido, por jornal. Chegou-se à conclusão que todos o ignoraram grande parte das vezes, ainda que com diferenças (ver gráfico 11). O Público foi o que menos o ignorou, mencionando-o 52 vezes no total. O Jornal I foi o menos igualitário no tratamento dado ao partido, visto que o noticiou apenas 18 vezes, num total de 220 artigos.



**Gráfico 11 - Menções ao PEV, por jornal, em valores absolutos**

## Capítulo 5: Conclusões

Analisados os resultados, importará - antes de tentar responder às questões previamente colocadas - sumarizar os principais pontos alcançados ao longo da parte empírica, de forma a clarificar e organizar a informação recolhida em premissas mais simples:

- O tom neutro verificou-se menos frequente no Jornal I, no Expresso e no Diário de Notícias, do que nas restantes publicações. Tal será justificável pelo facto de o Jornal I se apresentar como um diário sensacionalista, do qual será esperada uma escrita mais adjetivada e menos objetiva, e de o Expresso ser um semanário, em que os artigos se apresentam menos imediatistas - mais narrativos e, frequentemente, opinativos. Não se encontra nenhum argumento para justificar os resultados obtidos pelo DN, publicação considerada de referência, no qual seria expectável maior objetividade e isenção do conteúdo, mas que também obteve uma maior frequência de tons negativos, em conjunto com o sensacionalista I. O tom positivo foi quase inexistente em todas as publicações;
- Bloco de Esquerda foi a única entidade partidária a ser referenciada positivamente pelas diversas publicações, e Catarina Martins a única líder que não foi retratada negativamente por nenhuma publicação;
- António Costa foi, indubitavelmente, o líder partidário com mais referências negativas, com um total de 27;
- As perspetivas de Conflito/Cooperação que se apresentaram com maior destaque – e tal afirmação é verdade para todos e cada um dos jornais, – são as que envolvem, quer em conflito, quer em cooperação, PS-Esquerda e PS-PàF. Os conflitos entre o PS e a coligação de direita foram menos assinalados do que os conflitos entre o PS e a Esquerda, mas a perspetiva de Cooperação PS-Esquerda foi indubitavelmente a mais enfatizada por todos os jornais. Já a Cooperação PS-BE e PS-PCP foi pouco destacada, privilegiando-se a cooperação da esquerda como um todo;
- Cerca de 73% dos artigos não focaram nenhum líder específico. O jornal que mais centrou os seus artigos em líderes foi o semanário Expresso, o que menos o

fez foi o Jornal de Notícias. O DN apresentou os mesmos valores que o Jornal I, fator que foge, mais uma vez, àquilo que seria expectável, visto que o primeiro se trata de uma publicação de referência e o segundo, de uma sensacionalista. No entanto, nenhuma das diferenças de resultados entre os jornais pode ser considerada estatisticamente significativa. António Costa foi o líder mais focado, e Paulo Portas o menos;

- 46% dos artigos analisados exibiram conteúdo programático. O jornal com valores mais altos no que diz respeito a esta variável foi o Público, o I foi o que menos conteúdo apresentou;
- O sensacionalista I foi o jornal que mais vezes chamou o tema estudado à capa, o JN foi o que menos frequentemente o fez;
- No período pós-eleições, o número de artigos chamados à capa que mencionavam a possibilidade de acordo à esquerda foi 9 vezes superior ao do período pré-eleitoral;
- Elementos fotográficos e/ou gráficos foram consideravelmente mais utilizados pelos jornais popular e sensacionalista do que pelas publicações de referência, tendo sido o Expresso aquele que menos o fez;
- Quanto à dimensão dos artigos, o Público foi o que apresentou a média de parágrafos mais alta, enquanto o JN teve a mais baixa;
- O PEV foi ignorado, grande parte das vezes, dos artigos sobre os acordos de esquerda, dos quais o partido também foi subscritor.

Será agora necessário responder às questões de investigação previamente colocadas no capítulo da metodologia, de forma a compreender se os jornais e as variáveis se comportaram como seria expectável, ou não.

### **Q1 - A informação revelada nos artigos informativos vincula alguma postura enviesada ou parcial do jornal, apresentando algum tom específico?**

Através da variável Tom da Notícia, que se baseou na análise das marcas textuais presentes nos artigos selecionados, foi possível constatar que o tom neutro – aquele que, segundo as regras de bom jornalismo, seria desejável – foi encontrado na esmagadora maioria dos artigos em todas as publicações, que não apresentaram diferenças relevantes entre si. O tom positivo foi insignificante em todas as publicações,

tendo sido o Expresso a apresentar o valor mais elevado, 4%. Quanto ao tom negativo, o Jornal I (18%), DN (17,3%) e Expresso (17%) apresentaram valores superiores aos do JN (11%) e Público (10%).

Pode, portanto, concluir-se que, ainda que por vezes as publicações tenham, de facto, veiculado posturas enviesadas ou parciais, através da utilização de tons positivos e/ou negativos, a grande maior parte das vezes tal não ocorreu.

**Q2 - Ao mencionar o processo de formação de governo da Geringonça, a relevância dada ao líder do PS foi notoriamente superior do que a dada aos do PCP e do Bloco?**

Com a variável Foco no líder, é possível contabilizar o número de vezes que cada um dos líderes partidários foi destacado nos artigos seleccionados - sendo que, do total de 1064 notícias analisadas, apenas 26% apresentavam um foco claro num dos líderes. António Costa foi claramente o líder mais destacado, com 156 referências; Catarina Martins arrecadou 54 e Jerónimo de Sousa, 59. É, portanto, bastante claro que a relevância dada ao líder do PS foi notoriamente superior do que a dada aos do PCP e Bloco de Esquerda.

**Q3 - Foi possível observar negatividade na mensagem transmitida relativamente à formação da Geringonça? Se sim, quais as publicações em que mais se observou o citado fenómeno?**

*Q3.1 - As publicações sensacionalista (I) e popular (JN) analisadas utilizam mais frequentemente tom negativo do que as publicações de referência (DN, Público, Expresso)?*

Como se verificou na Q1, a grande maioria dos artigos analisados não apresentou qualquer tipo de negatividade (ver valores acima). Olhando para o número de vezes que a possibilidade de acordo entre PS, PCP e BE foi noticiada com tom negativo (30 vezes), rapidamente se constata que o citado valor não é significativo, quando comparado com o número total de artigos estudados. Assim sendo, apesar de se poder afirmar que foi observada negatividade na mensagem transmitida relativamente à

formação da Geringonça, o citado fenómeno não ocorreu vezes suficientes para que possa ser considerado significativo.

Olhando agora para os valores da negatividade, mas divididos por publicação, é possível retirar duas conclusões principais. Primeiro, que o tom negativo – na sua generalidade, e não focado nos acordos de esquerda – foi encontrado mais frequentemente no sensacionalista Jornal I (18%), como seria de esperar, mas também no DN (17,3%) e no Expresso (17%), resultado que contraria as expectativas visto que ambos se tratam de jornais de referência, dos quais se esperaria maior isenção e neutralidade de discurso do que do popular JN, por exemplo, que obteve índices consideravelmente inferiores de negatividade (11%). No jornal Público, também considerado uma publicação de referência, foram contabilizados 10% de artigos com tom negativo.

Segundo, que o tom negativo, mas desta vez relacionado apenas com os acordos de esquerda, foi encontrado em 12 artigos do Jornal I, e em igual número no Diário de Notícias, desmentindo novamente as questões previamente colocadas, pelos motivos já supracitados. O Expresso, Público e Jornal de Notícias apresentaram, cada um, 2 artigos com tom negativo diretamente relacionado com os acordos de esquerda, sendo que aqui é o resultado do JN que surpreende, por se tratar de um jornal popular que se inclinaria, à partida, para uma escrita mais adjetivada e controversa.

A resposta à questão 3.1 é, então, passível de ser assim configurada: apesar de a publicação sensacionalista utilizar, de facto, mais frequentemente o tom negativo do que a publicação de referência Público, o mesmo não acontece para o Expresso e Diário de Notícias, que apresentam valores semelhantes aos do Jornal I. Para além disso, não se verifica, na publicação popular, a utilização mais frequente do tom negativo, uma vez que o seu resultado é o segundo mais baixo, no que à negatividade diz respeito.

**Q4 - Foi possível observar individualização dos líderes na forma como a mensagem foi transmitida relativamente à formação da Geringonça? Se sim, quais as publicações em que mais se observou o citado fenómeno?**

***Q4.1 - As publicações sensacionalista (I) e popular (JN) analisadas oferecem maior destaque aos líderes (e seu papel) do que as publicações de referência (DN, Público, Expresso)?***

***Q4.2 - As publicações sensacionalista (I) e popular (JN) analisadas focam-se mais nos líderes (e no seu papel) do que em temas/conteúdos políticos mais específicos?***

Apesar de ser expectável, segundo as características dos jornais escolhidos, que o JN e o I apresentassem uma maior tendência para individualizar e mencionar os líderes de forma mais constante do que o Público, o DN e o Expresso, tal não se verificou. Não só é o JN que apresenta a menor percentagem de notícias focadas num líder (22,5%), como o Diário de Notícias, publicação de referência, apresenta os mesmos valores que o Jornal I, sensacionalista (27% de artigos focados num líder). 26% dos artigos publicados pelo Público foram centrados num líder político, e é mesmo o semanário Expresso aquele que indubitavelmente apresenta mais notícias com foco em líderes, 32,5%. É, portanto, possível responder negativamente à questão 4.1.

A Q4.2 recebe, à partida, igual resposta, visto que parte de uma premissa que se viu já estar errada (as publicações sensacionalista e popular não são as que mais se focam nos líderes). Ainda assim, verificando o número de artigos que se concentra em conteúdo programático específico, pode confirmar-se que o jornal I apresenta consideravelmente menos conteúdo do que as restantes publicações. Esta diferença não é encontrada no JN, que apresenta valores muito semelhantes aos do Expresso.

**Q5 - Os jornais de referência (DN, Público e Expresso) oferecem maior conteúdo político (tanto em volume como em substância) do que os restantes?**

Voltando, mais uma vez, às características dos meios de comunicação analisados, os jornais de referência publicariam, à partida, artigos mais completos e desenvolvidos do que os restantes. Observando a totalidade de artigos obtidos, é possível afirmar que o Diário de Notícias foi o que mais noticiou o tema estudado (26,4%), seguido pelo Público (23,7%). Apenas com 1 ponto percentual entre si, o JN (21,7%) e o I (20,7%) publicaram menos conteúdo político – no que diz respeito à formação da Geringonça – mas não se verificaram diferenças significativas. O Expresso, por ser semanário, obteve, como seria de esperar, um resultado consideravelmente mais baixo (7,5%).

Relativamente ao tamanho das peças publicadas, foi registado o número de parágrafos em cada um dos artigos. Comparando os valores obtidos através de tal contabilização, é possível afirmar, à semelhança do que é dito na Q5, que os jornais de

referência apresentam uma média consideravelmente maior do que a do Jornal de Notícias (que publicou, em média, 6 parágrafos por artigo). O mesmo não é verdade para o Jornal I, sensacionalista de quem também seria expectável um menor número de parágrafos, mas que atingiu uma média bastante próxima (8,5) da do Diário de Notícias (8,97) e do Expresso (8,89). O Público foi, sem margem para dúvidas, o jornal com artigos mais longos, arrecadando uma média de 10,5 parágrafos por notícia.

**Q6 – O partido Os Verdes (PEV) foi consideravelmente menos focado pela imprensa ao longo do processo de cobertura da possibilidade de acordos à esquerda?**

Sendo que se trata de um partido menos mediatizado, com menor número de assentos parlamentares e conseqüentemente menos destaque na esfera pública, seria de esperar uma menor assiduidade da sua presença no discurso dos media. Assim, foram contabilizadas todas as menções ao referido partido, por jornal. Chegou-se à conclusão que todos o ignoraram grande parte das vezes, ainda que com diferenças. O Público foi a publicação que procurou realizar um tratamento mais igualitário, mencionando-o 52 vezes no total, seguido pelo Jornal de Notícias, que o fez 41 vezes, e pelo DN, que referiu o partido ecologista 39 vezes. O Jornal I realizou 18 artigos com menções ao PEV e o Expresso apenas 12, mas visto que este último, por ser semanário, publicou apenas 80 notícias no total, é o sensacionalista I que pode ser considerado o jornal que menos mencionou o partido.

É então possível confirmar que o PEV foi, inquestionavelmente, menos focado pela imprensa ao longo do processo de cobertura da possibilidade de acordos à esquerda.

**Q7 – Os recursos a fotografia/elementos visuais foram mais frequentemente utilizados pelos meios de comunicação sensacionalista e popular?**

Os resultados alcançados na variável Fotografia confirmam supracitada premissa. O JN e o I recorrem consideravelmente mais ao uso de fotografia ou de elementos visuais, tendo o primeiro complementado os seus artigos com os citados recursos 78% das vezes e o segundo, 83%. Já nas publicações de referência observaram-se valores mais modestos (DN – 63%; Público – 73%), tendo sido o Expresso a que menos os utilizou (54%).

Respondidas as questões previamente formuladas, importa referir alguns pontos dignos de reflexão.

Não se encontraram, a nível qualitativo, consideráveis diferenças no discurso de cada um dos jornais diários. À exceção do Expresso – que por ser um semanário, não aborda os temas da mesma forma que os restantes, convidando à reflexão e discussão ao invés de se concentrar no imediatismo da notícia – nenhuma publicação apresenta notórias dissemelhanças no conteúdo que transmite. Ainda que, em reportagens, entrevistas e principalmente editoriais, os jornalistas tenham a oportunidade de se afastar um pouco do discurso habitual, nos artigos/notícias – que surgem em larga maioria – é difícil distinguir a informação veiculada.

Apesar de ser apenas possível teorizar sobre a matéria, são alguns os motivos que poderão levar a esta falta de distinção entre publicações. A utilização, cada vez mais frequente, de *takes* da agência noticiosa Lusa – bem como as parcas alterações que as redações realizam aos mesmos – pode certamente ser considerada um dos motivos para a homogeneização do discurso jornalístico, pelo menos na imprensa. Formatos inovadores são cada vez menos tidos em conta, o jornalismo de investigação e os artigos mais aprofundados têm desaparecido gradualmente, dando lugar a notícias rápidas, que primam pelo imediatismo e simplicidade de discurso, para atrair todos os públicos e aumentar as visualizações dos jornais. A ânsia de “dar” a notícia primeiro é maior do que a de o fazer de forma diferente dos restantes, o que, naturalmente, acaba por resultar na falta de diversidade encontrada ao longo da análise dos dados recolhidos.

Para além desse motivo, ainda que com ele relacionado, é também necessário ter em conta o facto de que, atualmente - em Portugal e um pouco por todo o mundo - os media tendem a pertencer a grandes grupos económicos, que por sua vez criam conglomerados mediáticos, tornando assim vários meios, jornais e não só, tendencialmente semelhantes na sua linha editorial. Exemplo: dois dos diários analisados, o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias, pertencem atualmente ao grupo Global Media. Será, por isso, natural encontrar consideráveis semelhanças entre os dois – apesar de serem jornais distintos, em género e em público-alvo – visto que, em última instância, são geridos pela mesma entidade.

É sabido que, cada vez mais, o jornalismo tradicional (como é o caso da imprensa) se encontra ameaçado por vários desafios da era moderna, especialmente pela

migração dos consumidores, que têm vindo a abandonar gradualmente os meios habituais, rumo à consulta de informação através da Internet e das redes sociais. A perda, e conseqüente falta de capital, ou pelo menos de capital direcionado para a imprensa, leva inevitavelmente a que a mesma não possua capacidade de diversificar os seus conteúdos, não podendo investir em novos formatos, nem na contratação de mais jornalistas - que complementariam as redações e permitiriam a publicação de artigos mais desenvolvidos, sem comprometer a rapidez exigida pelo meio. Surge assim um terceiro fator que poderá causar a falta de diversidade observada: o número de jornalistas por redação tem vindo a diminuir consideravelmente, passando o profissional a ter mais volume de trabalho, e conseqüentemente menos tempo para dedicar a cada artigo que publica, o que resulta na clara falta de profundidade, imaginação e inovação dos artigos. Aqui, a diferença encontrada no Expresso é facilmente compreendida: como semanário, os seus trabalhadores possuem diferentes recursos – nomeadamente, tempo – para estudar e investigar o tema, sendo-lhes, por isso, possível realizar artigos mais completos, que convidam, regra geral, a uma mais ampla reflexão sobre o assunto em causa, cumprindo assim, em parte, o papel que o jornalismo deve ter.

Por último, importa ainda considerar uma quarta condição que poderá estar na génese da falta de diferenças substanciais nos textos analisados, e que desta vez augura um correto funcionamento dos meios de comunicação portugueses: a homogeneidade de conteúdos encontrada poderá advir da desejada isenção que o jornalismo profissional exige, e que se manifesta, não só mas também, no tratamento objetivo, imparcial e, por isso, uniforme dos temas noticiados – podendo assim o presente estudo servir para demonstrar que, à primeira vista, a imprensa portuguesa se encontra de boa saúde.

Independentemente da relativa ausência de diferenças entre os jornais analisados, a presente investigação serve para detalhar o processo negocial, inédito em Portugal, que se desenrolou em 2015, mas que certamente terá implicações futuras que irão para além da atual legislatura; e para compreender como o mesmo foi caracterizado pela imprensa nacional, algo que se vê como interessante e que não havia ainda sido feito. Auxilia também a compreensão do modo como partidos *outsider* podem, efetivamente, entrar em soluções governamentais. Supor que a formação da Geringonça alterará para sempre a composição e a sinergia do sistema partidário português seria precipitado. Será necessário aguardar o desenvolvimento, pelo menos, das legislativas futuras para poder compreender a magnitude e o alcance da relação atualmente

estabelecida entre os partidos de esquerda e o Partido Socialista, que tanto poderá ter seguimento como demonstrar-se irrepetível. Mas, no que diz respeito à cobertura mediática dada aos partidos da esquerda signatários do acordo, será plausível concluir que essa se poderá encontrar profundamente alterada.

Como partidos fora do sistema partidário, o PCP e o Bloco de Esquerda não recebiam dos meios de comunicação a mesma atenção de que partidos participantes em soluções governamentais, como PS e PSD, disfrutavam (Freire, 2017). Com a revolucionária assinatura dos acordos, esse estatuto tenderá a mudar. Assim o confirma São José Almeida – redatora principal do jornal Público – na entrevista cedida em prol do presente trabalho: “(BE e PCP) ao serem partidos que integram um acordo de aliança para suportar parlamentarmente o Governo, o seu papel como partidos de poder muda, já que antes eram partidos de contrapoder. É normal, e obrigatório, que a forma como são acompanhados pelos jornalistas seja outra, já que a sua função no sistema mudou”. Também Sílvia Freches, editora-adjunta de política do Diário de Notícias, concorda com a inelutável mudança de tratamento dos referidos partidos, por achar que “inevitavelmente, o papel destes partidos, sobretudo do BE que apareceu com muita força e a impor logo certas condições, passou logicamente a ter uma importância acrescida (...) porque só mesmo com o aval e acordo dos dois é que o cenário era viável, por isso começaram a ter uma cobertura tão importante, ou quase tão importante, como a que era dada ao PS e ao PSD”. Luís Claro, editor de política do Jornal I, julga “nunca ter falado com tanta gente do Bloco e do PCP como nos dias seguintes às eleições. Os partidos que influenciam o poder e a vida das pessoas têm sempre uma maior cobertura”, afirma. Será assim, à partida, possível constatar que a Geringonça altera o panorama tradicional da cobertura mediática, reequilibrando substancialmente a cobertura a favor dos partidos de esquerda.

Os dados recolhidos são tidos como relevantes para melhor compreensão da nova fase que caracteriza a evolução do sistema partidário português, e as conclusões atingidas como pertinentes, contribuindo para examinar padrões de continuidade e descontinuidade no relacionamento entre partidos e meios de comunicação. Este estudo poderá contribuir para inovar o campo dos trabalhos sobre cobertura mediática - sendo as variáveis selecionadas e utilizadas consideradas bastante úteis -, bem como poderá servir estudos futuros relacionados com o comportamento e características da Imprensa portuguesa. Para além disso, a decisão de analisar não só o período de campanha, mas

também o período pós-eleições – que nas democracias atuais se tem vindo a tornar cada vez mais interessante, importante e imprevisível – poderá dar o mote para que, em trabalhos vindouros, se altere o habitual período de análise escolhido para este tipo de estudos, que normalmente termina no dia das eleições.

Como qualquer outro, a presente dissertação apresenta algumas limitações, sendo por isso desejável que o seu tema seja aprofundado no futuro. Verificar o mesmo período, por exemplo, mas num diferente meio de comunicação, como a televisão, seria um acréscimo precioso ao material já conseguido – que poderia, aliás, ter sido feito, caso o tempo disponível para a realização da dissertação o permitisse. Repetir a presente análise, mas nas legislativas de 2019 – comparando resultados e encontrando, ou não, diferenças no tratamento e destaque oferecido aos partidos de esquerda signatários do acordo, de forma a compreender se, a médio prazo, a criação da Geringonça alterou de facto o padrão da cobertura mediática dos partidos de esquerda radical – poderia também mostrar-se interessante.

## Bibliografia

ANSOLABEHERE, S. D., IYENGAR, S., & SIMON, A. (1999). Replicating Experiments Using Aggregate and Survey Data: The Case of Negative Advertising and Turnout. *The American Political Science Review* Vol. 93, No. 4, pp. 901-909.

ANTUNES, J. (2012). *As notícias das campanhas: análise da cobertura da imprensa nas eleições legislativas de 2011*, dissertação de Mestrado, Universidade Nova, Lisboa.

BALE, T., BERGMAN, T. (2006). Captives no longer, but servants still? Contract Parliamentarism and the new minority Governance in Sweden and New Zealand. *Government and Opposition*, Vol. 41, No. 3, pp. 422-449.

BENNETT W.L. (2012). The Personalization of Politics: Political Identity, Social Media, and Changing Patterns of Participation. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 644, No. 1, pp. 20-39.

BENNETT W.L., & IYENGAR S. (2008). A new era of minimal effects? The changing foundations of political communication. *Journal of Communication*, Vol. 58, No. 4, pp. 707-731.

BOOMGAARDEN, H., VAN SPANJE, J., Vliegenthart, R., & DE VREESE, C. (2011). Covering the crisis: media coverage of the economic crisis and citizens' economic expectations. *Acta Politica*, Vol. 46, No. 4, pp. 353-379.

BUENO, W. C. (2017). A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. *Comunicação & Sociedade*, Vol. 39, No 1., pp. 21-41.

CAPOCCIA, G. (2002). Anti-System Parties: A Conceptual Reassessment. *Journal of Theoretical Politics*, Vol. 14, No. 1, pp. 9-35.

CAVALCANTE, R. B., LIMA, P. C. A., & PINHEIRO, M. M. K. (2014). Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc;* Vol. 24, No. 1, pp. 13-18. <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abcib/article/view/22277>.

CUNHA, C. (1996). Quanto mais as coisas mudam... Os 75 anos do Partido Comunista Português. *Análise Social*, Vol 31 (4º), No 138, pp. 1021-1032.

CUNHA, C. (2003). Mais CDU! Mais Portugal! Mais PCP! The Portuguese Communist Party at the turn of the 21st century in BOTELLA, J., RAMIRO, L. (Ed.), *The crisis of communism and party change*. Barcelona, ICPS.

CUNHA, C. (2008). Few, but pure and good members, are preferred to a Mass Party. The Portuguese Communist Party's Continued Orthodoxy, in BACKES, U., MOREAU, P (Ed.) *Taking Stock of Communist and Post- Communist Parties in Europe*. Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen.

DIAS, V. V., SEBASTIÃO, S. P., & VALENÇA, M. (2016). Cobertura Noticiosa, Assessoria Mediática e Assuntos Públicos: o caso das “Escutas de Belém”. *Observatorio (OBS\*)*, Vol. 10, No. 2, pp. 31-54.

DOMINGUES DE CARVALHO, M. (2007). “*A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa*”, dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

EICHORST, J. (2014). Explaining variation in coalition agreements: The electoral and policy motivations for drafting agreements. *European Journal of Political Research*, Vol. 53, No. 1, pp. 98-115.

ESPÍRITO SANTO, P. (2008). *Estudos de Comunicação Política. Análise de Conteúdo Da Mensagem Na Campanha e Pós-Campanha Eleitoral Nas Eleições Presidenciais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

FERNANDES, J. M. (2016). The seeds for party system change? The 2015 Portuguese general election. *West European Politics*, Vol. 39, No. 4, pp. 890-900.

FIGUEIRAS, R. (2012). *Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009*. Universidade Católica Editora, Lisboa.

FISHER, S. D., & HOBOLT, S. B. (2010). Coalition government and electoral accountability. *Electoral Studies*, Vol. 29, No. 3, pp. 358-369.

FREIRE, A. (2017). *Para lá da "geringonça": o governo de esquerdas em Portugal e na Europa*. Contraponto, Lisboa.

FREIRE, A. (2015). *O futuro da representação política democrática*. Nova Vega, Lisboa.

- FREITAS, H. (2000). Análise de dados qualitativos: aplicações e as tendências mundiais em Sistemas de Informação. *Revista de Administração, São Paulo*, Vol. 35, No. 4, pp. 84-102.
- GALRÃO, M., & TAVARES, R. (2016). *Como Costa montou a geringonça em 54 dias: os bastidores do acordo histórico da esquerda*. Lua de Papel, Lisboa.
- GAMSON, W. A. (1961). A theory of coalition formation. *American Sociological Review*, Vol. 26, No 3, pp. 373-382.
- GRAÇA, F. (2017). “A Política e os Media: o enviesamento da Imprensa portuguesa em 2009 e 2015”, dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- GRIJELMO, Alex. (1998) *El estilo del periodista*. Taurus, Madrid.
- JALALI, C. (2017). *Partidos e sistemas partidários*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- JASPERSON, A., WATTS, M., SHAH, D., FABER, R. (1998). Framing and the Public Agenda: Media Effects on the Importance of the Federal Budget Deficit. *Political Communication*, Vol. 15, No. 2, pp. 205-224.
- KOVACH, B., ROSENSTIEL, T. (2005). *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. Porto Editora, Lisboa.
- LAU, R. R., & ROVNER, I. B. (2009). Negative Campaigning. *Annual Review of Political Science*, Vol. 12, pp. 285-306.
- LISI, M. & ESPÍRITO-SANTO, P. (2015). *Campanhas eleitorais, debates televisivos e propaganda: Comunicação Política e as Eleições Legislativas de 2011*. Livros LabCom, Covilhã.
- LISI, M. (2011). *Os partidos políticos em Portugal continuidade e transformação*. Almedina, Coimbra.
- LISI, M. (2015). *As eleições legislativas no Portugal democrático: (1975-2015)*. Assembleia da República, Lisboa.
- LISI, M. (2016). U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support. *South European Society and Politics*, Vol. 21, No. 4, pp. 541-560.

- LOWNDES, V., & PRATCHETT, L. (2012). Local Governance under the Coalition Government: Austerity, Localism and the 'Big Society'. *Local Government Studies*, Vol. 38, No. 1, pp. 21-40.
- MARCH, L. & ROMMERSKIRCHEN, C. (2015). Out of left field? Explaining the variable electoral success of European radical left parties. *Party Politics*, Vol. 21, No. 1, pp. 40-53.
- MARCH, L., & MUDDE, C. (2005). What's left of the radical left? The European radical left after 1989: decline and mutation. *Comparative European Politics*, Vol. 3, No. 1, pp. 23-49.
- MARTIN, L. W., & VANBERG, G. (2004). Policing the Bargain: Coalition Government and Parliamentary Scrutiny. *American Journal of Political Science*, Vol. 48, No. 1, pp. 13-27.
- MCDONNELL, D., & NEWELL, J. (2011). Outsider parties in government in Western Europe. *Party Politics*, Vol. 17, No. 4, 443-452.
- MORGADO, J., & VARGAS-MONIZ, M. (2010). Parcerias e coligações comunitárias: Potencialidades e desafios na criação de respostas articuladas. *Análise Psicológica*, Vol. 28, No 3, pp. 395-409. <http://hdl.handle.net/10400.12/267>.
- MOURY, C. (2010). Coalition government and party mandate: how coalition agreements constrain ministerial action. *Party Politics*, Vol. 17, No. 3, pp. 385-404.
- RIDOUT, T. & WALTER, A. (2015). Party system change and negative campaigning in New Zealand. *Party Politics*, Vol. 21, No. 6, pp. 982-992.
- RODRÍGUEZ-VIRGILI, J., JANDURA, O., & REBOLLEDO-DE-LA-CALLE, M. (2014). La personalización de la política en la cobertura mediática: una comparación de las campañas electorales en España y Alemania. *Trípodos*, No 34, pp. 61-79. <http://hdl.handle.net/10171/40044>.
- ROSKOS-EWOLDSSEN, D; ROSKOS-EWOLDSSEN, B. & CARPENTIER, F. (2002). Media Priming, a Synthesis, in BRYANT, J. e OLIVER, M.B. (Ed.), *Media Effects. Advances in Theory and Research*. Lawrence Associates.
- RUDIG, W.; KARYOTIS, G. (2014). Quem protesta na Grécia? Oposição de massas à austeridade, in FREIRE, A., LISI, M. & VIEGAS, J.M.L. (Ed.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*. Coleção Parlamento, Lisboa.

SALGADO, S. (2007) As presidenciais de 2006: reflexões sobre a interpretação da política nos jornais. *Estudos em Comunicação*, No. 1, pp.232-249.

SALGADO, S. (2009) Os media e as eleições em Portugal: estudo da cobertura noticiosa das legislativas de 2005 e das presidenciais de 2006, in COSTA LOBO, M., MAGALHÃES, P. *As eleições legislativas e presidenciais 2005-2006: campanhas e escolhas eleitorais num regime semipresidencial*. Imprensa de Ciências Sociais.

SALGADO, S. (2008), A influência da televisão e dos jornais na construção das candidaturas presidências em Portugal. *Comunicação&Política*, Vol. 26, No. 2, pp. 91-116.

SALGADO, S. (2010). *Os Candidatos Presidenciais. Construção de imagens e discursos nos media*. Edições Minerva, Coimbra.

SALGADO, S. (2012). Campanhas eleitorais e cobertura mediática: abordagens teóricas e contributos para a compreensão das interações entre política e media. *Revista Brasileira de Ciência Política*, No. 9, pp. 229-253.

SANTANA-PEREIRA, J. & NINA, S. (2016). “A Democracia nos Media portugueses: pluralismo político-partidário na televisão e na imprensa”, in BELLO, E. e MOURA RIBEIRO, S. (Ed.), *Democracia nos Meios de Comunicação: Pluralismo, Liberdade de Expressão e Informação*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, pp. 225-248.

SANTANA-PEREIRA, J. (2016). A esquerda radical no período pós-2009: nada de (muito) novo em Portugal? *Oficina do Historiador*, Vol. 9, No. 1, pp. 58-77.

SANTANA-PEREIRA, J., & LISI, M. (2016). “Campanhas de partidos ou de candidatos? Individualização das campanhas eleitorais em diferentes cenários políticos e institucionais”, In FREIRE, A, LISI, M. & VIEGAS, J. M. L. (Ed.), *Representação e Participação Política na Europa em Crise*. Assembleia da República, Lisboa, pp. 221-234.

SANTANA-PEREIRA, J. (2007). *O Poder da Imprensa: Agenda-Setting no contexto das Legislativas de 2005*, dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

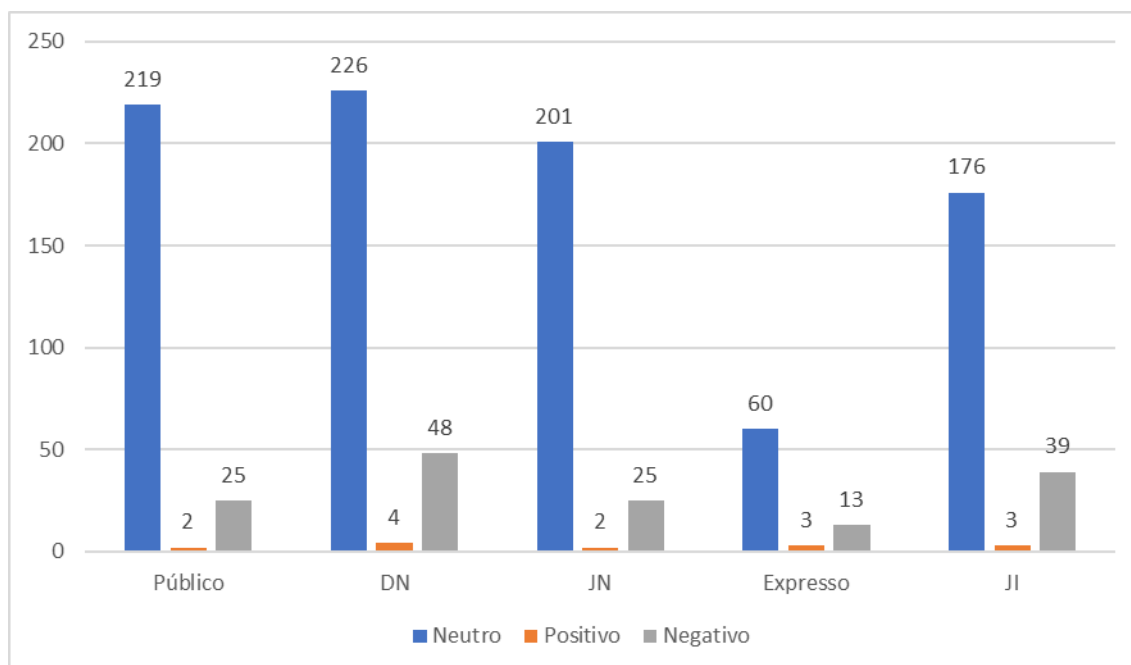
SCHEUFELE, D. A., & TEWKSBURY, D. (2007). Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. *Journal of Communication*, Vol. 57, No. 1, pp. 9-20.

- SERRANO, E. (2005). Géneros jornalísticos na cobertura de eleições: Diário de Notícias. *Livro de Actas – 4º SOPCOM*.
- SERRANO, E. (2006). *Para compreender o Jornalismo*. Edições Minerva, Coimbra.
- SERRANO, E. (2006). A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*, No. 2, pp. 63-81.
- SILVA, G., & MAIA, F. D. (2011). Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *Rumores*, Vol. 5, No. 10, pp. 18-36.
- SOLÉ OLLÉ, A. (2003). Electoral accountability and tax mimicking: the effects of electoral margins, coalition government, and ideology. *European Journal of Political Economy*, Vol. 19, No. 4, pp. 685-713.
- TRAQUINA, N. (2004). *Teorias do Jornalismo*. SC, Insular, Florianópolis.
- TSAKATIKA, M., & LISI, M. (2013). 'Zippin' up My Boots, Goin' Back to My Roots': Radical Left Parties in Southern Europe. *South European Society & Politics*, Vol. 18, No. 1, pp. 1-19.
- WARWICK, P. V. (1996). Coalition government membership in West European parliamentary democracies. *British Journal of Political Science*, Vol. 26, No. 4, pp. 471-499.
- WATTENBERG, M. P., & BRIANS, C. L. (1999). Negative Campaign Advertising: Demobilizer or Mobilizer. *American Political Science Review*, Vol. 93, No. 4, pp. 891-899.
- ZULIANELLO, M. (2017). Anti-System Parties Revisited: Concept Formation and Guidelines for Empirical Research. *Government and Opposition*, Vol. 53, No. 4, pp. 653-681.

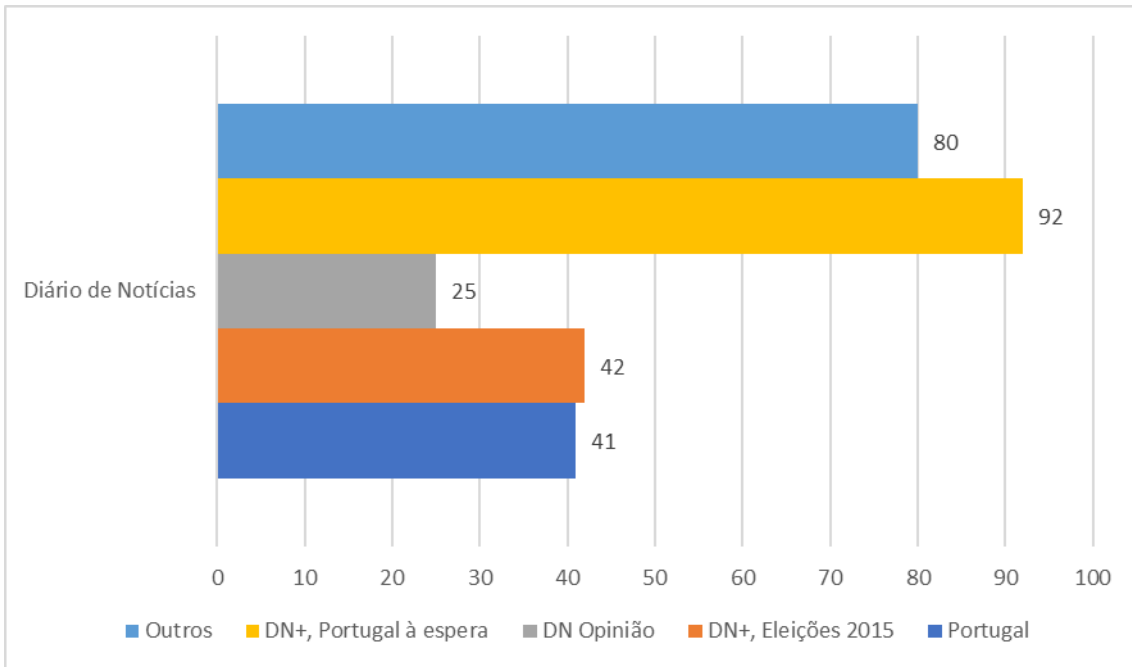
## Anexos

Diário de Notícias	281
Expresso	80
Jornal de Notícias	231
Jornal I	220
Público	252
Total	1064

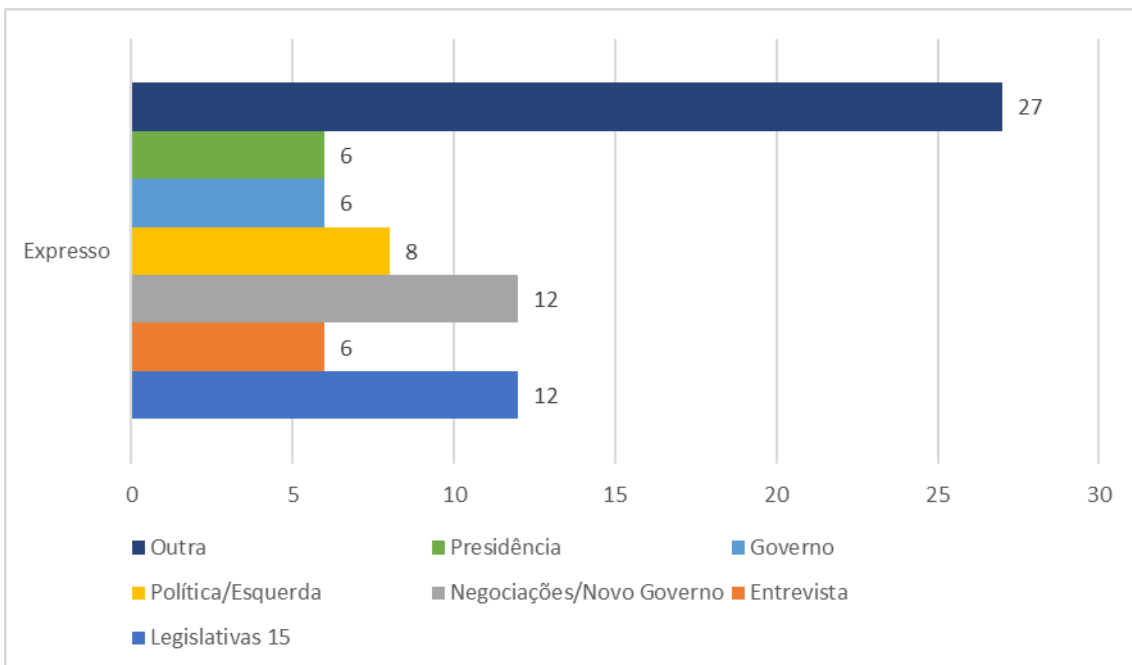
**Anexo 1: N° de notícias analisadas**



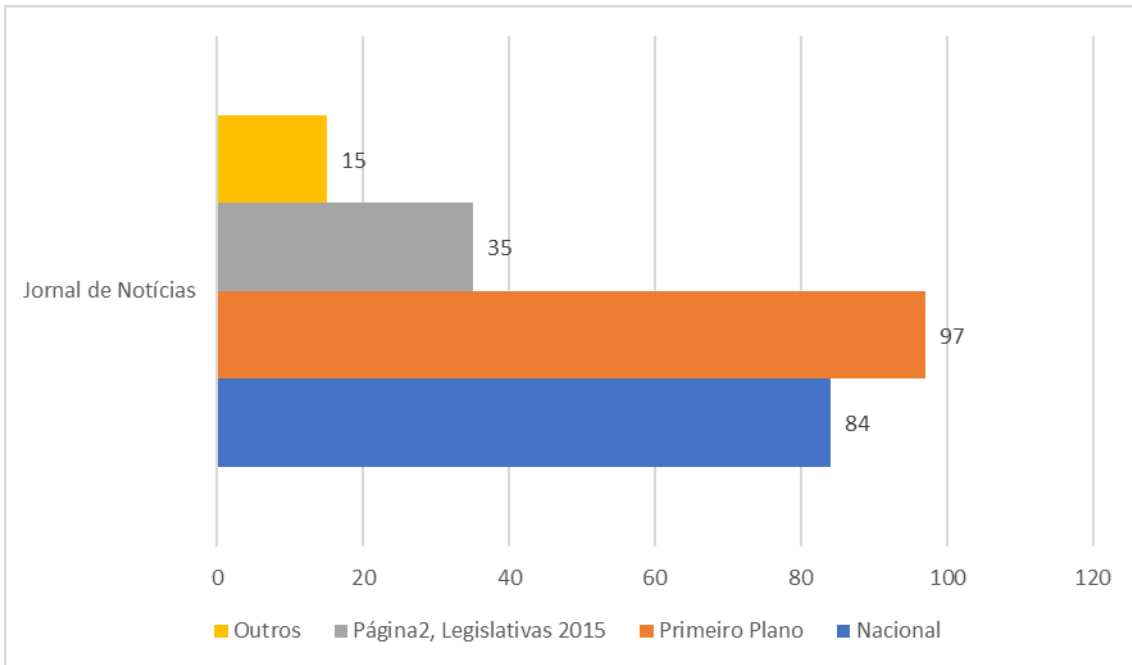
**Anexo 2: Tom da notícia, por jornal, em valores absolutos**



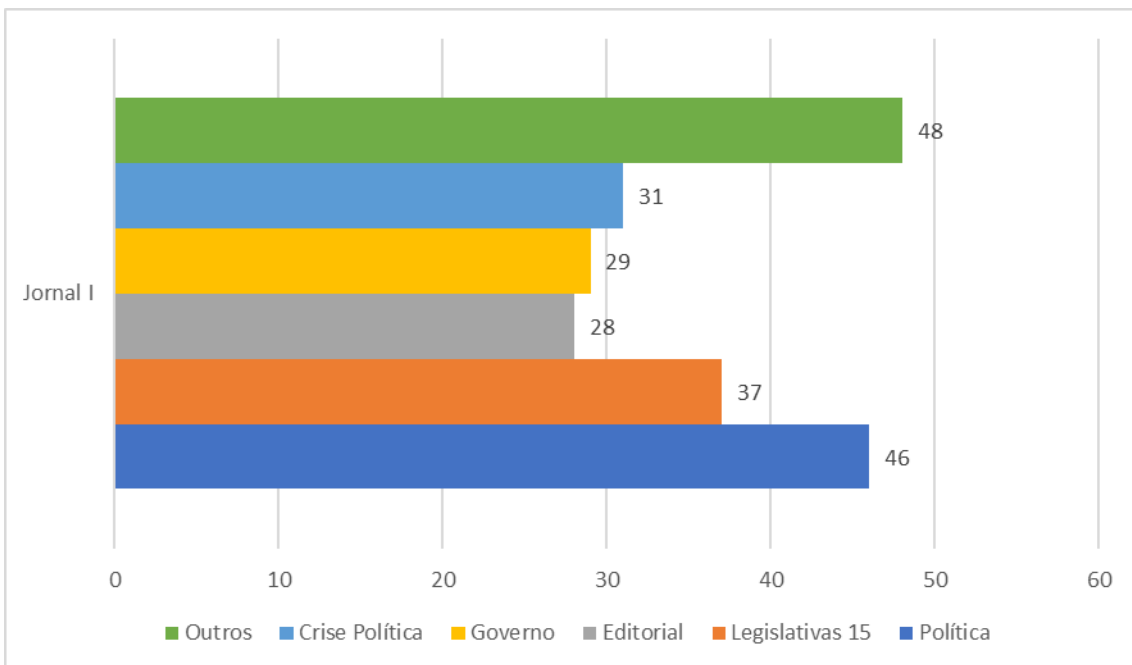
**Anexo 3: Editorias DN, em valores absolutos**



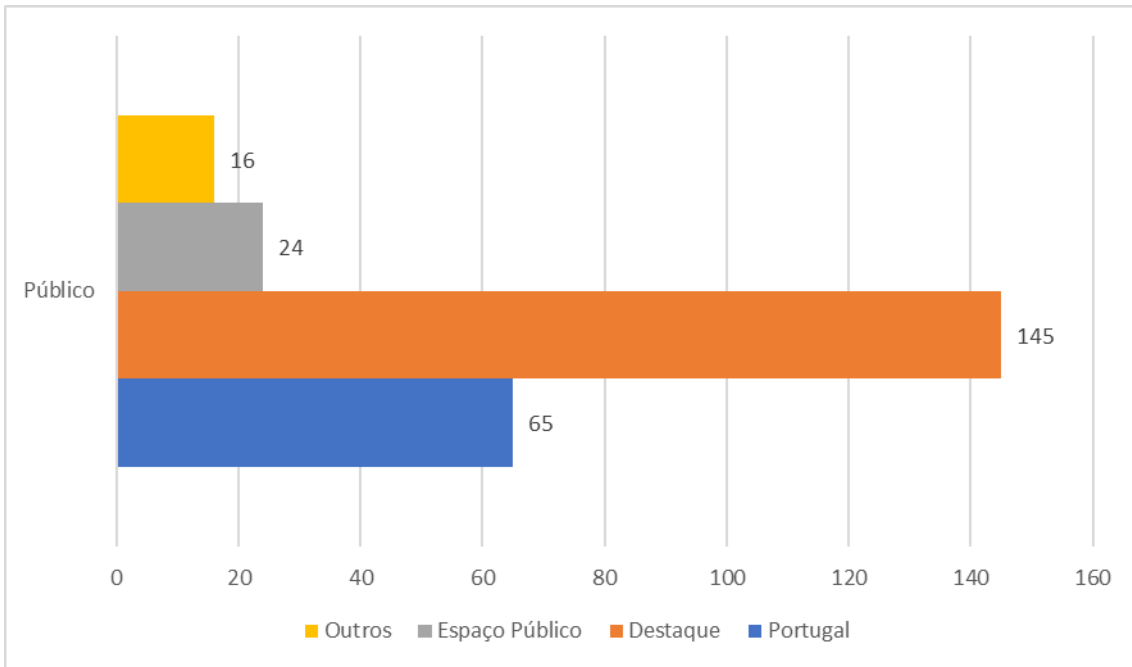
**Anexo 4: Editorias Expresso, em valores absolutos**



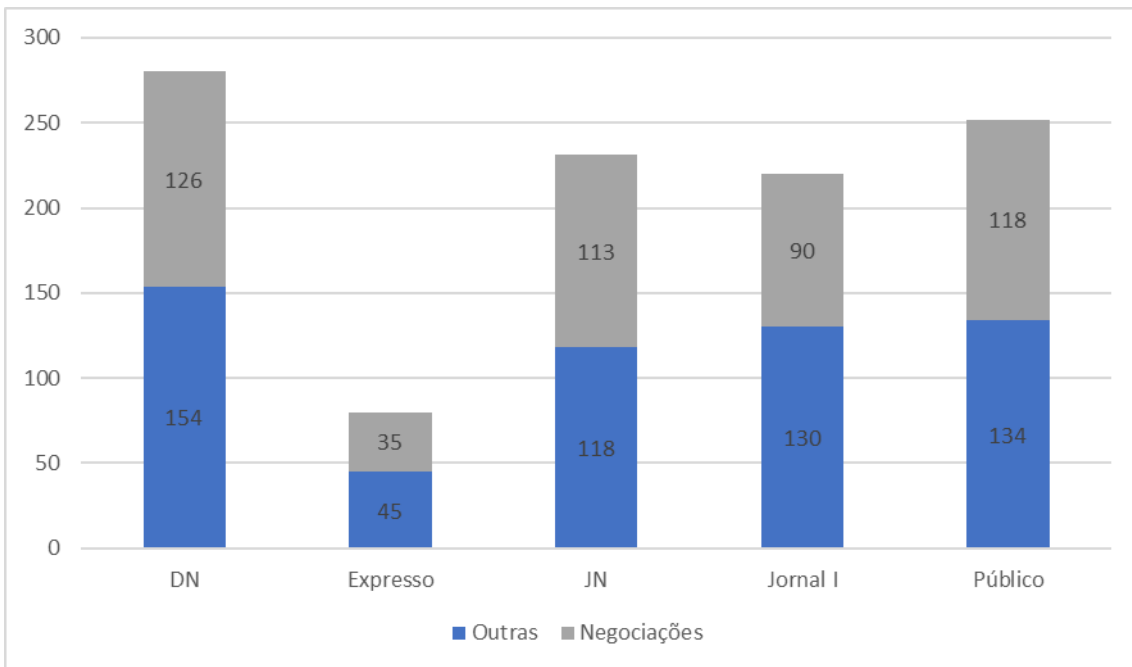
**Anexo 5: Editorias Jornal de Notícias, em valores absolutos**



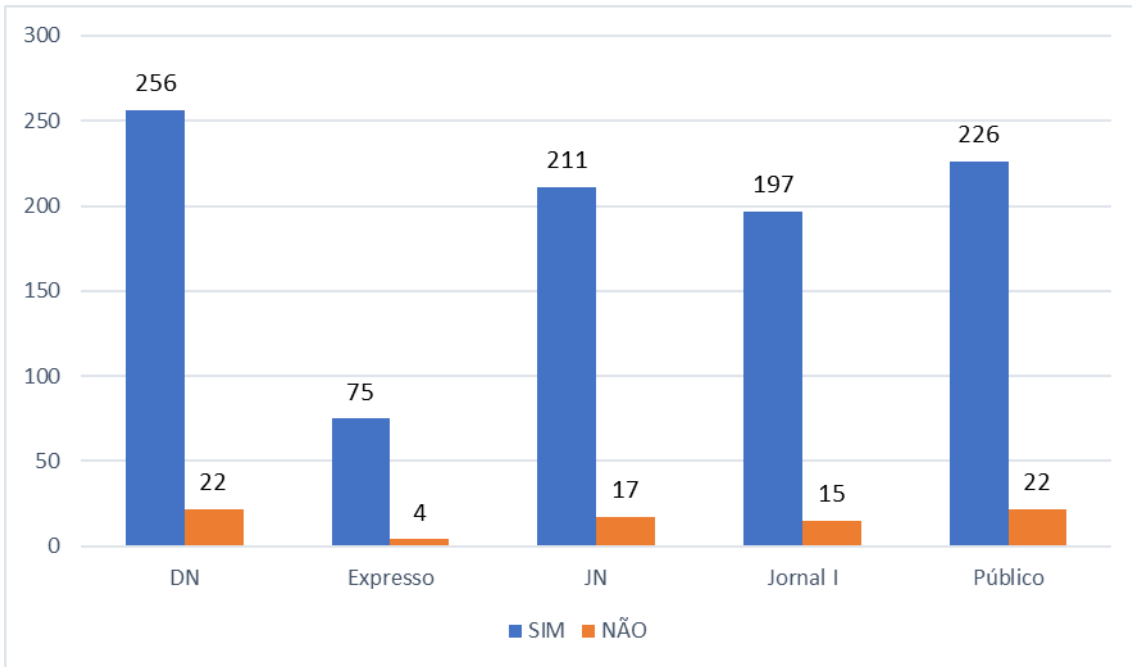
**Anexo 6: Editorias Jornal I, em valores absolutos**



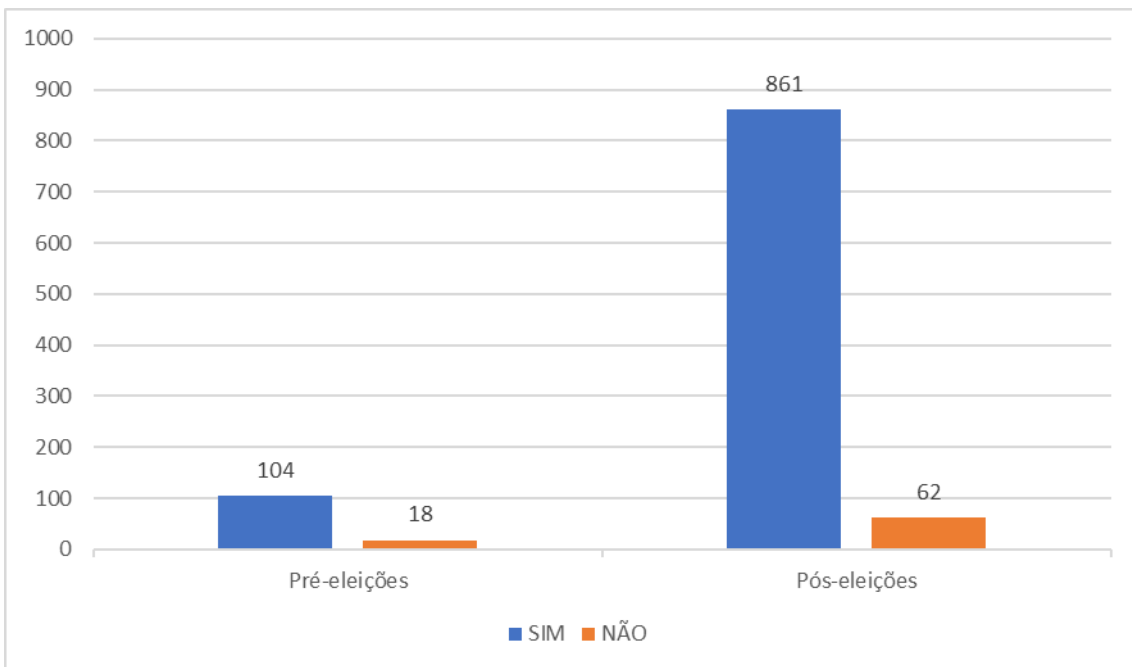
**Anexo 7: Editorias Público, em valores absolutos**



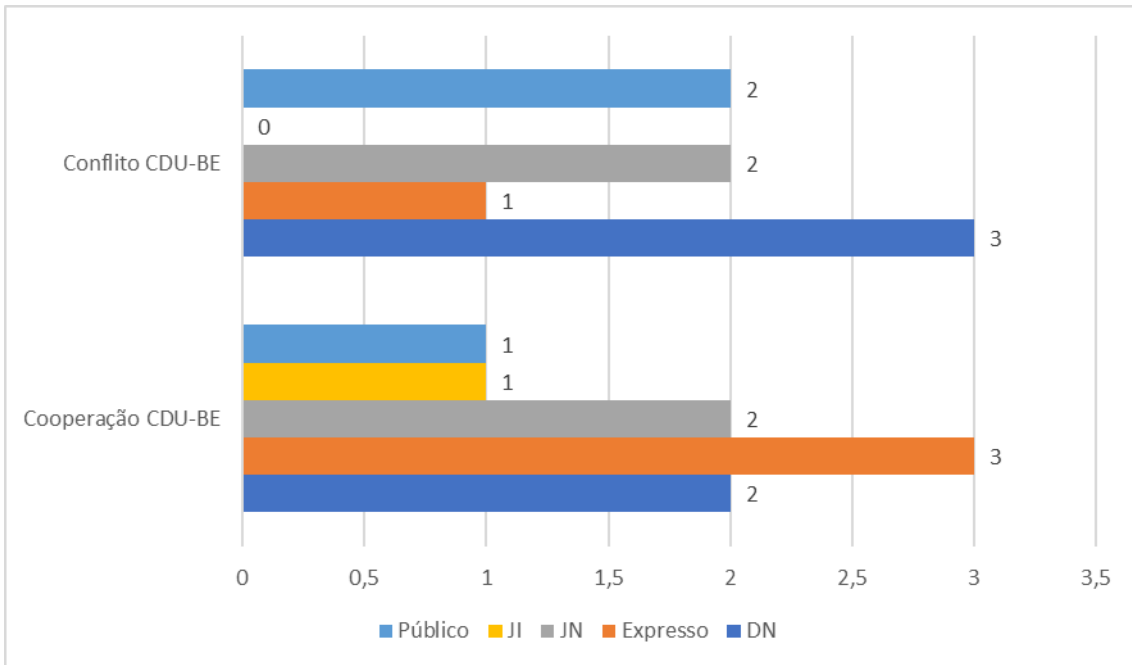
**Anexo 8: Tema, por jornal, em valores absolutos**



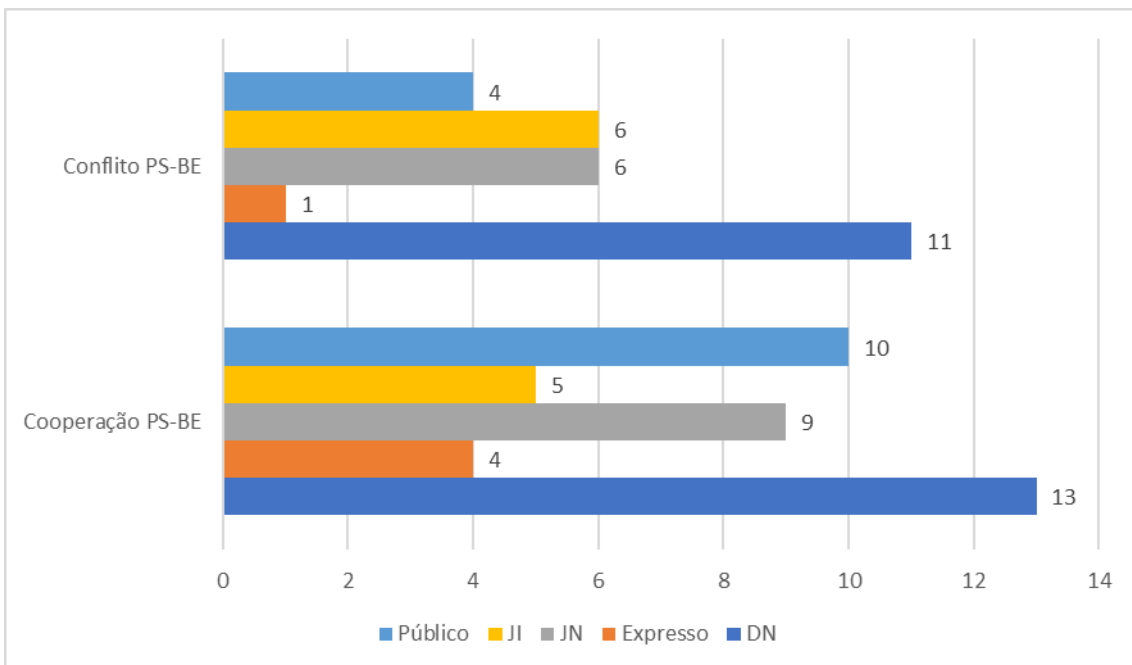
**Anexo 9: Referência ao Acordo, por jornal, em valores absolutos**



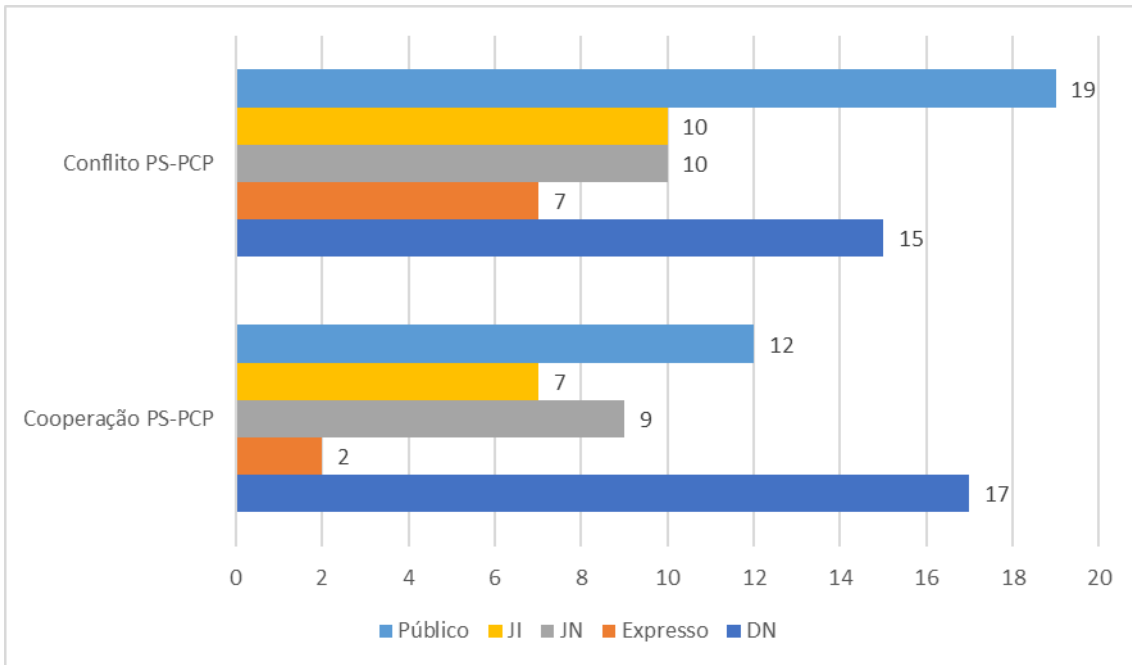
**Anexo 10: Referências ao Acordo, em valores absolutos, divididas por período temporal**



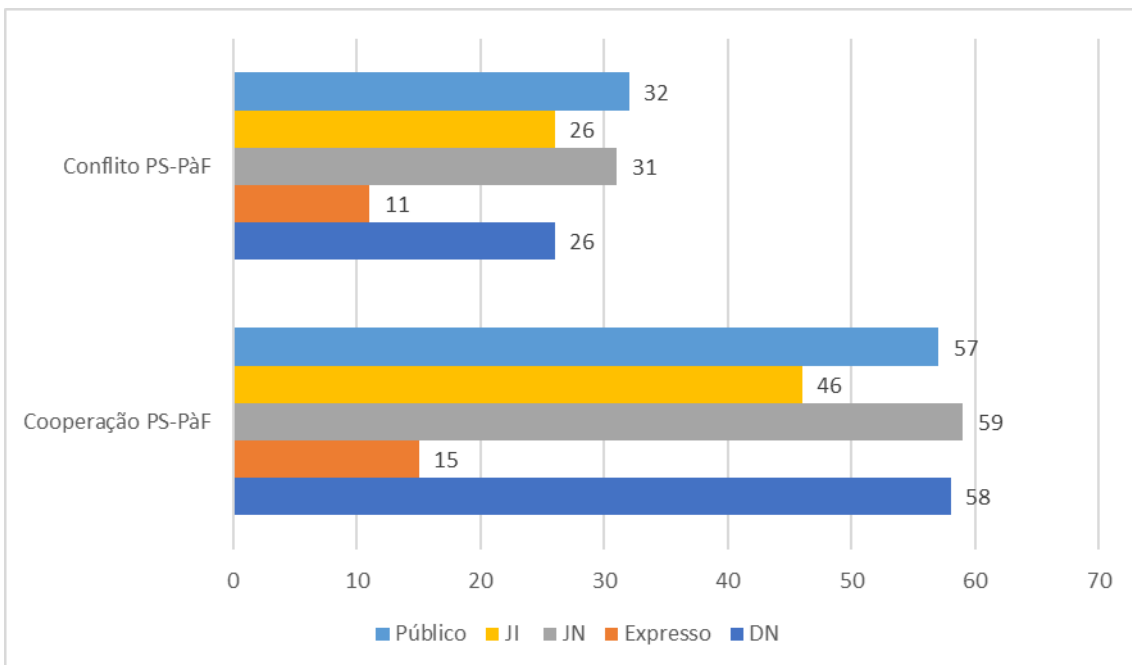
**Anexo 11: Perspetiva Conflito/Cooperação entre CDU e BE, por jornal, em valores absolutos**



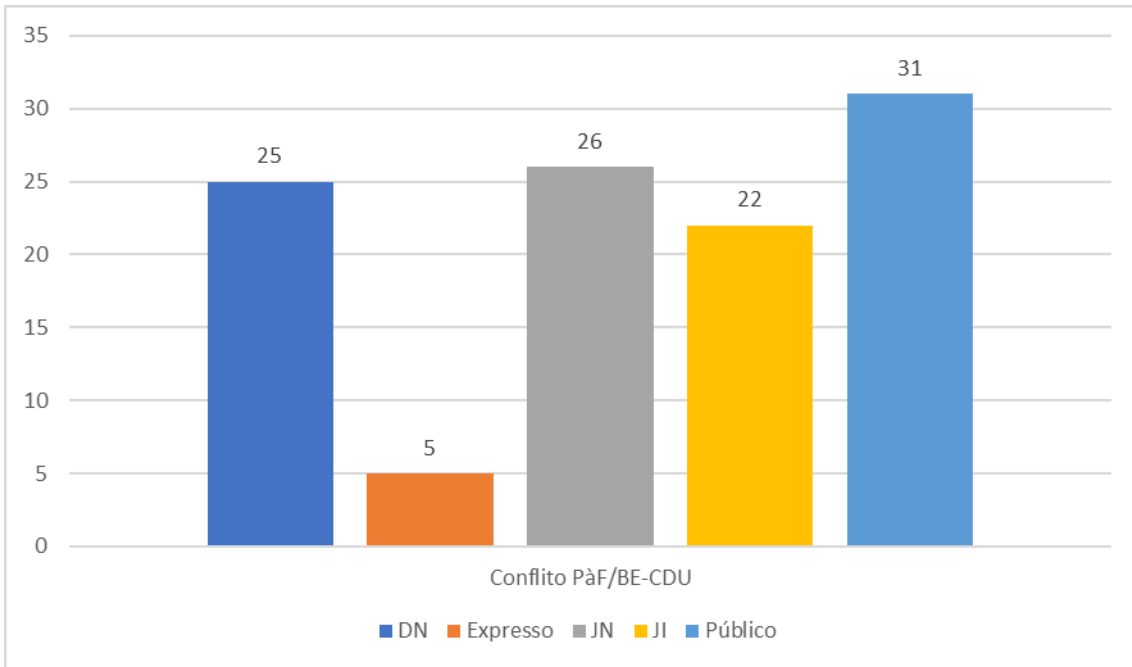
**Anexo 12: Perspetiva Conflito/Cooperação entre PS e BE, por jornal, em valores absolutos**



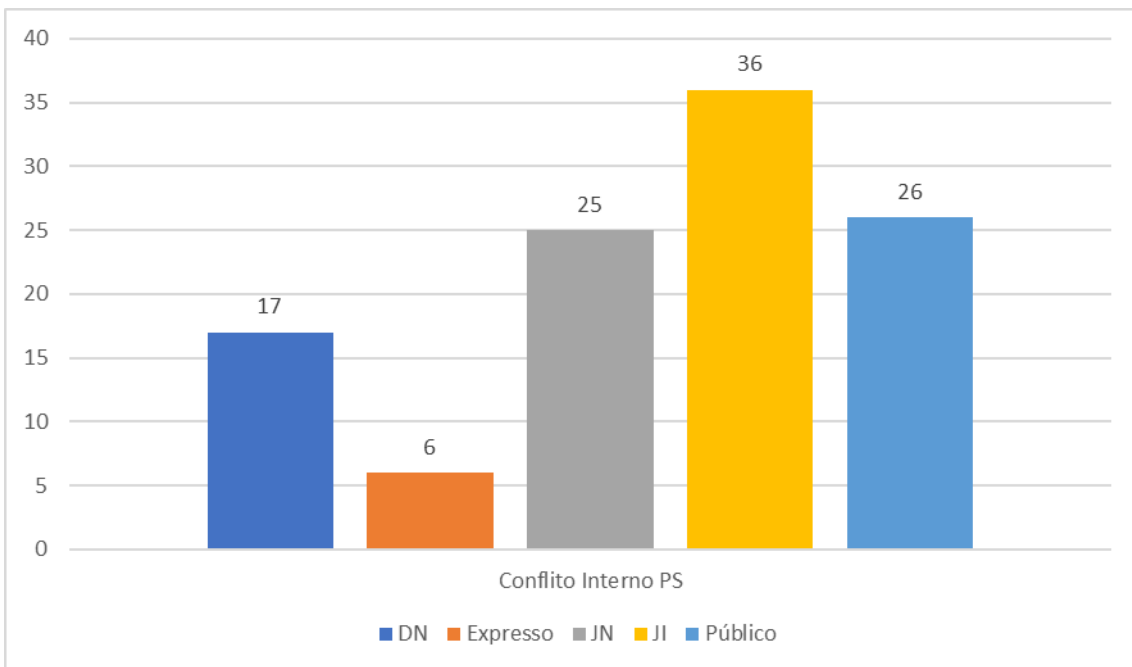
**Anexo 13: Perspetiva Conflito/Cooperação entre PS e PCP, por jornal, em valores absolutos**



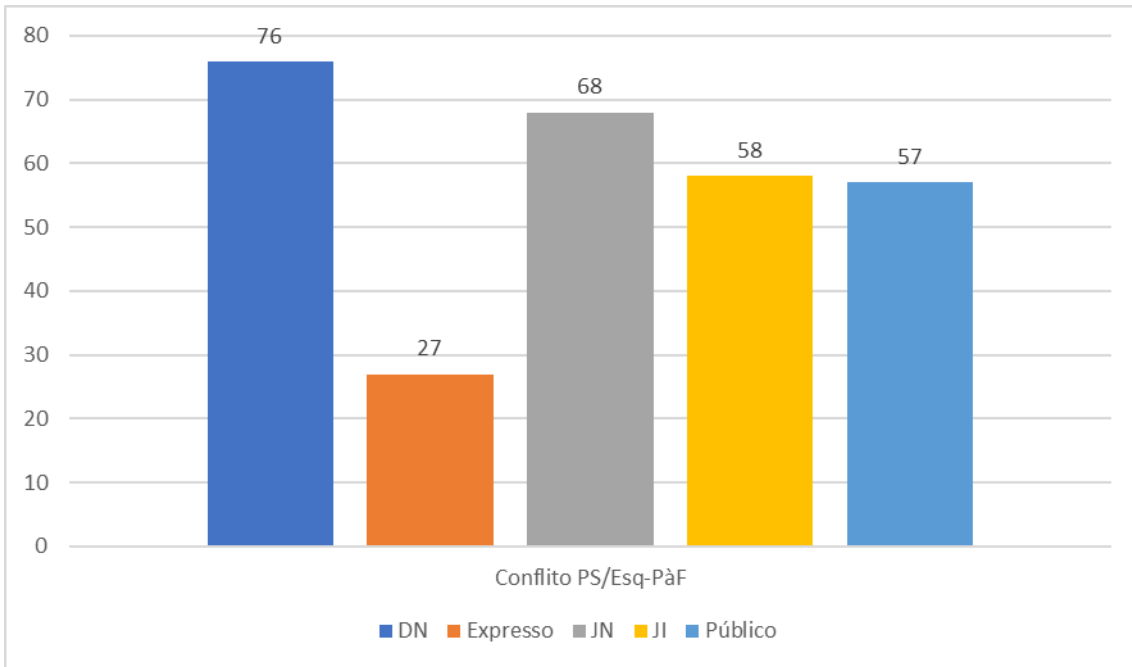
**Anexo 14: Perspetiva Conflito/Cooperação entre PS e PàF, por jornal, em valores absolutos**



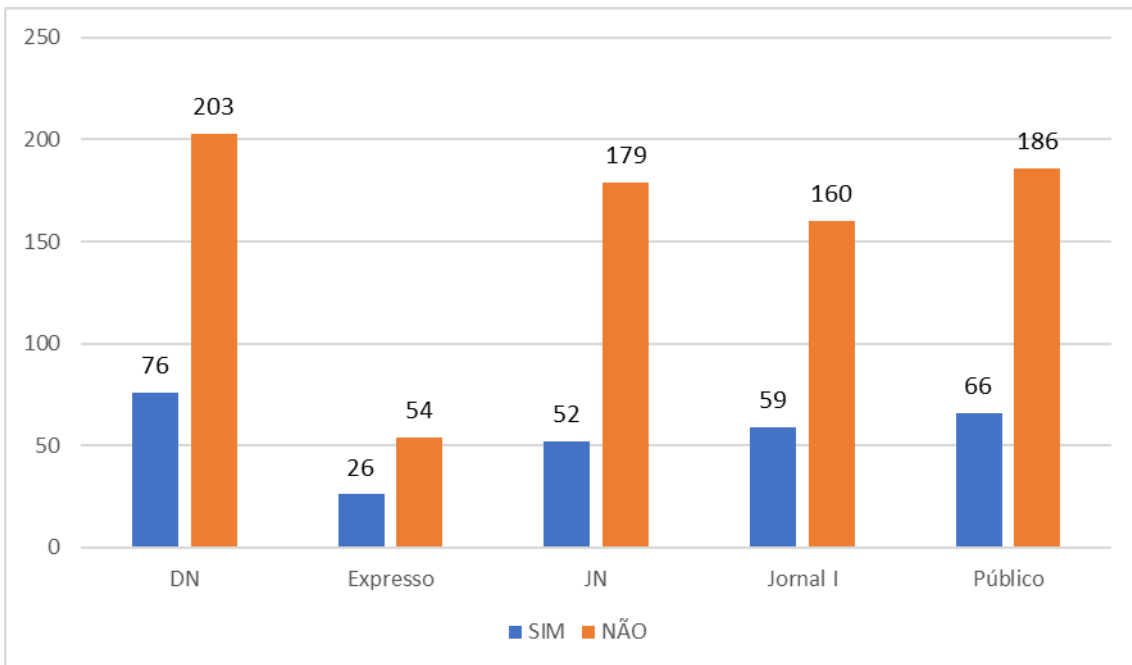
**Anexo 15: Perspetiva de Conflito entre PàF e BE/CDU, por jornal, em valores absolutos**



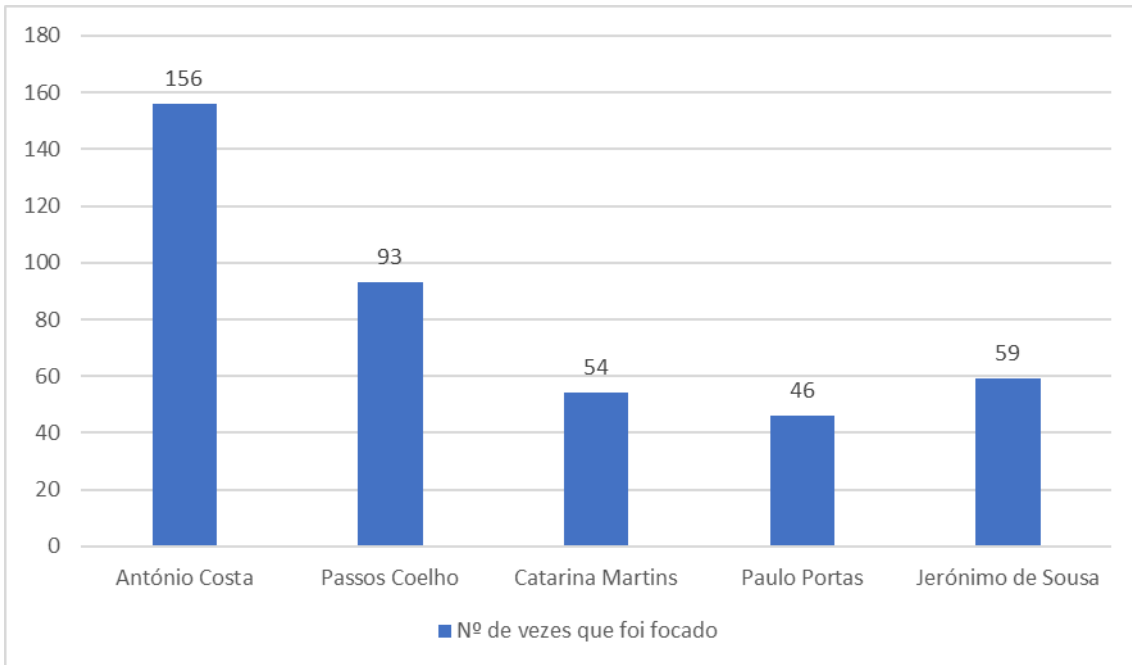
**Anexo 16: Perspetiva de Conflito Interno PS, por jornal, em valores absolutos**



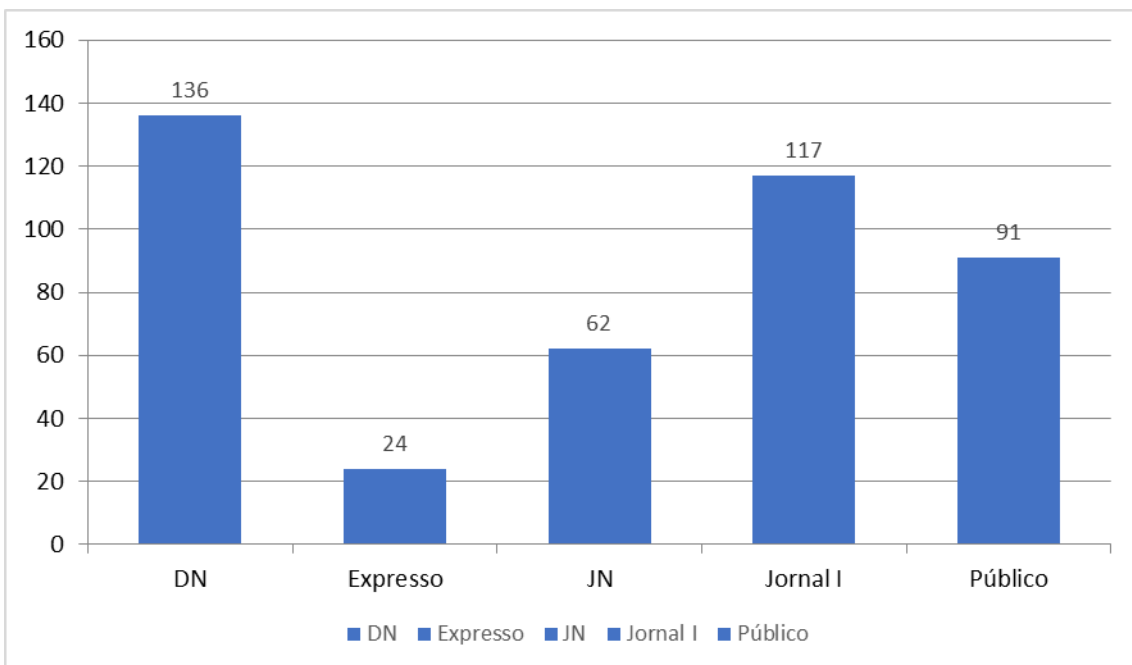
**Anexo 17: Perspetiva de Conflito entre PS/Esquerda e PàF, por jornal, em valores absolutos**



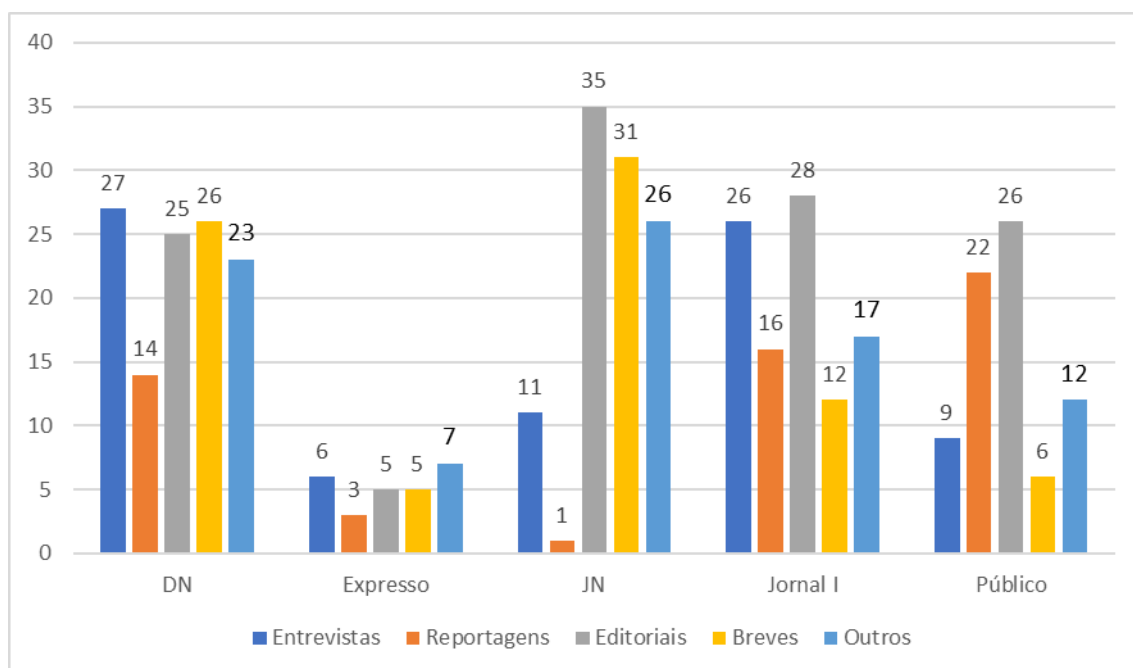
**Anexo 18: Foco no líder, por jornal, em valores absolutos**



**Anexo 19: N° absoluto de vezes que cada líder foi focado**



**Anexo 20: Artigos chamados à capa, por jornal, em valores absolutos**



**Anexo 21: Género jornalístico, por jornal, em valores absolutos**

---

**Anexo 22: Entrevista a São José Almeida, Público.**

*1- Em que jornal e com que funções esteve a trabalhar na altura da análise, ou seja, desde 1 de setembro a 26 de novembro?*

No PÚBLICO, onde sou redactora principal.

*2- Inicialmente, no período pré-campanha/campanha, no qual apenas existiam ténues rumores da possibilidade de acordo PS-Esquerda, o que é que a redação achava dos ditos rumores? Foi uma possibilidade levada a sério desde o início?*

Não, não foi.

*3- Em que momento se torna claro que o acordo irá de facto acontecer?*

Quando o líder do PS foi à primeira reunião à sede do PCP e o líder do PCP declarou que o PS podia formar Governo.

*4- Qual é a reação das redações a partir daí? Há alguma diferença na cobertura dos eventos políticos a partir desse momento?*

Não creio. No PÚBLICO a atenção e procura de informação foi feita como antes, agora em relação às novas circunstâncias que essas, sim, estavam a mudar.

*5- Acha que é possível afirmar que a cobertura aos partidos BE e PCP se tornou diferente? Maior?*

Ao serem partidos que integram um acordo de aliança para suportar parlamentarmente o Governo o seu papel como partidos de poder muda, já que antes eram partidos de contra poder. É normal e obrigatório até que a forma como são acompanhados pelos jornalistas seja outra, já que a sua função no sistema mudou.

**6- *E relativamente ao PEV?***

O PEV ganhou também mais espaço. Mas é evidente que o PEV é um partido que vive à sombra do PCP, está no Parlamento devido à coligação eleitoral CDU, sozinho não chegava lá. Por isso, é natural que os jornalistas não atribuam a este partido o protagonismo que dão ao PCP e ao BE.

**7- *Sentiu algum favorecimento específico, no seu jornal ou noutros, relativamente à situação em que a direita ficou? Julga que a ideia de ilegitimidade política que a coligação PSD-CDS advogava transpareceu para a opinião pública com alguma ajuda dos meios de comunicação social?***

Em artigos de opinião é natural que transparecesse no PÚBLICO e em todos os jornais, rádios e televisões. Era uma opinião legítima – como todas são. Além do mais, a solução político-parlamentar de viabilização do Governo de António Costa era em Portugal absolutamente inédita, pelo que é normal que causasse espanto e esse espanto fosse manifestado em artigos de opinião.

**8- *Sentiu que os líderes/porta-voz dos partidos envolvidos tentaram alcançar mais a imprensa, ao longo deste período, de forma a explicar melhor aos portugueses tudo o que se estava a passar?***

Esse facto verificou-se e é normal que tal acontecesse. O facto de a solução de aliança parlamentar ser inédita obrigava a essa explicação e era dever dos jornalistas transmitirem-na e ouvirem os argumentos dos líderes políticos e dos partidos que subscreveram os acordos.

**9- *Houve a imediata percepção nas redacções de que o acordo PS-Esquerda configurava uma transformação do sistema político-partidário português, e uma preocupação de contextualização histórica, e de elaboração teórica, sobre esse novo enquadramento?***

Sim. Penso que isso aconteceu.

**10- *O tratamento e a busca de fontes de notícias, e o relacionamento com os atores políticos, foram alterados, nos “media” em geral e no seu jornal em particular, em função do surgimento de novos protagonistas, oriundos da área do BE, PCP e PEV, antes sempre posicionados como políticos fora do chamado “arco da governação”, e agora mais envolvidos na área do poder? De que forma?***

Como respondi na pergunta 5 essa mudança é normal e obrigatória uma vez que a função destes partidos no sistema passou a ser a de partidos colaborantes e determinantes no exercício do poder.

**1- *Em que jornal e com que funções esteve a trabalhar na altura da análise, ou seja, desde 1 de setembro a 26 de novembro?***

JN, editora-adjunta de política

**2- *Inicialmente, no período pré-campanha/campanha, no qual apenas existiam ténues rumores da possibilidade de acordo PS-Esquerda, o que é que a redação achava dos ditos rumores? Foi uma possibilidade levada a sério desde o início?***

Não. Eu acho que no início nós não tivemos a perceção de que isto era uma possibilidade evidente. Passou um bocadinho despercebida a possibilidade.

**3- *É capaz de recordar em que momento se torna claro que o acordo irá de facto acontecer?***

O momento em que se percebeu que alguma coisa poderia acontecer foi na noite das eleições. Houve dois sinais. Um foi a forma como o António Costa reagiu aos resultados eleitorais, de alguma forma distendido, pouco preocupado, até sorria... Ou seja, ele aparentemente tinha acabado de perder as eleições, não tinha ganho, mas tinha um ar vitorioso, meio escondido. Esse foi o primeiro sinal. E o segundo sinal, mais evidente, foi quando JS fez a declaração de leitura dos resultados eleitorais, e onde disse a frase “o PS só não forma governo se não quiser”. Esse foi o momento em que se percebeu que havia ali um detonador de que alguma coisa podia acontecer.

**4- *Qual é a reação das redações a partir daí? Pode dizer que há alguma diferença na cobertura dos eventos políticos a partir desse momento? Acha que é possível afirmar que a cobertura aos partidos BE e PCP se tornou diferente? Maior?***

Não, porque o processo não foi assim tão evidente. Ou seja, houve um momento em que o PSD e o PS ainda falaram um com o outro... Não foi assim tão evidente o que iria acontecer. Há medida que o tempo foi passando é que fomos percebendo que aqueles encontros que AC foi tendo com os partidos da esquerda, quando ele foi ou à Soeiro Pereira Gomes ou à Rua da Palma, este sinal de ele ir de encontro aos outros partidos, foi a partir daí que se foi percebendo que qualquer coisa estava a germinar. Não creio que tenha havido alguma diferença no tratamento dos jornalistas. Se os líderes de dois partidos se reúnem é sempre notícia, não houve uma diferença.

**5- *Sentiu algum favorecimento específico, no seu jornal ou noutros, relativamente à situação em que a direita ficou? Julga que a ideia de ilegitimidade política que a coligação PSD-CDS advogava transpareceu para a opinião pública com alguma ajuda dos meios de comunicação social?***

Isso tem que ver com os argumentos da direita, com a forma com que o PSD, que tinha ganho as eleições e que sentiu que tinha o direito de formar governo, interpretou esta manobra, não lhe quero chamar manobra..., esta forma que o PS encontrou de conseguir formar governo, e que efetivamente é uma novidade, visto que antes nunca se tinha olhado para a composição do Parlamento desta forma... É natural que o PSD tenha ficado surpreendido com a forma como as coisas acabaram por se compor, e esse foi o argumento que a direita usou, e os jornalistas naturalmente têm de reproduzir o que os líderes partidários dizem. Neste caso, era necessário publicar as declarações de Passos Coelho, que via esta movimentação do PS como ilegítima, argumento que vingou durante algum tempo, o PSD bateu muito nesta tecla... Depois percebeu que não podia continuar, que esta solução estava constitucionalmente prevista, se há um bloco maioritário no parlamento que pende para um dos lados, e se esse bloco funciona, quem tem o poder para decidir se esse bloco é viável ou não para sustentar o governo, é o PR. Houve momentos em que o PR considerou que o governo não era um governo que garantia soluções governativas eficientes. Neste caso, PR acabou por legitimar esta solução. Cavaco, na altura, ele dizia que só dava posse se assinassem acordos. Foi isso que aconteceu, apesar de os acordos nunca terem sido assinados a três, uma exigência presidencial, porque queria ter a certeza que esta solução era sólida. A direita demorou muito tempo a aceitar a solução, e demorou muito tempo a perceber que o discurso do ilegítimo não fazia sentido. Eventualmente o PSD abandonou este discurso. Foi o discurso que a direita criou, para enfraquecer a solução política de esquerda.

**6- *Sentiu que os líderes/porta-voz dos partidos envolvidos no acordo tentaram alcançar mais a imprensa, ao longo deste período, de forma a explicar melhor aos portugueses tudo o que se estava a passar?***

Não, não acho que tenha havido nenhuma alteração a esse nível. Acho que os partidos falam quando sentem que devem falar. Nem sinto que tenha havido mais ou menos abertura do que havia antigamente. Acho que é idêntico. Os partidos vão fazendo o seu trabalho, muitas vezes mais nos bastidores, há muitas coisas que nós nem sabemos que vão acontecendo. Falam tanto como falavam antes. Na altura, no momento em que a

solução de esquerda foi instalada acho que houve uma breve necessidade de a explicar, mas não julgo que isso tenha mudado a relação entre os partidos e os jornalistas.

---

**Anexo 24: Entrevista a Luís Claro, Jornal I**

**1- *Em que jornal e com que funções esteve a trabalhar na altura da análise, ou seja, desde 1 de setembro a 26 de novembro?***

Trabalhava no jornal i como editor de política

**2- *Inicialmente, no período pré-campanha/campanha, no qual apenas existiam ténues rumores da possibilidade de acordo PS-Esquerda, o que é que a redação achava dos ditos rumores? Foi uma possibilidade levada a sério desde o início?***

A possibilidade de uma aliança à esquerda foi colocada pelo próprio António Costa no congresso do PS no final de 2014. Acreditei desde o início que havia uma disponibilidade diferente da parte do PS com António Costa na liderança, mas sempre tive muitas reservas em relação à possibilidade de os partidos de esquerda, principalmente o PCP; aderirem a essa solução. Houve, porém, vários sinais de que desta vez essa aliança podia mesmo acontecer. Um deles foi quando Catarina Martins, no debate com António Costa, propôs “conversar sobre um governo que possa salvar o país”. A verdade é que essa possibilidade só foi levada a sério depois de o PS perder as eleições e ficar nas mãos de uma solução deste tipo para governar.

**3- *É capaz de recordar em que momento se torna claro que o acordo irá de facto acontecer?***

A partir da noite eleitoral tornou-se claro que podia acontecer aquilo a que se veio a chamar a geringonça. Apesar disso, na redação do i os jornalistas não tinham todos a mesma convicção e havia quem pensasse que os partidos nunca chegariam a um acordo. Na minha opinião, a crise económica e financeira e as pesadas medidas de austeridade aplicadas durante o tempo da troika pela coligação de direita abriu a porta a soluções inéditas. Em outros países, a crise levou ao aparecimento de novas forças políticas e ao desaparecimento de alguns partidos tradicionais. Em Portugal isso não aconteceu, mas obrigou a esquerda a rever a sua estratégia.

**4- *Qual é a reação das redações a partir daí? Pode dizer que há alguma diferença na cobertura dos eventos políticos a partir desse momento?***

Sim. Julgo que nunca falei com tanta gente do Bloco e do PCP como nos dias seguintes às eleições. Os partidos que influenciam o poder e a vida das pessoas têm sempre uma maior cobertura.

**5- *Acha que é possível afirmar que a cobertura aos partidos BE e PCP se tornou diferente? Maior?***

Sim. A partir da hora em que influenciam, por exemplo, a elaboração dos orçamentos do Estado é inevitável que tenham uma cobertura maior.

**6- *E relativamente ao PEV?***

O PEV é um caso diferente por estar colado ao Partido Comunista. Nas questões essenciais vota ao lado do PCP. Admito, porém, que nem sempre tem a cobertura que merece.

**7- *Sentiu algum favorecimento específico, no seu jornal ou noutros, relativamente à situação em que a direita ficou? Julga que a ideia de ilegitimidade política que a coligação PSD-CDS advogava transpareceu para a opinião pública com alguma ajuda dos meios de comunicação social?***

Julgo que não. A verdade é que o nosso sistema político, como em outros países, permite este tipo de soluções e houve, em geral, essa consciência.

**8- *Sentiu que os líderes/porta-voz dos partidos envolvidos no acordo tentaram alcançar mais a imprensa, ao longo deste período, de forma a explicar melhor aos portugueses tudo o que se estava a passar?***

Julgo que houve um esforço do BE e do PCP para responder ao aumento de solicitações. Certamente que os pedidos de entrevista aumentaram. O PCP e o Bloco têm formas diferentes de lidar com a comunicação social. O BE procura ter uma relação mais próxima de forma a influenciar as notícias a seu favor. O que sempre aconteceu também com o PS e isso não mudou, embora António Costa tenha uma abordagem diferente daquela que teve, por exemplo, José Sócrates.

**9- *Houve a imediata perceção nas redações de que o acordo PS-Esquerda configurava uma transformação do sistema político-partidário português, e uma preocupação de contextualização histórica, e de elaboração teórica, sobre esse novo enquadramento?***

Sim. Claramente. Houve a percepção de que em 40 anos de democracia nunca tinha havido, a nível nacional, uma união à esquerda, apesar de algumas tentativas frustradas. Fizemos vários trabalhos sobre a ligação entre o PS e os partidos à sua esquerda. Por exemplo, a relação entre o PS e o PCP nos tempos de Soares e Cunhal ou a forma como os dois partidos seguiram caminhos diferentes a seguir ao 25 de Abril.

***10- O tratamento e a busca de fontes de notícias, e o relacionamento com os atores políticos, foram alterados, nos “media” em geral e no seu jornal em particular, em função do surgimento de novos protagonistas, oriundos da área do BE, PCP e PEV, antes sempre posicionados como políticos fora do chamado “arco da governação”, e agora mais envolvidos na área do poder? De que forma?***

Julgo que não. Nesse aspeto nada se alterou.

---

**Anexo 25: Entrevista a Sílvia Freches, Diário de Notícias**

***1- Em que jornal e com que funções esteve a trabalhar na altura da análise, ou seja, desde 1 de setembro a 26 de novembro?***

DN, Editora adjunta da editoria de política

***2- Inicialmente, no período pré-campanha/campanha, no qual apenas existiam ténues rumores da possibilidade de acordo PS-Esquerda, o que é que a redação achava dos ditos rumores? Foi uma possibilidade levada a sério desde o início?***

Havia uma divisão de opiniões. Dois, três colegas achavam que sim, que poderíamos estar perante uma situação completamente nova na política portuguesa, e que havia possibilidade de, pela primeira vez, haver esta junção dos partidos.

***Mas a maioria diria que não?***

A maioria, quer dizer, nos na altura seríamos, sei lá, 7 ou 8 jornalistas... Mas havia 3 que viam a possibilidade como muito forte, os restantes 4/5 não acreditavam que isso se tornasse possível.

***3- É capaz de recordar em que momento se torna claro que o acordo irá de facto acontecer?***

Eu acho que mesmo quando aconteceu. Só quando foi assinado é que passou a ser uma realidade na nossa cabeça. Ou seja, para nós que não acreditávamos, a coisa ainda funcionava muito como quase um ato teatral, uma jogada qualquer, um rumor alimentado agentes de opinião, ainda havia muito ceticismo, muita descrença. Porque na altura maior parte dos jornalistas já tinham uns bons anos de política, ou seja, muito tempo de profissão, e para nós era um cenário tão irreal, que confirmação mesmo, foi só quando a assinatura do acordo aconteceu.

**4- Qual é a reação das redações a partir daí? Pode dizer que há alguma diferença na cobertura dos eventos políticos a partir desse momento? Acha que é possível afirmar que a cobertura aos partidos BE e PCP se tornou diferente? Maior?**

Inevitavelmente o papel destes partidos, sobretudo do BE que apareceu com muita força e a impor logo certas condições, passou logicamente a ter uma importância acrescida. Porque só mesmo com o aval e acordo dos dois é que o cenário era viável, por isso começaram a ter uma cobertura tão importante, ou quase tão importante, como a que era dada ao PS e ao PSD. Sim, houve uma diferença muito grande.

**5- Sentiu algum favorecimento específico, no seu jornal ou noutros, relativamente à situação em que a direita ficou? Julga que a ideia de ilegitimidade política que a coligação PSD-CDS advogava transpareceu para a opinião pública com alguma ajuda dos meios de comunicação social?**

Não, não tenho essa opinião. Creio que não houve qualquer influência por parte da cs na passagem dessa ideia.

**6- Sentiu que os líderes/porta-voz dos partidos envolvidos no acordo tentaram alcançar mais a imprensa, ao longo deste período, de forma a explicar melhor aos portugueses tudo o que se estava a passar?**

Não sei se nos procuravam mais, mas eram mais recetivos à nossa procura. Acho que é mais por aí. Sendo que muitas vezes, com os partidos mais pequenos torna-se mais fácil trabalhar, porque há (da parte deles) uma maior necessidade de passar a mensagem, e uma maior dificuldade em fazê-lo. Por isso essa recetividade, de alguma forma, já existe. Tirando o caso do PCP, não é que não haja recetividade, mas é uma forma muito diferente de trabalhar, é tudo muito hierarquizado, para conseguirmos chegar a um dirigente é preciso passar por umas três, quatro pessoas, e só depois dessas autorizações é que se consegue... O acesso é menos direto, mas a nível de trabalho é mais fácil, eles

procuram muitas vezes dar-nos propostas de lei, por exemplo, que chegam a opinião pública através da comunicação social, porque acabam por ter uma voz mínima no Parlamento, portanto esse contacto já existia. A partir do momento em que houve o acordo eu penso que sim, não nos procuravam para dar explicações mas eram mais recetivos quando eram questionados, sim.